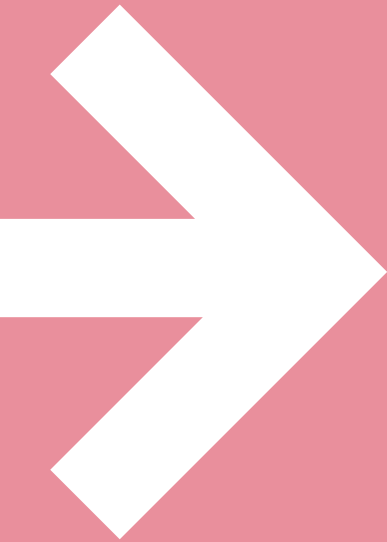


OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO



**REPERTÓRIOS FEMININOS
EM CONSTRUÇÃO NUM CONTEXTO
MIGRATÓRIO PÓS-COLONIAL:
DINÂMICAS FAMILIARES, DE GÉNERO E GERAÇÃO**

VOLUME 1

SUSANA TROVÃO
SÓNIA RAMALHO

42

AGOSTO 2010



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

**REPERTÓRIOS FEMININOS
EM CONSTRUÇÃO NUM CONTEXTO
MIGRATÓRIO PÓS-COLONIAL**

DINÂMICAS FAMILIARES, DE GÉNERO E GERAÇÃO

Volume 1

**SUSANA TROVÃO
SÓNIA RAMALHO**

Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação

TROVÃO, Susana, 1963- , e outro
Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial / Susana
Trovão, Sónia Ramalho. - v. - (Estudos OI ; 42). - 1ª v. : Dinâmicas familiares de
género e geração
ISBN 978-989-685-001-2
I - RAMALHO, Sónia
CDU316
314

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

www.oi.acidi.gov.pt

COORDENADOR

ROBERTO CARNEIRO

AUTORES

SUSANA TROVÃO

SÓNIA RAMALHO

EDIÇÃO

**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17

E-MAIL: acidi@acidi.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

PROS - PROMOÇÕES E SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, LDA.

PRIMEIRA EDIÇÃO

750 EXEMPLARES

ISBN

978-989-685-001-2

DEPÓSITO LEGAL

???

LISBOA, AGOSTO 2010

ÍNDICE GERAL

NOTA DE ABERTURA	7
NOTA DO COORDENADOR	9
REPERTÓRIOS FEMININOS EM CONSTRUÇÃO NUM CONTEXTO MIGRATÓRIO PÓS-COLONIAL: DINÂMICAS FAMILIARES, DE GÉNERO E GERAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
CAP.1. MIGRAÇÕES E DINÂMICAS FAMILIARES	21
1. A RELEVÂNCIA DA “FAMÍLIA” IMIGRANTE NO CONTEXTO DA COMPETIÇÃO INTERCULTURAL	21
2. COMPARANDO DINÂMICAS FAMILIARES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: OBJECTIVOS DA PESQUISA	31
3. FLUXOS MIGRATÓRIOS DE MULHERES SÃO-TOMENSES E CABO-VERDIANAS EM DIRECÇÃO A PORTUGAL	38
4. ESTADO CIVIL, RELACIONAMENTOS HOMEM-MULHER E QUESTÕES DE GÉNERO	45
5. TRABALHAR A PARTIR DE SUBJECTIVIDADES BIOGRÁFICAS: PRESSUPOSTOS E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	47
CAP.2. CONTINUIDADE E TRANSFORMAÇÃO NAS DINÂMICAS FAMILIARES DE MULHERES MIGRANTES SÃO-TOMENSES E CABO-VERDIANAS	55
1. PROCESSOS MIGRATÓRIOS, RELAÇÕES DE GÉNERO E MODALIDADES DE CONSTRUÇÃO DO SUJEITO FEMININO	55
2. QUESTIONANDO UM MODELO UNÍVOCO E A-HISTÓRICO DA RELAÇÃO HOMEM-MULHER	71
3. MINHA MÃE, <i>PRIMEIRO DOS PRIMEIROS LUGARES</i> : A CENTRALIDADE, TRANSGERACIONAL E TRANSNACIONAL, DA RELAÇÃO MÃE-FILHO	81
4. O PAPEL DOS HOMENS E DAS MULHERES NA TRANSMISSÃO GERACIONAL DE COMPORTAMENTOS DE GÉNERO	87
5. GRAMÁTICAS DE MUDANÇA: QUEM QUER MUDAR, O QUÊ E COMO?	93

CAP.3. O GÉNERO NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES: ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS	105
1. "IGUALDADE DE GÉNERO": UMA DIRECTIVA PARA COMBATER A VULNERABILIDADE	105
2. "DIFERENÇA HÁ, MULHER PÕE FILHO NO MUNDO, PAI E MÃE NÃO É IGUAL": ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO	107
3. VULNERABILIDADES CRUZADAS: COMO COMPENSAR A AUTO-ESTIMA DOS HOMENS EM TEMPOS DE MUDANÇA?	112
4. ELES CONTINUAM A PROCURAR "A IMAGEM DAS MÃES" NAS MULHERES, "A NOSSA EXPECTATIVA NÃO É ENCONTRAR UM HOMEM COMO O NOSSO PAI, DEUS NOS DEFENDA DISSO": IDEAIS DE PESSOA E DESENCONTROS HOMEM-MULHER	117
5. RECOMENDAÇÕES COM VISTA À POLÍTICA PÚBLICA: UMA SÍNTESE	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
FONTES ESTATÍSTICAS	141
ANEXO - MULHERES DE ORIGEM CABO-VERDIANA E SÃO-TOMENSE: FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População proveniente dos PALOP residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (1999-2007)	38
Tabela 2. População proveniente de S. Tomé e Príncipe residente em Portugal, 1999-2007	40
Tabela 3. População proveniente de S. Tomé e Príncipe residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário	41
Tabela 4. População proveniente de Cabo Verde residente em Portugal, 1999-2007	42
Tabela 5. População cabo-verdiana residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário	43
Tabela 6. População estrangeira feminina por estado civil e nacionalidade, em 2001	45
Tabela 7. Caracterização sucinta das mulheres entrevistadas	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População proveniente dos PALOP residentes em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (1999-2007)	39
Gráfico 2. População proveniente de São Tomé e Príncipe residente em Portugal, 1999-2007	40
Gráfico 3. População proveniente de São Tomé e Príncipe residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário	41
Gráfico 4. População proveniente de Cabo Verde residente em Portugal, 1999-2007	43

NOTA DE ABERTURA

O contexto familiar das populações imigrantes tem sido objecto de atenção particular nas políticas de imigração no conjunto dos países da União Europeia. Esta atenção manifesta-se essencialmente no que respeita ao reagrupamento familiar dos imigrantes nos países de destino.

Acontece porém, que a problemática familiar em contexto migratório transnacional não se esgota na questão de proximidade ou afastamento dos membros que integram a célula familiar mas, muito para além disso, nos papéis que assumem cada um deles na dinâmica familiar, nas dimensões de género, geração, identidades culturais e relações sociais, originando muitas vezes situações de desigualdade e conflitualidade que não só afectam a estrutura familiar como também impedem a sua integração na sociedade de acolhimento.

O extenso estudo realizado pelas investigadoras Susana Trovão e Sónia Ramalho, que agora se publica, organizado em dois volumes, merece o nosso público reconhecimento pela importância das questões que aborda e pelos contributos que traz para o aprofundamento de políticas públicas que melhor enquadrem esta matéria.

Conforme salientam as autoras, «*as relações familiares referenciadas a populações imigrantes e a minorias étnicas têm vindo a configurar uma arena privilegiada de problematização, argumentação e de contestação acerca dos modos “certos” e “errados” de viver em sociedades multiculturais*».

A percepção da família imigrante e/ou étnica como fonte interna de impedimento à integração nas sociedades de acolhimento tem sido agravada, de forma crescente, por acção de movimentos xenófobos que têm surgido na Europa pelo que é absolutamente necessário combatê-los.

Importa assim prosseguir o esforço de sensibilização da opinião pública para os valores da diversidade cultural como factor essencial para a construção de uma melhor Humanidade.

ROSÁRIO FARMHOUSE

ALTA COMISSÁRIA PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

NOTA DO COORDENADOR

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre o ACIDI e o CEMME/FCSH, este Centro de Estudos levou a cabo uma importante investigação subordinada ao tema enquadrador e genérico intitulado “Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Migrações e Dinâmicas Familiares”.

Esta investigação situa-se em torno do triângulo estratégico “Família, Género e Migrantes” e rege-se por dimensões eminentemente antropológicas.

O resultado final do extenso trabalho, em boa hora levado a cabo pelas investigadoras Susana Trovão e Sónia Ramalho, é agora publicado na Colecção Estudos OI do Observatório da Imigração, que muito se honra de acolher, no seu acervo, tão importante obra científica.

Esta publicação, dada a sua extensão e complexidade, desdobra-se em dois tomos. O primeiro volume trata de “Dinâmicas familiares, de género e geração” enquanto o segundo versa sobre “Modalidades de participação cívica”.

A presente investigação situa-se no âmbito de uma relevante problemática que atravessa questões de *género e transnacionalismo*. Este tipo de abordagem constitui uma dimensão de investigação algo negligenciada em Portugal e que o OI pretende intensificar.

Sabemos como as famílias africanas fornecem estruturas humanas coesas e acolhedoras na sua origem. Todavia, nos países de destino as mulheres migrantes nem sempre conseguem garantir aos filhos esta marca identitária familiar de origem. Na verdade, a organização da vida familiar na origem não sofre das agressões da solidão, da necessidade de buscar a sobrevivência em ambientes hostis, da exposição a trabalhos de baixa qualidade e pouco remunerados, e ainda da fragmentação típica que afecta a migrante urbana a qual se encontra, ainda por cima, neste novo contexto difícil destituída das guardas e retaguardas acolhedoras das crianças que são características típicas nas famílias alargadas africanas.

Acrescente-se que a desigualdade de papéis origina marcadas desigualdades de responsabilidades de género. As mulheres, sujeitas a cargas cumulativas - laborais e familiares - bastante mais pesadas que os homens, têm menos tempo para os filhos que se vêem entregues a eles próprios, quantas vezes na rua e vagueando em bandos que lhes fornecem a única sociabilidade de que carecem.

Integração, tensão e conflituosidade são, assim, questões que assumem uma grande centralidade no estudo das relações de parentesco e das dinâmicas de género, intergeracionais e familiares, na análise dos processos de migração transnacional.

Mas foi mais longe a ambição das investigadoras. Preocuparam-se ainda em escrutinar as formas de organização das mulheres imigrantes de origem africana, e suas descendentes, relativamente às formas de actuação no espaço público e às suas modalidades de participação. Esta análise adquire contornos particularmente críticos quando incide sobre situações de desigualdade estrutural a que se juntam contextos de vulnerabilidade material e de exclusão social, reconhecidamente extremos; a investigação torna-se especialmente complexa quando relaciona vidas “privadas” e esfera pública, redes sociais e de solidariedade, e pertença religiosa, e quando busca melhor compreender os seus impactos em valores e práticas associativas.

As gramáticas de mudança são muito difíceis de descortinar e de estimular positivamente uma vez que se entrecrocaram conceitos civilizacionais e tradições culturais diversos.

No entanto, as autoras “arriscam” propor recomendações com vista à política pública. Uma extensa lista, fundamentada, de medidas que poderão ajudar a um ordenamento mais eficaz dos meios públicos tendo em vista a melhoria dos princípios organizadores da vida de homens e mulheres africanos, designadamente cabo-verdianos e são-tomenses, na especificidade dos seus contextos respectivos.

Destacamos, neste elenco, as recomendações que têm a ver com a educação e a formação. Numa visão estratégica de médio prazo, este investimento continua a ser o mais importante elevador

social e o mais relevante nivelador, em termos de equidade, de relações de género quantas vezes desequilibradas e indutoras de sofrimento na metade mais vulnerável da relação a dois.

Neste particular, recomendamos que se tenha bem presente o que assinalam, sabiamente, as autoras quanto às intervenções públicas nesta esfera:

“É importante que programas futuros ou em curso tenham a maleabilidade suficiente para proporcionarem a comunicação nos dois sentidos, isto é, para que não surjam nem sejam percebidos como projectos educacionais/civilizacionais das mulheres ‘ocidentais’, ‘europeias’, ‘brancas’ em relação às mulheres originárias de outras partes do mundo.” (p. 104, Vol 2).

Resta-nos agradecer muito sentidamente às investigadoras, Doutoradas Susana Trovão e Sónia Ramalho, o esforço enorme colocado na condução da investigação e na produção subsequente dos relatórios agora transformados em publicações.

Desejamos a todos uma leitura intensa deste trabalho que abre novos horizontes de reflexão sobre uma problemática pouco estudada mas indubitavelmente prioritária na compreensão final da condição humana nas suas franjas de silêncio sofrido e de iniqua desigualdade.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

**REPERTÓRIOS FEMININOS EM CONSTRUÇÃO
NUM CONTEXTO MIGRATÓRIO
PÓS-COLONIAL: DINÂMICAS FAMILIARES,
DE GÉNERO E GERAÇÃO**

INTRODUÇÃO

“Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial” (volume 1 e 2) é o resultado da articulação de duas pesquisas exploratórias - “Dinâmicas familiares, de género e geração em contexto migratório: vulnerabilidades materiais e identitárias de mulheres de origem africana” e “Participação cívica de mulheres de origem africana no contexto pós-colonial português” que decorreram paralelamente (2008-2009) e foram realizadas pela mesma equipa, no âmbito do protocolo estabelecido entre o CEMME/FCSH e o ACIDI, IP.

Ao mesmo tempo que investigávamos continuidades e transformações nas relações familiares (e, em particular, nas construções e práticas de género) junto de mulheres imigrantes de origem africana e suas descendentes,¹ tentávamos conhecer as suas formas de organização no espaço público, as diferentes modalidades de participação cívica em que se envolviam, as suas motivações e modelos, bem como os benefícios que retiravam das suas vidas participativas. Socializadas no seio de tradições discursivas e práticas de desigualdade de género de longa duração, o modo como lidavam com o sofrimento que nos transmitiram e, tantas vezes, com situações de vulnerabilidade material e de exclusão social, encontrava-se estreitamente articulado com a sua participação em redes e associações, formais e informais, locais e nacionais, tantas vezes mantendo conexões transnacionais (com a origem). Simetricamente, os seus projectos e práticas de participação cívica indiciavam que a relação mãe-filhos, e a própria construção de pessoa-mãe (em detrimento da relação mulher-homem), cruzando éticas do cuidado com identificações religiosas, constituía a principal força motriz das suas motivações, responsabilidades e efectividades sociais. O desenvolvimento de duas pesquisas, com objectivos previamente autonomizados, interpelou a um trabalho interpretativo sobre processos e dinâmicas só artificialmente dissociáveis.

1 Embora tenhamos trabalhado com interlocutoras de diversas origens etnonacionais (são-tomenses, cabo-verdianas e, em menor número, guineenses) e de diferentes pertenças religiosas (católicas não praticantes e praticantes, evangélicas e muçulmanas), privilegiámos, nesta primeira apresentação, as vozes e as práticas de mulheres são-tomenses e cabo-verdianas (e suas descendentes). Num segundo volume, importou-nos produzir conhecimento (ainda que assumidamente exploratório e não representativo de um universo de difícil caracterização) sobre o segmento de origem são-tomense recentemente estabelecido em Portugal, mas em claro crescimento, muito empenhado no activismo cívico, e até ao momento escassamente estudado.

Este livro é apenas o primeiro volume, a que se segue um segundo, de um trabalho que não pode, pois, ser desarticulado.

Compreender a centralidade do parentesco e das dinâmicas de género, intergeracionais e familiares tem vindo a constituir uma dimensão incontornável na análise dos processos de migração transnacional e de integração, de tensão e conflituosidade emergentes quer nas sociedades receptoras, quer nas de origem e/ou de referência (Grillo, 2008; Ballard, 2008; Mazzucato, 2008; Hagelund e Akkerman, 2007; Baldassar, Baldock e Wilding, 2006; King, 2006; Pfliegerl e Trnka, 2005; Chamberlain e Leydesdorf, 2004; Bryceson e Vuorela, 2002). Em contextos migratórios variados, diferentes configurações familiares, pautadas por relações e valores de género e intergeracionais distintos, fazendo uso de recursos de classe, culturais e religiosos diversos, de redes e capitais comunitários e transnacionais, deparam-se com diferentes tipos de oportunidades políticas, legais, económicas e inter-étnicas, bem como com modos e níveis diversos de politização da diferença real e/ou imaginada que nelas são projectadas, reagindo a pressões díspares no sentido da sua integração social, aculturação moral, da sua marginalização ou exclusão. As múltiplas negociações, tensões e formas de compromisso que ocorrem no seio das relações familiares, presentes e à distância, configuram importantes fontes de mudança cultural e/ou de resistência, de fechamento, confrontação ou de abertura no que respeita às relações interculturais.

Embora as práticas familiares de referência se encontrem igualmente em transformação nos contextos de origem sob as pressões da globalização e das exigências de (e para a) modernidade, a pesquisa acumulada mostra como determinados valores culturais e, nomeadamente, os relacionados com as relações de parentesco continuam a ser importantes, porventura até mais significativos para aqueles que migram. Como tem sido reconhecido, as migrações transnacionais são, frequentemente, dinamizadas por sistemas de relações de parentesco caracterizados por direitos e deveres corporativos extensos (Ballard, 2008). A tendência histórica para a nuclearização familiar, apesar de repetidamente argumentada, se está a acontecer, ocorre apenas lentamente, e o “familiarismo” migratório, frequentemente apoiado e reforçado pela filiação religiosa (Islão, Sikhismo, Hinduísmo, Evangelismo, etc.) continua a ser uma dimensão forte entre populações migrantes, até

porque, muitas vezes, opera a seu favor (Grillo, 2008). Mas não se pense, contudo, que é exclusivo de grupos migrantes pautados por redes alargadas de parentesco, estruturadas por obrigações e deveres bem codificados. Em muitos outros contextos de origem, práticas de parentesco caracterizadas pela própria impraticabilidade da família nuclear, por um elevado grau de plasticidade parental e de género (Rodrigues, 2007), apoiadas tantas vezes por modalidades flexíveis de transnacionalismo familiar, mostram como aquilo que poderia ser concebido como uma vulnerabilidade pode constituir uma estratégia vantajosa para lidar com as realidades de sobrevivência económica nos contextos de origem, bem como para desenvolver percursos migratórios.

Para além das pressões exercidas pelos contextos de origem, as próprias trajectórias e ecologias migratórias tendem a introduzir instabilidade nas relações familiares dos migrantes, interpelando-os a reflectirem e a produzirem variantes ao nível das práticas, dos valores e dos significados das suas vivências familiares (Bastos e Bastos, 2008; Baldassar *et al*, 2006; King *et al*, 2006; Bailey e Boyle, 2004; Kofman, 2004; Bryceson e Vuorela, 2002; etc.). Mudanças e continuidades podem ser vividas como vantajosas para algumas posições de sujeito e muito ameaçantes para outras (Boyd e Grieco, 2003; Bastos e Bastos, 2008).

Paralelamente aos debates internos travados por imigrantes e descendentes, e interagindo com eles de forma complexa, decorrem debates mais amplos nas sociedades receptoras (Grillo, 2008). Progressivamente, as práticas e valores familiares (reais ou imaginados) das populações étnicas e/ou imigrantes têm vindo a constituir um tema sujeito a escrutínio público e contestação, um foco central na argumentação e contra-argumentação sobre a diversidade cultural e os seus limites, mas também um objecto de intervenção política e legal (Balibar, 2004; Grillo, 2008).

Igualmente relevante, e acompanhando o interesse académico e público pela relação entre vidas “privadas” e esfera pública, o tema da participação cívica e política dos imigrantes e seus descendentes tem vindo a assumir centralidade nos estudos sobre migrações e nos debates políticos (Albuquerque, 2008; Albuquerque e Teixeira, 2005; Albuquerque *et al*, 2000; Bauböck, 1998; Koopmans, 2005; Marques, Santos e Ralha 1999, Marques, Santos e Leitão, 2008; Penninx, 2000; Soysal, 1999; Vogel e Leiprecht, 2005; Vogel e Triandafyllidou, 2005). O recrudescimento

das migrações femininas (Castles e Miller, 2003; Zlotnik, 1995), colocado em destaque pelos estudos de género e feministas (Mukhopadhyay, 1988; Bedoya, 2000) bem como por múltiplas outras investigações (Andall, 2003; Kofman *et al.*, 2000; Mukhopadhyay, 1988; Oishi, 2002; Pedraza, 1991; Perista, 2000; Pessar, 1999; Pessar e Mahler, 2001, 2003 a e 2006; Tastsoglou, 2006) veio evidenciar a necessidade de conhecer, de forma mais aprofundada, os perfis, motivações, práticas, formas de organização e participação social destas agentes nas respectivas sociedades de acolhimento (Kofman *et al.*, 2000; Pessar, 1999), bem como as políticas, programas e estruturas governamentais a elas dirigidos (Albuquerque e Teixeira 2005; Bedoya, 2000; Caponio *et al.*, 2000; Kawar, 2004; Kofman *et al.*, 2000; Ribas *et al.*, 2000).

De um modo mais focalizado, a pesquisa sobre participação cívica de mulheres imigrantes de origem africana vai a par com uma multiplicação de estudos sobre a sua acção organizada nos seus respectivos contextos de origem. Estes últimos mostram como a criação de associações formais e informais de mulheres parece funcionar, muitas vezes, como uma resposta a situações de desemprego e pobreza nos contextos pós-independência, contribuindo para o esbatimento de fronteiras entre espaços público e privado, rural e urbano, o que, de um modo geral, poder levar à progressiva transformação identitária e dos papéis tradicionais das mulheres (Domingues, 2000; Rosander, 1997). Em simultâneo, as associações (de cariz socio-económico, religioso ou político) em que estas mulheres se envolvem têm sido perspectivadas como plataformas de mobilidade e, nesse sentido, são conceptualizadas como dimensões sociais da identidade individual ou pontos de articulação entre estratégias individuais e colectivas (Rosander, 1997). Tais espaços, fora das unidades domésticas, propiciam, muitas vezes, o alargamento das suas redes e capitais sociais, conferindo-lhes “respeitabilidade”, em contextos de desigualdade de género (Domingues, 2000; Emovon 1997; Rosander, 1997; etc.)

Porém, a filosofia subjacente a tais associações - quer as dinamizadas na origem, quer as reconstruídas em contexto migratório - não é necessariamente combativa em relação aos modelos sociais e hierarquias de poder de referência na conquista de direitos igualitários. Não sendo generalizáveis, as motivações e aspirações femininas para integrar estas associações, têm de ser avaliadas

à luz das conjunturas (sociais, económicas, políticas e religiosas) dos seus contextos de origem e migratórios (Domingues, 2000; Emovon, 1997; Grassi e Évora, 2007; Rosander, 1997; etc.)

Embora o papel das identificações religiosas tenha sido muitas vezes reconhecido como importante nas experiências migratórias das mulheres (de origem africana e não só) bem como nas suas modalidades de participação cívica (na origem e no destino) não tem sido analisado de forma sistemática e comparativa. Alguma bibliografia documenta a forma como redes e congregações religiosas transnacionais operam como uma garantia de redução de riscos e incerteza para as migrantes, como constituem um acervo de contactos e informações, um suporte à circulação, e um recurso valioso nos processos de inserção (Levitt, 2007; Glick-Schiller *et al*, 2006; Ebaugh e Chapetz, 2000; Portes, 1999; etc.). Indicia que as redes sociais e de solidariedade construídas com base na pertença religiosa contribuem, em conjugação com o idioma religioso de referência, para reeditar construções, valores e práticas de género. Porém, muito raramente, articula dinâmicas religiosas, de género e de participação cívica como processos que se interpenetram e parcialmente se reconfiguram e renovam. Com efeito, e em contraste com o que parece ser uma tendência entre os autores que se dedicam aos estudos islâmicos (Abu-Lughod, 1991; Eickelman, 1997) escasseiam pesquisas que perspectivem os usos das religiões cristãs, católica e evangélica, na organização e participação das vidas familiares e cívicas de mulheres imigrantes.

Não sendo pioneiro neste entrecruzar temático - dinâmicas familiares, de género e geração, usos da religião e formas de participação cívica - o presente trabalho (desdobrado em dois volumes, por meras razões editoriais) pretende contribuir para alargar a reflexão sobre as modalidades de agência (familiares e cívicas) desenvolvidas por mulheres imigrantes e suas descendentes. Tais modalidades, como veremos, “escapam à lógica da resistência e subversão das normas” (Mahmood, 2006: 143) mas deixam entrever processos de reconfiguração de projectos, possibilidades de acção e modos de vida, que permitem colocar questões importantes acerca das suas estratégias e projectos de realização pessoal.

CAPÍTULO 1.

MIGRAÇÕES E DINÂMICAS FAMILIARES

1. A RELEVÂNCIA DA “FAMÍLIA”² IMIGRANTE NO CONTEXTO DA COMPETIÇÃO INTERCULTURAL

Na Europa pós-colonial, a imigração pode ser representada como um processo semi-incontrolado que ocorre num mundo historicamente organizado, caracterizado por hierarquias geoestratégicas, políticas, tecnológicas, económicas e identitárias, por competições e vulnerabilidades. Este processo de colonização reversa, como é conceptualizado por Ballard (2003), tende a relançar em novos moldes modalidades de competição supostamente ultrapassadas, que tanto se desenvolvem a um nível material e político, mediante processos de competição intergrupais e interpessoais orientados para o aumento de poder social, como a um nível moral, através do confronto de diferentes dimensões sócio-culturais.

Em particular, as relações familiares referenciadas a populações imigrantes e a minorias étnicas têm vindo a configurar uma arena privilegiada de problematização, argumentação e de contestação acerca dos modos “certos” e “errados” de viver em sociedades multiculturais. O reconhecimento de que uma parte muito significativa dos projectos migratórios, inclusive os pautados por uma dimensão transnacional, se constroem e se desenvolvem apoiados em estratégias familiares, configuradas em “enquadramentos culturais pré-migratórios” cada vez mais diversos (Foner, 1997: 961) parece ter sido concomitante com a emergência de uma “verdadeira obsessão” acerca das famílias migrantes (Balibar, 2004: 123), cujas práticas culturais reais ou imaginadas se transformaram, como refere Grillo (2008) num objecto de reflexão “externa” e de intervenção política.

Em paralelo, um *corpus* já significativo de pesquisas mostra como os processos migratórios “desestabilizam” (King *et al*, 2006: 206) muito frequentemente as dinâmicas familiares dos migrantes, interpelando-os a

² Como aprofundaremos adiante, a “família” não constitui uma noção unívoca nem aproblemática.

reflectirem e a produzirem, eles próprios, variantes ao nível das práticas, dos valores e dos significados das suas vivências familiares e domésticas (Grillo, 2008; Bastos e Bastos, 2008; Baldassar *et al*, 2006; King *et al*, 2006; Bailey e Boyle, 2004; Chamberlain e Leydesdorf, 2004; Kofman, 2004; Bryceson e Vuorela, 2002; etc.). É neste sentido que as relações entre homens e mulheres que conjugalizam, entre avós, pais e filhos, com a família extensa e parentes distantes, etc. - quer com os presentes, quer com aqueles que permanecem nos espaços de origem ou se encontram internacionalmente dispersos - têm vindo a constituir um cenário maior de debates e negociações em torno da manutenção ou da transformação de determinadas diferenças culturais específicas. Paraphrasing Wessendorf, “a família constitui uma categoria poderosa que tanto pode servir à construção discursiva de diferenças culturais em termos negativos como à idealização de outras ‘culturas’” (Wessendorf, 2008: 220).

Esta centração nas relações familiares de grupos migrantes processa-se a múltiplos níveis e em diferentes escalas. Um dos aspectos recorrentemente focado é o de que “os grupos domésticos e as famílias são os principais agentes de decisão e concretização” dos processos migratórios e de que, conseqüentemente, estes processos “deveriam ser perspectivados como fazendo parte de estratégias grupais mais amplas de sustentação e desenvolvimento socio-económico” (Massey, 1990: 4). O próprio grau de participação de cada actor familiar na construção do processo migratório varia significativamente, em função de estratégias tecidas no seio de relações familiares. As decisões de quem migra e quando migra dependem quer de idiomas socio-culturais que podem estabelecer papéis e responsabilidades diferenciadas nas relações de género, intergeracionais e familiares nos países de origem, quer da percepção dos diferentes tipos de oportunidades económicas, políticas e inter-étnicas presentes nos potenciais contextos migratórios, e da vantagem diferencial que a migração de determinado(s) familiar(es) poderão proporcionar.

Concomitantemente, as combinatórias migratórias são múltiplas e, sobretudo, tendem a diversificar-se. Ao modelo “primeiro migram os homens”, singularmente ou em relação com um parente masculino (um pai e um filho, vários irmãos ou primos casados ou solteiros, etc. deixando permanente ou temporariamente esposas, mães, filhos nos respectivos países de origem)

acrescentam-se modelos alternativos nos quais as mulheres deixam de ser representadas como seguidoras passivas (Kofman, 2004), para protagonizarem o próprio projecto migratório, tantas vezes sozinhas e/ou apoiadas não raramente por laços familiares com outras mulheres, assumindo activamente responsabilidades económicas que classicamente eram desempenhadas pelos migrantes masculinos.

Similarmente, o projecto, ou não, de reunificação familiar, a decisão de quem se vem reunir e de quem fica, quando, com que motivações e através de que estratégias, isto é, tanto a decisão (mais ou menos intencional ou forçada) de regresso à origem ou de inserção duradoura (reagrupando familiares ou construindo novos laços de parentesco *in situ*) ou até mesmo a opção pela refragmentação e dispersão familiar em busca de novas oportunidades dependem em grande medida de processos e recursos negociados no seio de relações familiares. Não se conclua, todavia, que se tratam de processos aproblemáticos, na medida em que “as famílias e os grupos domésticos, enquanto unidades de produção e redistribuição, representam centros de luta nos quais pessoas com diferentes actividades e interesses podem entrar em conflito” (Boyd e Grieco, 2003: 106).

Em diferentes contextos migratórios, diferentes modalidades de relações familiares - e as diferentes posições de sujeito que os estruturam - confrontam-se, por sua vez, com enquadramentos legais e administrativos aos quais subjazem, tantas vezes, definições etnocêntricas (supostamente universais) das relações familiares que podem constranger, logo à partida o processo legal de reunificação. Em simultâneo, deparam-se com diferentes tipos de oportunidades económicas e inter-étnicas, bem como com diferentes modos e níveis de politização da diferença real e/ou imaginada que sobre as suas relações familiares imigrantes são projectados, reagindo a diferentes pressões no sentido da sua integração social, aculturação moral, da sua marginalização ou exclusão. Também sob este ângulo, um dos temas mais abordados tem sido o das relações de género e intergeracionais.

É hoje bem conhecido que homens e mulheres não apenas desenvolvem diferentes percursos migratórios e de integração como podem ser diferencialmente estimulados, pelas suas novas

vivências, a reinterpretações e reconfigurações nas suas relações e representações de género e maternidade/paternidade. Este reconhecimento prende-se com a crescente feminização das migrações (Morokšavić, 1984; Castels e Miller, 2003; Kofman, 2000; Tastsoglou, 2006; entre outros), com o papel desempenhado pelas mulheres migrantes enquanto intérpretes privilegiadas e utilizadoras selectivas de idiomas de género diversificados (Yuval-Davis, 1997a e 1997b; Gaspard, 1998; Wilkinson, 1994; Dossa, 1998; Fibbi *et al*, 2001; Alpinar 2003, etc.) mas ainda com a multiplicidade de interacções entre género, migração e transnacionalismo detectadas quer ao nível económico, quer ao nível familiar e das obrigações de cuidar (Andall, 2000; Bryceson e Vuorela, 2002; Salih, 2003; Baldassar *et al*, 2006; etc.).

Igualmente sobrefocalizado, é o nível das relações intergeracionais (Portes e Zhou, 1997; Crul e Vermeulen, 2003; Bolzman *et al*, 2003; King *et al*, 2006). Entre outras dimensões, o processo de relativa emancipação das gerações emergentes exige decisões e negociações continuadas acerca dos graus de autonomia e responsabilidade em vários níveis (aspirações educacionais, performances escolares, manejo da sexualidade e da violência, escolhas matrimoniais, necessidades e estratégias económicas e de ascensão social, etc.) que tendem a introduzir instabilidade no interior das vivências familiares. Muito embora alguns jovens - tantas vezes já nascidos ou sociabilizados nos actuais contextos de acolhimento - tenham adquirido competências pluri-culturais e desenvolvido estratégias de relação inter-étnica que lhes permitem apresentações compartimentadas, quer compatíveis com as expectativas das gerações parentais quer consonantes com as suas respectivas culturas públicas de inserção, tais processos não constituem decisões meramente cognitivas e estratégicas. Não raramente, fazem-se acompanhar de fortes investimentos e conflitos emocionais com implicações familiares (Baldassar *et al*, 2007).

Em simultâneo, as comparações (inter-étnicas, entre extractos económicos, etc.) locais e nacionais - e, em alguns casos, transnacionais - sobre obrigações, controlos, autonomias, etc., conduzem muitas vezes à construção de soluções e estratégias de continuidade e de transformação culturais, vulneráveis, não-homogéneas e retransformáveis, uma vez que existem diferentes interesses

identitários em jogo. Deste modo, as múltiplas negociações, tensões, formas de compromisso, etc., que ocorrem no seio das relações familiares, presentes e à distância,³ configuram importantes fontes de mudança cultural e/ou de resistência, de fechamento ou de abertura, de defensividade, sedução identitária ou de agonismo (mais ou menos confrontacional) no que respeita ao relacionamento inter-étnico em contexto migratório.

Tais dinâmicas não são apenas um foco privilegiado de investigação por parte dos cientistas e técnicos sociais. A contestação popular, tipicamente associada à presença de imigrantes, motivada pelo receio de roubo e/ou de perda de vantagens na competição por recursos mais ou menos escassos (emprego, habitação, apoios públicos, etc.), tem vindo a ser progressivamente acompanhada por uma crescente “obsessão” (Balibar, 2004:123) pelas suas formas de organização e práticas. Mais concretamente, algumas “famílias” imigrantes são concebidas como “problemáticas” na medida em que se pressupõe que os seus valores e práticas conduzem a processos de inserção social descendente ou marginal. De outro ângulo, mas reeditando similarmente a tese de que a própria “família” pode funcionar como obstáculo à integração,⁴ um segundo campo de interpretações enfatiza, sobretudo, a inaceitabilidade das suas crenças e práticas face aos valores ditos democráticos, liberais e individualistas, fundadores das sociedades de acolhimento (Hagelund e Akkerman, 2007; Shah e Menski, 2006; Vertovec e Wessendorf, 2006; etc.).

A esta problematização da família imigrante e/ou étnica como fonte interna de impedimento à integração nas sociedades de acolhimento não é também alheio o impacto dos movimentos contra-diversidade que emergiram, a partir dos primeiros anos do século XXI, mais ou menos simultaneamente, em vários países europeus. Mobilizado por Paul Scheffer na Holanda, por Giovanni Sartori na Itália, por Bob Rowthorne ou por David

3 As transformações nas tecnologias de transporte e comunicação, as novas configurações da economia internacional e a mutabilidade dos mercados de trabalho, a maior facilidade ao nível das transacções bancárias e financeiras, bem como a própria implementação de políticas multiculturais que legitimam a expressão de diversos tipos de reconexão com os países de origem dos imigrantes têm vindo a favorecer diferentes tipos de famílias translocais associadas a diferentes práticas de transnacionalismo familiar.

A investigação sobre as dinâmicas familiares dos migrantes obriga, cada vez mais, a deslocalizar o enfoque, estendendo-o também aos modos específicos de articulação entre determinadas relações espacialmente próximas e à distância.

4 No âmbito da rede de excelência europeia IMISCOE (International Migration, Integration and Social Cohesion in Europe), a integração tem vindo a ser definida “as a long lasting process of inclusion and acceptance of migrants in the core of institutions, relations and statuses of the receiving society” (Heckmann, 2005: 15).

Goodhart no Reino Unido, o argumento segundo o qual a “diversidade excessiva” introduzida pelos fluxos migratórios perturba disruptivamente as identidades nacionais e dissipa valores comum, bem como, subsequentemente, a insistência na “assimilação cultural dos imigrantes” (Vertovec e Wessendorf, 2008: 11-12) continua a orientar debates públicos e intervenções políticas promotores de definições acerca dos valores e das práticas adequadas às famílias imigrantes e/ou das minorias étnicas.

O grau e o tipo de problematização pública das famílias imigrantes e étnicas, bem como as modalidades de intervenção política ensaiadas são, contudo, influenciados por factores socio-culturais e históricos e, nomeadamente, por diferentes ideologias políticas e culturais e ideias hegemónicas sobre a família que singularizam cada contexto nacional. Na Escandinávia, por exemplo, a família imigrante não só constitui um foco de eleição dos debates públicos sobre integração, relacionamentos inter-étnicos e governância da diversidade cultural, como as próprias políticas de controlo à imigração se têm vindo a transformar (novas condições para receber benefícios sociais, para obter o direito à residência permanente e à cidadania, etc.) no sentido de produzir mudanças comportamentais no seio das famílias imigrantes (Hagelund 2008). Em Portugal, pelo contrário, e até ao momento, a arena de relações inter-étnicas é, em muitos aspectos, substancialmente diversa, nomeadamente no que respeita ao escasso recurso ou à pouca importância dada a debates públicos orientados para a promoção de formas de “imperialismo ético” (*Anthropological News*, 2006) que vão contra políticas relacionais de tolerância à diversidade e de respeito pela intimidade familiar imigrante e/ou étnica.

Com efeito, para todos aqueles que, familiarizados com os debates morais e políticos em torno das dinâmicas familiares imigrantes em vários países da Europa, esperem encontrar em Portugal um clima similar, a expectativa é francamente decepcionante. A tendência dominante de resposta às dinâmicas familiares dos imigrantes e das minorias étnicas parece ser a adopção de uma posição de justaposição sem interferência. Não obstante invisibilizar, ignorar e, sobretudo, “não se meter” na vida “privada” dos outros pode também ser perspectivado, neste contexto, como uma forma particular de respeito pela privacidade alheia.

De um modo geral, os portugueses parecem reagir mais à violência do que a diferentes padrões de sexualidade, de relação de género e intergeracionais. Compreende-se, deste modo, que o imaginário mais pejorativo sobre imigrantes, focado nas “problemáticas” segundas gerações de origem africana, enfatize sobretudo a delinquência juvenil, a toxicod dependência e o narcotráfico. Para além de partilharem com certos segmentos de jovens de origem africana uma suposta ligação ao narcotráfico (Cunha, 2001), os ciganos portugueses são ainda percebidos como não confiáveis, “agressivos” e/ou “perigosos”, principalmente quando agem em grupo ou em “família” (contra não ciganos). Convergentemente, é enquanto forma de violência que a própria questão da mutilação genital feminina (associada a certos segmentos de guineenses que continuam a praticá-la em Portugal ou na Guiné) emerge, esporadicamente mas sem produzir grande efeito, nos *media* portugueses.

Similarmente, as taxas de crime insignificantes registadas entre muçulmanos e hindus de origem indiana, oriundos de Moçambique, bem como o seu comportamento modelar no espaço público, nomeadamente dos seus descendentes em contexto escolar, vão a par com a consolidação da sua imagem como pessoas e comunidades “pacíficas”, “trabalhadoras” e “integradas” que respeitam valores e padrões públicos (a qual converge parcialmente com o imaginário nacional do português “honesto”). Uma imagem positivada para a qual muito contribuiu o papel crucial levado a cabo por alguns grupos de elite (Tiesler, 2000; Vakil, 2004) de hindus e muçulmanos; e para qual não tem sido de todo indiferente o modo como estes muçulmanos e hindus portugueses vivem e comunicam a sua “diferença” religiosa na esfera pública portuguesa, isto é, apresentando-se como crentes “moderados”, genericamente não interessados em sectarismos religiosos e bastante críticos a qualquer tipo de fanatismos, extremismos e/ou radicalismos (Bastos e Bastos, 2006).

A SIDA e as gravidezes adolescentes no caso das chamadas segundas gerações de origem africana, tal como a agressão masculina contra mulheres jovens e mais velhas que transgrediram a Lei Cigana ou o quantitativo relativamente elevado de mortes resultantes de conflitos inter-familiares, não são desconhecidos em determinadas camadas da população. Não obstante, os portugueses continuam a aderir ao provérbio popular - “entre marido e mulher, não metas a colher”. É, pois,

sintomático que a reacção “ética” mais radical no nível das relações inter-étnicas tenha sido recentemente conduzida por uma rede de mulheres académicas, contra um número reduzido de ciganos nómadas, oriundos da Roménia. Uma reacção despoletada pelo facto de algumas jovens mães pedirem nas ruas centrais de Lisboa, ao mesmo tempo que davam o peito a bebés que dormiam nos seus braços. Acrescentando à secular ciganofobia (Bastos, 2007) novas preocupações éticas, sobre estas jovens ciganas romenas recaiu a suspeita de serem “mães falsas”, que teriam raptado e abusado de tais crianças, as quais lhes deveriam ser retiradas, com a ajuda da polícia e dos serviços sociais.

De outro ângulo, também a própria defesa da virgindade feminina e certas formas de casamentos “combinados” não escasseiam entre os extractos mais elevados das elites portuguesas católicas com identificações e ideais aristocráticos (Pedroso de Lima, 2003). Em paralelo, a centralidade das figuras maternas, associada à enfatizada dimensão benevolente e sagrada da Virgem Maria (favorecendo o primado da ligação entre mães e filhos) continua a prevalecer em determinados segmentos burgueses e rurais. Também a realidade das jovens mães solteiras (apoiadas pela família e sobretudo pelas mães) não são desconhecidas nas camadas mais baixas da população do Portugal rural e suburbano.⁵

Supportadas por diferentes perspectivas analíticas, algumas dimensões têm vindo a ser enfatizadas

no sentido de justificar esta tolerância cultural portuguesa face a dinâmicas familiares muito diversas. Entre elas, sublinháriamos:

i) uma modalidade de educação das crianças, basicamente conduzida pelas mulheres, tendencialmente conducente a determinados tipos de carácter (Poinsard, 1911; Lourenço, 1978) definidos, contudo, por uma elevada necessidade de afiliação e de orientação positiva para os relacionamentos sociais, combinada com uma baixa necessidade de competição pela obtenção

5 Com efeito, e até à revolução democrática de 1974, a figura legal de “filho de pai incógnito” era muito comum (ainda que a sua referência directa pudesse ser entendida como uma ofensa à honra tanto do filho, como da mãe). No entanto, nos meios rurais portugueses, estas jovens “abandonadas” e/ou “desgraçadas” pelos homens de quem haviam engravidado eram, contudo, geralmente aceites e ajudadas pelas populações locais. Certos valores sociais, como a piedade, pareciam mais actuaentes do que o moralismo católico repressivo.

de poder (McClelland, 1961); ii) uma modalidade do colectivismo, baseada no primado da solidariedade alargada (estendida a vizinhos, comunidades, compatriotas, etc.) ancorada em valores familialistas (Hofstede, 1991); iii) a prevalência de uma orientação pacifista, orientada por uma visão do mundo católica com tonalidades femininas (Bastos, 2000) e associada, nos *media* e no imaginário popular, a “brandos costumes”; iv) uma tendência para o individualismo anárquico (Dias, 1953) de acordo com a qual os portugueses (em geral) tendem a reagir negativamente a qualquer tentativa de interferência institucional na organização das suas vidas, acompanhada de um moralismo verbal suave com aceitação das escolhas desviantes enquanto “humanas” (uma vez que “todos têm as suas fraquezas”); v) uma desvalorização da política e a sistemática pejorativação dos políticos e, por fim, vi) a quase ausência de uma sociedade civil dinâmica, motivada para causas militantes (Marques e Santos, 2004).

Gerações de convivalidade com tais dinâmicas culturais parecem ter ainda contribuído para o desenvolvimento de algumas variantes étnicas ou imigrantes, coloniais e pós-coloniais, igualmente caracterizadas por uma fraca produção de dicotomias e fundamentalismos (morais, culturais, religiosos, etc.), por uma baixa participação política dos imigrantes (Albuquerque e Teixeira, 2005), bem como por uma escassa orientação confrontacional. Dir-se-ia, assim, que o próprio padrão de justaposição sem interferência activa não é sinónimo de mundos autónomos e paralelos; embora se tratem de interacções tendencialmente assimétricas, o modo como alguns grupos imigrantes e etno-religiosos se deixam imaginar e interagem no plano inter-étnico, optando justamente pela evitação do confronto e pela negociação diplomática, parecem alimentar os ideais identitários portugueses de tolerância e abertura à diversidade.

A contrapartida a tudo isto não pode, contudo, ser escamoteada. Uma percentagem significativa das camadas mais baixas da população portuguesa, que migrou recentemente das zonas rurais para os centros urbanos, compete com sub-grupos de imigrantes (sobretudo de origem africana) por recursos (materiais e identitários) escassos. Homens e as mulheres de ambos os segmentos

partilham empregos instáveis, respectivamente na construção civil e nos serviços de limpeza,⁶ bem como habitações sociais e subsídios, atribuídos pelo Estado. Para alguns destes portugueses, os imigrantes transformam-se em rivais perigosos,⁷ uma situação que estimula algum grau de racismo verbal e comportamental, especialmente em tempos de crise (como actualmente) (Catarino e Oso, 2000). Em grande medida resultado das dinâmicas culturais atrás referidas, este racismo directo e subtil (o qual, em Portugal, comparativamente ao que tem acontecido noutros países europeus, não tem sido politicamente tão aproveitado por partidos xenófobos de extrema direita)⁸ tende a ser ocultado, permanecendo relativamente invisível à opinião pública dominante e sendo escassamente controlado pelos governantes, tribunais ou pela sociedade civil.

6 As quotas de entrada de imigrantes em Portugal para fins laborais, regulamentadas desde 2004 mediante a apresentação de relatórios anuais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, são supostamente estabelecidas em função das necessidades encontradas nos vários sectores de actividade (construção, alojamento e restauração, agricultura e outras actividades de serviços), embora, por exemplo, o serviço doméstico não surja na paleta das profissões listadas. Em Maio de 2009 foi divulgada uma carta aberta assinada por várias organizações de imigrantes e membros da sociedade civil (professores universitários, políticos, jornalistas, músicos, sindicalistas entre outros), denunciando, precisamente, o "fracasso da política das quotas" e como esta apenas tem contribuído para gerar uma "bolsa de indocumentados". A atribuição de um visto de trabalho por esta via acarreta uma série de condicionantes, nomeadamente, a dependência dos acordos bilaterais entre Portugal e os países de origem dos migrantes. O serviço de limpeza, o serviço doméstico e a construção civil são áreas que atraem um elevado número de mão-de-obra desqualificada, a baixo custo, sujeitas à precariedade e à sinistralidade. O crescente número de acidentes graves em obras públicas, com visibilidade na comunicação social tem, talvez, contribuído para que este sector esteja cada vez mais na esteira das autoridades (pelo contrário, os serviços domésticos e de limpezas continuam remetidos para a invisibilidade). Esta situação tem conduzido muitos homens ao desemprego permanente e/ou temporário (entre uma e outra obra). A ausência de contratos de trabalho e de protecção social lançam os homens numa espiral de incerteza em termos da sua segurança profissional. O trabalho como segurança e como motorista constituem alternativas às obras, sobretudo para os homens mais velhos, com baixas qualificações. Os homens mais jovens, à semelhança das mulheres, também trabalham em cadeias de *fast food* e *call centers* ou supermercados. Ainda que padeçam de constrangimentos análogos, as mulheres que trabalham nestes sectores muitas vezes conseguem garantir um rendimento mais permanente do que os homens.

7 Esta competição entre portugueses e migrantes pelas actividades domésticas e de limpeza contrapõe-se à ideia de "racialização" e "etnicização" do serviço doméstico que alguns autores encontram, por exemplo, em Espanha (Catarina e Oso, 2000).

8 Em Portugal, apenas o Partido Nacional Renovador (PNR) tem causado alguma polémica na opinião pública por causa da afixação de cartazes de índole racista e xenófoba, que apelam à expulsão dos imigrantes, em zonas centrais da cidade de Lisboa: "Basta de imigração. Nacionalismo é solução. Façam boa viagem." ou "As ideias não se apagam. Discutem-se. Basta de imigração. Façam boa viagem.", "Imigração? Nós dizemos não! Basta de abuso". Este último *slogan* é ilustrado por um conjunto de ovelhas negras que simbolizam as fronteiras abertas, o desemprego, a criminalidade, os salários baixos, o subsídio de dependência e o multiculturalismo, e por uma ovelha branca que simboliza o PNR.

2. COMPARANDO DINÂMICAS FAMILIARES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: OBJECTIVOS DA PESQUISA

Pesquisas comparativas anteriores⁹ interpelaram-nos a deshomogeneizar a própria noção de família migrante e/ou étnica, revelando-nos como em Portugal diferentes grupos e sub-grupos de imigrantes e minorias étnicas apresentam diferentes tipos de dinâmicas familiares, inseridas em diferentes tipos de recurso a igrejas e comunidades etnicamente organizadas, diferentes formas de *empowerment* dos homens, das mulheres ou dos juvenis e de organização das suas respectivas expectativas, estratégias e relações.¹⁰

Conceitos como género, geração ou família serão aqui entendidos como conceitos socio-historicamente e culturalmente construídos, pelo que nos distanciaremos de aceções eurocêntricas, baseadas em modelos universais. Não excluimos, todavia, a importância desses modelos universais, até porque estão, necessariamente, subjacentes ao desenho de políticas públicas e podem contribuir para efectivar os direitos básicos de cidadania. Trabalhar com tais categorias implica pensar nas suas múltiplas dimensões analíticas - classe, raça, etnicidade, posição no ciclo de vida, pertença religiosa, etc. - e nas combinatórias que contribuem para a sua complexificação (Amâncio, 1994; Frable, 1997; Mukhopadhyay, 1988; Oyewumi, 2004).

Muito embora as análises do ponto de vista das relações de género e geração sejam cruciais, dissolver e/ou reduzir a reflexão sobre relações familiares em contexto migratório a estes dois níveis, pode comportar perdas analíticas relevantes. É também no sentido em que as concebemos como categorias analíticas relacionais, entrosadas com uma série de outras categorias e relações sociais (Anthias, 2000: 24; King *et al*, 2006:249), que temos vindo a definir e a operacionalizar o conceito de dinâmicas familiares:

9 Conferir relatórios dos projectos de investigação "Different Children of Different Gods. Social Uses of Religions and Differentiated Social Insertion: a Structural-Dynamic Approach" (IME/ANT/49893), "Portugal in the XXI Century: Emerging Generations in a Multi-Ethnic Context" (POCI/ANT/60549) e "New Opportunities, New Patterns in Gender, Micro-family, and Inter-Ethnic Relations" (PIHM/ANT/63625), do CEMME/FCSH.

10 Em paralelo, permitiram-nos também deshomogeneizar, progressivamente, a própria arena portuguesa de relações inter-étnicas, evidenciando como, sob uma representação identitária colectiva fortemente partilhada, que merece ser conceptualizada sobretudo enquanto um ideal identitário, diferentes segmentos de classe e ideológicos desenvolvem diferentes estratégias intra-familiares e inter-étnicas (Bastos e Bastos, 2008).

“We define types of ‘family dynamics’ as specific modes of articulation between gender relations, intergenerational relations, ‘community’ relations, religious/moral relations and interethnic relations developed through history. These types of family dynamics are often recognized by a significant part of the members of the group. However, while certain dynamics are considered as ideal and/or a source of honour, prestige and moral superiority, others exist which may be felt as true but relatively problematic and/or even as a source of shame and humiliation. Thus, a family dynamic pattern can be conscious or repressed, congruent with dominant ideals more apparent within the older generations or (apparently) deviant or contra-ideal, affirmed or denied, stable or unstable, more or less confronted with alternatives and accepted or not by the main representatives of the group values. At the same time, within a migratory context, a family dynamic pattern can be seen as congruent or conflictive with the dominant or hegemonic values accepted in the cultural ecologies of the recipient group”. (Bastos e Bastos, 2008: 137)

Concretamente, a investigação focalizada em populações imigrantes e minorias étnicas inseridas na Área Metropolitana de Lisboa levou-nos a configurar alguns tipos de dinâmicas familiares. Uma das dinâmicas familiares trabalhadas envolve um *ethos* familiar forte, caracterizado por valores e práticas de família extensa, estratificação intergeracional, controlo parental, casamentos mais ou menos negociados, etc., combinado com um grau significativo de escrutínio acerca do comportamento moral e sexual das mulheres (mas também dos homens), relacionado com a crença, tantas vezes reforçada pela religião ou por fortes tradições etno-comunitárias, de que a transgressão a certos padrões produz “vergonha” e ofende o prestígio familiar. Claramente reconhecido e afirmado (sobretudo pelos adultos e, em particular pelos mais velhos) como um ideal praticado e como uma fonte de superioridade moral em relação a outros segmentos (étnicos e/ou de origem imigrante) e ao grupo dominante recipiente, este tipo de dinâmica familiar reage mal a esforços de mudança, uma vez que é suposto ser natural e atemporal. Tolerada, não obstante, algum grau de rebelião, controlado através de diferentes estratégias.

Associado a segmentos migrantes transnacionais oriundos sobretudo do Norte de África, Médio Oriente e a Ásia do Sul estabelecidos em diferentes contextos europeus (Ewing, 2006; Salih,

2003; Gardner, 2002; Beishon, Modood e Virdee, 1998, etc.), formas socio-históricas e culturais deste tipo de dinâmica familiar têm sido detectadas e estudadas em Portugal, quer em imigrantes originários do Punjab (Correia e Bastos, 2006), do Bangladesh (Mapril, 2007) ou de Marrocos (Faria, 2007), recentemente chegados, quer em segmentos de ciganos portugueses (Brinca, 2006; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; etc.) caracterizados por uma presença multiseccular no contexto português.

Variantes desta dinâmica têm sido também ventiladas entre populações portuguesas (de religião hindu e muçulmana) de origem indo-moçambicana, cujos antepassados (originários do Kutch, Khatiawar e Surat, no Gujate) migraram para Moçambique a partir de finais do século XIX, e as quais, na sequência do processo de descolonização, escolheram Portugal como um novo destino migratório (Malheiros, 1996; Bastos e Bastos, 2001, 2005 e 2006) Nestes casos, processos identitários bem mais ambivalentes, aos quais se somaram novos idiomas, estratégias e capitais desenvolvidos ao longo de várias décadas de relacionamento com Portugal, em diferentes contextos coloniais e pós-coloniais, resultam em matizes que enfatizam a centralidade (familiar, comunitária e até religiosa,¹¹ etc.) das mulheres, ao mesmo tempo que tendem a dissociar a religião de referência de qualquer padrão de violência, opressão ou exploração na relação entre géneros e gerações.

Embora de uma forma menos aprofundada, temos vindo a trabalhar sobre uma segunda dinâmica familiar, na qual os homens tendem a construir a sua masculinidade, prestígio e poder através conquista sexual e reprodutiva de várias mulheres (Rodrigues, 2007; Massart, 2005; Seibert, 2002). Os capitais corporais femininos (eróticos e gestantes) são, similarmente, manejados pelas mulheres jovens (sobretudo pelas pertencentes a camadas sociais mais carenciadas) como um recurso principal através do qual procuram negociar algum grau de mobilidade social e segurança material (Rodrigues, 2007). Todavia, em função da volatilidade da relação marital, a maternidade e o laço mãe-filhos transformam-se no principal investimento identitário e fonte de respeitabilidade das mulheres, as quais assumem, tantas vezes, a total responsabilidade pelo sustento e educação dos filhos.

11 Sobretudo o segmento hindu tende ainda a configurar a religião como um *locus* de superioridade feminina, enfatizando a superioridade das mulheres-mães na utilização dos recursos mágico-religiosos (Bastos, 2005).

Frequentemente atribuída a segmentos migrantes de origem afro-caribeano (Barrow, 1996), uma variante socio-histórica e cultural desta configuração foi por nós auscultada em alguns segmentos de imigrantes e descendentes de origem cabo-verdiana, exprimindo-se em três níveis (aparentemente) não congruentes entre si: um nível ideal (e semi-oficial) de respeito pelo primado masculino e gerontocrático, reconhecido como dominante no passado em Cabo Verde (o qual era compatível com os ideais católicos dos colonizadores portugueses e missionários, e com os da burguesia cabo-verdiana, identificada com os seus colonizadores); uma forma erotizada de primazia dos homens (jovens e adultos), que transforma a competição homofílica em torno das performances sexuais e reprodutoras masculinas num elemento, mais ou menos encobertamente, aceite; e, num terceiro nível, uma estratégia, ainda menos reconhecida e/ou ocultada, de emancipação das raparigas pubertárias através do recurso ao erotismo e à maternidade (Bastos e Bastos, 2008).

A inserção no contexto pós-colonial português, caracterizado por uma significativa evolução em termos de valores e práticas nas relações de género e geracionais (orientada nomeadamente para a emancipação profissional, económica e sexual das mulheres) pode constituir (e/ou ser concebida) como uma ameaça para os grupos que protagonizam a primeira dinâmica familiar descrita. A escolaridade prolongada e mista obriga a novas formas de controlo familiar e comunitário sobre os juvenis. Por exemplo, o que mais preocupa (de momento) os imigrantes Sikhs do Punjab é o impacto que a vivência prolongada em Portugal poderá causar nos filhos (e, sobretudo, nas filhas), dada a sua percepção do poder familiar das mulheres portuguesas e da “falta de respeito” hierárquico por parte dos filhos em relação aos progenitores. Temem, por isso, que o processo de autonomização dos filhos e filhas, o prosseguimento da sua educação em Portugal e o concomitante com o desenvolvimento de relacionamentos interculturais possa pôr em causa determinados valores familiares, “estrague” o nome e o prestígio (*izzat*) da família, não apenas em Portugal mas sobretudo no Punjab, podendo mesmo invalidar o retorno às origens ou própria prossecução de novos projectos migratórios em família (Correia e Bastos, 2006). Receios similares são partilhados por muitas famílias de portugueses ciganos, fazendo aumentar a deserção escolar e estimulando processos de aculturação antagonista. Incidindo sobretudo na defesa da virgindade feminina pré-marital e do casamento endogrupal (frequentemente “arranjado” entre primos e concebido

como um contrato de honra que não deve ser rompido), a protecção da honra familiar obriga ao casamento precoce das filhas, em detrimento da prossecução dos seus estudos em escolas inter-étnicas e mistas (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007).

Pelo contrário, o investimento crescente na escolarização dos filhos e das filhas¹² tem levado a que muitos pais hindus e muçulmanos, de origem moçambicana e detentores de mais recursos, os matriculem inclusive em instituições de ensino privado, de influência católica. Reconhecem que os seus filhos e as filhas constroem relações interpessoais, partilham referências, nutrem afectos, constroem pertenças cujo alcance transcende em muito as suas comunidades etno-religiosas de pertença. E não denegam as suas angústias associadas à adolescência dos filhos. É nesse sentido que têm vindo a desenvolver várias estratégias com vista a fomentar a socialização e influência inter-pares (muçulmanos ou hindus) como uma forma de viabilizar o próprio casamento intra-religioso. Até mesmo pais ismaelitas, que enfatizam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, aceitam o divórcio e investem no percurso escolar e na autonomia profissionalizante das filhas com idêntico envolvimento (ou, às vezes, até superior) aos dos filhos-varões, lhes incutem a escolha conjugal de alguém que partilhe a mesma religião e valores de vida (Bastos, 2006).

Esta valorização da comunidade etno-religiosa, transmitida às gerações emergentes, poderia levar a considerar que o multiculturalismo e o respeito pela diferença constituiriam uma estratégia adequada com vista à salvaguarda de certos valores familiares. Não obstante, e embora tenham negociado com as instituições governamentais a criação e o desenvolvimento de infra-estruturas comunitárias e religiosas, hindus e muçulmanos nunca reivindicaram a implementação de qualquer modelo de multiculturalismo institucional em Portugal. Apesar de acompanhada por respostas diferenciadas e de gradiente variável (desde estratégias de aculturação antagonista a estratégias de abertura

12 Pesquisas anteriores (Bastos e Bastos, 2006) revelam alguns indicadores de mudança na estrutura dos afectos (Yanagisako, 2000) e dos investimentos dos pais muçulmanos e hindus em relação às suas filhas. Inserida num processo de transformação mais amplo da atmosfera emocional familiar, decorrente da rejeição progressiva do modelo emocional ascético, distanciado e desafectado que configurava outrora as relações entre pais e filhos(as), tal mudança consiste na introdução de um padrão menos diferenciante em termos de género no que respeita à transmissão de afectos, recursos e até de bens materiais por parte das gerações parentais. Este padrão começa a tornar-se visível ao nível da educação académica, bem como sob a forma de dotes e doações em vida às filhas, pelos pais mais abastados, para as compensar das desigualdades subjacentes às regras de herança e/ou da perda de participação, depois de casadas, nas iniciativas e lucros das empresas familiares de orientação.

inter-étnica sem perda de valores culturais e religiosos), esta primeira dinâmica familiar está longe de suscitar o grau de “problematização” (intra-grupal e externo) detectada em segmentos de origem migrante associados à segunda configuração dinâmica.

Mais aberta à sexualidade inter-étnica e (mas só) aparentemente favorável às uniões conjugais e famílias mistas, esta segunda dinâmica, na qual as mulheres assumem uma responsabilidade desproporcional, em relação aos homens, no sustento e educação dos filhos, parece possuir múltiplas consequências. Mostrámos, em simultâneo, que tal dinâmica é concomitante com uma estratégia de posicionamento intercultural que se faz acompanhar da mobilização do racismo como explicação do relativo insucesso socio-económico e identitário do projecto migratório em Portugal (Bastos e Bastos, 2006). Para além da experiência, repetidamente verbalizada, de discriminação (verbal, residencial, profissional, legal e política, etc.), interlocutores de idades, recursos de classe e pertenças religiosas diversas mencionaram-nos que, tantas vezes, os seus grupos de referência são associados, tanto nos discursos mediáticos, como nos veiculados por técnicos sociais, de educação ou ligados à saúde, por exemplo, a configurações familiares supostamente “desorganizadas” e “disfuncionais”, supostamente catalizadoras de sexualidades “promíscuas”, “gravidezes precoces”, “taxas elevadas de SIDA”, “abandono” e “insucesso escolar” e “delinquência juvenil”.¹³

13 Sem denegarem a tendência envolvente à acusação pré-conceituosa e generalizante acerca da alegada (des) organização familiar dos seus grupos de referência, alguns (nomeadamente, mulheres) manifestaram-nos, de forma espontânea, a sua preocupação no que respeita “às jovens que têm filhos muito cedo”, “aos filhos que, quando as mães saem para trabalhar, ficam fechados na rua” e “desistem da escola”, ou à própria saúde materna e reprodutiva, situações que experienciam nos bairros onde residem ou onde vivem seus familiares e conhecidos.

14 A opção por trabalhar com interlocutoras de origem cabo-verdiana e são-tomense prende-se, ainda, com a quase inexistência de reflexões comparativas sobre as dinâmicas familiares destes grupos, os quais mantêm relações multiseculares entre si.

No presente volume, propomo-nos aprofundar esta segunda dinâmica familiar, cujos valores e práticas se tornaram um foco preferencial dos debates públicos sobre integração imigrante em Portugal. De uma forma mais precisa, a pesquisa foi orientada para responder às questões seguintes. Em que medida os percursos migratórios das mulheres de origem cabo-verdiana e são-tomense¹⁴ com quem trabalhamos deixam entrever continuidades e transformações ao nível das suas construções e práticas familiares? Que constantes e mudanças são, por elas, experienciadas como convergentes com as suas construções

ideais de sujeito e com os seus projectos de auto-realização pessoal? Que outras são sentidas como adversas e/ou fonte de sofrimento continuado e de vulnerabilização material e identitária? Quais são os principais organizadores do sistema simbólico-identitário, cultural e historicamente estruturado, que subjaz e renova este tipo de dinâmica familiar? Através de que recursos e acções lidam com vivências de vulnerabilidade e sofrimento que se articulam com dinâmicas de género persistentes? Quem deseja mudar, o quê e como?

Apenas indiciada, a resposta a estas últimas questões é fundamentada num segundo volume. As diferentes modalidades de participação cívica em que se envolvem (tanto as que se orientam directamente para a educação e sustento dos filhos, como as que se dirigem para outros significativos, cá e lá) e, nomeadamente, as que passam por construir mediações entre pessoas, lugares e entidades (entre espaços públicos e privados, entre pais de origem e destino, entre os bairros sociais onde vivem e estruturas organizacionais, como as autarquias e o Estado português, etc.) ampliam as suas competências, redes e capitais, conferem-lhes “respeitabilidade” comunitária e transnacional, oferecendo-lhes uma justificação de vida e de auto-realização.

Na verdade, se nos distanciarmos da topografia da igualdade/desigualdade de género, insuficiente para dar conta de vidas e sofrimentos que não necessariamente captados nestes termos, as questões da emancipação feminina podem ser vistas de diferentes ângulos e não determinam simples inversões, subversões ou rectificações de determinadas estruturas de poder. No fundo, o que pode ser perspectivado como mais significativo é também, de acordo com a pesquisa efectuada, a forma ágil como muitas das nossas interlocutoras adquirem tácticas e espaços de mobilidade e os negoceiam, face mas adentro de contextos marcados por múltiplas assimetrias.

3. FLUXOS MIGRATÓRIOS DE MULHERES SÃO-TOMENSES E CABO-VERDIANAS EM DIRECÇÃO A PORTUGAL

A tendência para a feminização dos fluxos migratórios ventilada à escala internacional verifica-se, de igual forma, no actual contexto português e, nomeadamente, entre as migrantes de origem africana oriundas dos PALOP.¹⁵ Suplantando a escala de mobilidade interna, a migração de mulheres são-tomenses constitui um exemplo recente de tal tendência, tornando-se uma realidade internacional desde 2001.

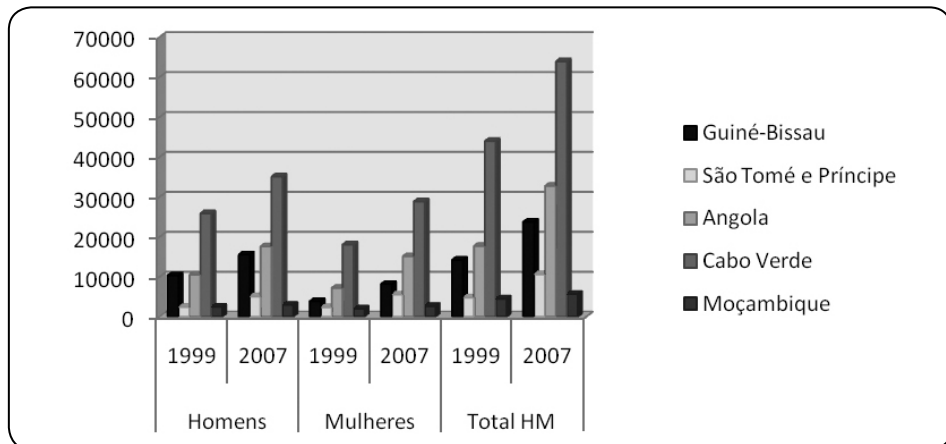
Tabela 1 - População proveniente dos PALOP residentes em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (1999-2007)

	Homens			Mulheres			Total		
	1999	2007	Tx Cresc (%)	1999	2007	Tx Cresc (%)	1999	2007	Tx Cresc (%)
Guiné-Bissau	10 334	15 555	51	3 883	8 178	111	14 217	23 733	67
São Tomé e Príncipe	2 440	5 077	108	2 369	5 550	134	4 809	10 627	121
Angola	10 529	17 610	67	7 192	15 118	110	17 721	32 728	85
Cabo Verde	25 876	35 075	36	18 075	28 850	60	43 951	63 925	45
Moçambique	2 490	2 990	20	2 012	2 691	34	4 502	5 681	26
Outros de África	2 862	7 841	174	1 735	3 424	97	4 597	11 265	145
África	54 531	84 148	54	35 266	63 811	81	89 797	147 959	65

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

15 As migrações subsarianas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa marcaram até à década de 90 do século XX, quase exclusivamente, os principais fluxos migratórios em território português, sendo essencialmente a partir desta data que estes se começam a diversificar e intensificar. De acordo com os dados do SEF de 2007, os imigrantes provenientes dos PALOP representavam 92% do total de africanos residentes em Portugal, e 31% do total de imigrantes residentes em Portugal. Se, em números absolutos, as migrações cabo-verdianas se destacam das restantes, em termos das taxas de crescimento (1999-2007) evidenciam-se as migrações são-tomenses (121%) e angolanas (85%). Ao diferenciarmos esses dados por sexo, as taxas de crescimento são ainda mais inflacionadas, denotando a feminização dos fluxos, que no caso das mulheres são-tomenses representam (134%), tendência acompanhada pelas mulheres guineenses e angolanas (ambas 111%). Porém, quando comparando os números absolutos, segundo os dados oficiais, apenas o número de mulheres são-tomenses ultrapassa o número de homens (cf. Tabela 1)

Gráfico 1 - População proveniente dos PALOP residentes em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (1999-2007)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Com efeito, após a independência de S. Tomé e Príncipe, o partido único (MLSTP) insistiu na edificação de uma identidade nacional, alimentada pela criação de novos símbolos e políticas, cimentados por múltiplos ataques à dominação colonial portuguesa (Seibert, 2002). Entre elas, implementou medidas, assentes numa propaganda negativa sobre os efeitos emigração, que visavam o retraimento dos fluxos emigratórios. Não obstante, no contexto da transição política de São Tomé e Príncipe para o multipartidarismo (em 1989), e perante um cenário económico nacional insustentável e uma conjuntura social e política de maior abertura, muitos são-tomenses puderam, finalmente, investir num projecto migratório, até aí retraído e desencorajado pelo Estado pós-colonial. Os três principais destinos¹⁶ de um êxodo, descrito como “definitivo e desorganizado” (Bonfim, 2000; Mata 2000; Nascimento, 2006), são o Gabão,¹⁷ Angola e Portugal, com destaque para estes dois últimos destinos.

16 Identificámos, todavia, outros destinos migratórios, mais ou menos circunstanciais, em função da conjuntura sócio-histórica, ao abrigo de acordos entre países, e comparativamente menos expressivos. Em África: Moçambique e Guiné Equatorial. Na Europa: Reino Unido, França, Espanha e Alemanha. No resto do mundo: Cuba, Brasil e países da antiga URSS.

17 No Gabão, o principal factor de atracção, inclusive para muitas mulheres, foi o crescimento da economia informal, associado à proximidade geográfica. Em 1993, todos os imigrantes são-tomenses sem visto foram repatriados, grupo essencialmente constituído por mulheres associadas ao comércio informal. Nos últimos anos, este fluxo tem perdido alguma expressão (Bonfim, 2000).

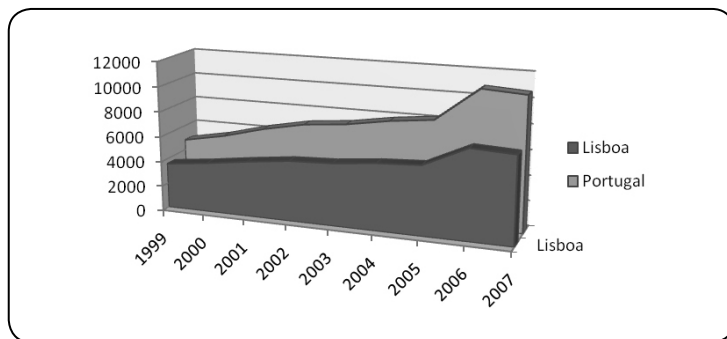
Se, inicialmente, as migrações de São Tomé e Príncipe para Portugal eram eminentemente masculinas e atraídas pela oferta de trabalho, sobretudo no sector da construção civil, a partir de 2001, a situação inverteu-se.¹⁸ O fluxo emigratório passou a ser constituído, na sua maioria, por mulheres em idade activa (cf. Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 - População proveniente de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal 1999-2007

	Sexo	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Portugal	H	2440	2731	3103	3394	3533	3744	3926	5195	5077
	M	2369	2706	3201	3574	3746	4084	4272	5643	5550
	Total	4809	5437	6304	6968	7279	7828	8198	10838	10627
Lisboa	Total	3605	3978	4430	4819	4966	5313	5501	7108	6945

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Gráfico 2 - População proveniente de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal 1999-2007



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

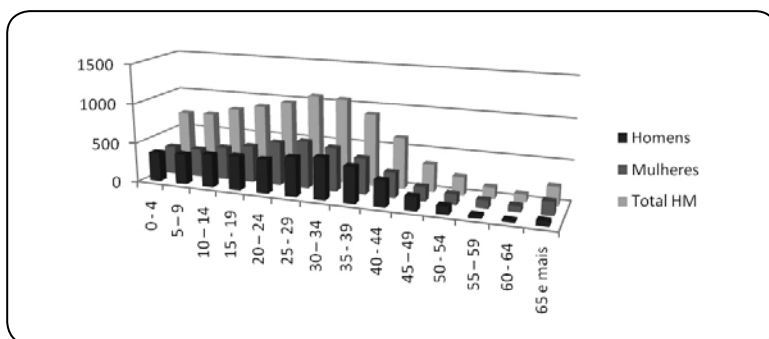
18 Em Portugal, residem actualmente 15 a 18 mil imigrantes de origem são-tomense (embora o SEF registe cerca de 11 mil). Esta estimativa resulta de entrevistas realizadas ao Cônsul de São Tomé e Príncipe em Lisboa e ao presidente da ACOSP, considerada a “associação mãe” das associações são-tomenses em Portugal. No caso da Embaixada, os números disponibilizados são apurados com base nos registos consulares, a que todos os emigrantes estão obrigados, quando chegam. O cartão consular prevê a regularização periódica de 2 em 2 anos. No caso da associação, o levantamento parte da experiência do dirigente associativo e do seu contacto directo com as populações nos bairros e com outros membros e/ou representantes de associações de/com são-tomenses. Uma vez que o Estado são-tomense nunca procedeu ao recenseamento da população emigrante é igualmente difícil saber, por exemplo, quantos emigrantes procuram outros destinos europeus.

Tabela 3 - População proveniente de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal por sexo, segundo o grupo etário (SEF, 2006)¹⁹

Grupos Etários	Sexo		
	Homens	Mulheres	Total
Total	4224	4650	8874
0 - 4	368	351	719
5 - 9	384	350	734
10 - 14	417	407	824
15 - 19	432	461	893
20 - 24	428	544	972
25 - 29	491	590	1081
30 - 34	525	543	1068
35 - 39	454	451	905
40 - 44	328	315	643
45 - 49	173	174	347
50 - 54	104	127	231
55 - 59	39	97	136
60 - 64	20	73	93
65 e mais	61	167	228

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Gráfico 3 - População proveniente de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal por sexo, segundo o grupo etário - 2006



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

¹⁹ Não existem dados relativos a 2007.

Divergindo parcialmente do caso são-tomense,²⁰ a história da formação da sociedade cabo-verdiana confunde-se, em certa medida, com uma tradição migratória secular (Góis, 2006).²¹ Enfatizado pela memória colectiva (Carling, 2001 e 2002; Akesson, 2004; Fortes, 2005; Góis 2006; Carling e Batalha, 2008; etc.) e recorrentemente reeditado na cultura expressiva cabo-verdiana - particularmente nas produções musicais difundidas no país de origem e na diáspora (Dias 2000, 2004) - o migratório quase se “naturaliza”. Por acréscimo, o recrudescimento da emigração feminina cabo-verdiana, sobretudo para a Europa (Carling, 1997 e 2002; Andall, 1999 e 2002; Catarino e Oso, 2000; King e Zontini, 2000; Sertório e Pereira, 2004; Wall *et al*, 2005) revela bem que o homem não desempenha mais, de forma exclusiva, um papel histórico de *breadwinner* da família.

Tabela 4 - População proveniente de Cabo Verde, residente em Portugal de 1999 a 2007

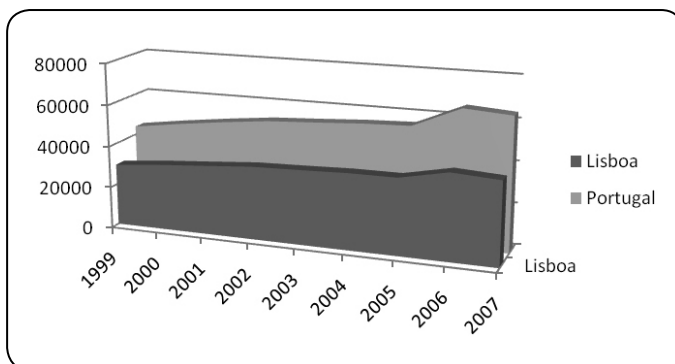
	Sexo	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Portugal	H	25876	27361	28540	29566	30092	30701	31044	35916	35075
	M	18075	19732	21305	22657	23342	24087	24564	29599	28850
	Total	43951	47093	49845	52223	53434	54788	55608	65515	63925
Lisboa	Total	29660	31752	33424	35181	35793	36545	36641	41310	39953

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

20 Durante o período colonial, a intensiva circulação de pessoas entre as colónias, por via do abastecimento de mão-de-obra, era remetida à invisibilidade. Para manter o importante centro de produção económica da metrópole portuguesa, São Tomé e Príncipe recebeu milhares de trabalhadores, habitualmente designados por “contratados”. A contratação forçada de trabalhadores para as roças foi encenada pela Sociedade de Emigração para São Tomé e Príncipe, desde 1912. O seu objectivo era a substituição de mão-de-obra escrava no período subsequente à abolição da escravatura, o que conduziu à reunião naquele território de vários milhares de pessoas maioritariamente oriundas de Cabo Verde, Angola e Moçambique, mas também do Gabão, Libéria, Macau, Índia, etc. (Bonfim, 2000:11; INE STP, 2003), culminando naquilo que alguns autores indiciam como uma segunda fase da escravatura. Com poucas possibilidades de regresso aos países de origem, muitos desses trabalhadores acabariam por se estabelecer, constituindo família e raízes, fazendo hoje parte integrante da população são-tomense.

21 Apesar de defender a insuficiência do conceito de diáspora para abranger todas as lógicas e dinâmicas da emigração cabo-verdiana, Góis (2006: 25-27) reconhece que, quando analisada historicamente, a emigração cabo-verdiana apresenta ciclos migratórios diferenciados que configuram diferentes diásporas. Destinos que historicamente participaram na construção secular da cultura migratória cabo-verdiana, hoje em dia não participam directamente na construção do projecto transnacional; é o caso de São Tomé e Príncipe.

Gráfico 4 - População proveniente de Cabo Verde, residente em Portugal de 1999 a 2007



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Tabela 5 - População cabo-verdiana residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário (2006)

Grupos Etários	Sexo		
	Homens	Mulheres	Total HM
Total	31849	25520	57369
0 - 4	1620	1470	3090
5 - 9	1368	1097	2465
10 - 14	1898	1867	3765
15 - 19	2277	2153	4430
20 - 24	2534	2469	5003
25 - 29	3304	2948	6252
30 - 34	4118	3129	7247
35 - 39	4150	2796	6946
40 - 44	3766	2367	6133
45 - 49	3005	1858	4863
50 - 54	1098	725	1823
55 - 59	811	552	1363
60 - 64	854	617	1471
65 e mais	1046	1472	2518

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Em Portugal, embora a população proveniente de Cabo Verde não apresente um diferencial por género que denote uma notória feminização dos fluxos migratórios (como no caso são-tomense), o quantitativo de mulheres imigrantes, em termos absolutos, tem vindo a aumentar. De modo similar

ao que ocorre noutros fluxos migratórios oriundos dos PALOP em direcção a Portugal e a outros países europeus, a migração feminina de origem cabo-verdiana responde, em parte, a uma reestruturação do mercado laboral, nacional e internacional, que regista uma procura de mão-de-obra relacionada com a esfera dos cuidados²² (Carling, 1997 e 2002; Andall, 1999; Catarino e Oso, 2000; King e Zontini, 2000; Fikes, 2000; Sertório e Pereira, 2004, Wall *et al.*, 2005).²³

22 A um nível global, esta procura resultaria daquilo que alguns autores vêm denominando como uma “crise da domesticidade” (Ribas-Mateos, 2002), decorrente da reestruturação internacional da divisão do trabalho reprodutivo encabeçada pelas mulheres do “primeiro mundo”. Ao abandonarem o trabalho reprodutivo para integrarem mercados laborais qualificados, estas mulheres contratariam os serviços de outras mulheres, migrantes oriundas de países do “terceiro mundo”, para assumirem as suas anteriores funções (Arnado, 2003; Parreas, 2000; Catarino e Oso, 2000; Zontini, 2001; Ribas-Mateos, 2002; Tacoli, 2001; Pe-pua, 2003; Ehrenreich e Hirsch, 2002). Este processo de reorganização - e mercantilização - do trabalho reprodutivo originaria uma “cadeia” (“chain of care”) através da qual se transfeririam serviços relacionados com a actividade de “cuidar” entre mulheres com posicionamentos (socio-económicos, culturais, etc.) distintos. O actual contexto português não se configura como uma excepção a tais processos. Embora careçam, entre nós, estudos aprofundados sobre as “geografias” e as lógicas do recrutamento para o mundo dos cuidados (Catarino, 2007; Maia, 2006; Catarino e Oso, 2000), temos notícia de que se trata de um mercado inter-eticamente competitivo.

23 Paralelamente, vários trabalhos têm vindo a analisar as práticas e redes de negócios transnacionais em que envolvem inúmeras mulheres cabo-verdianas, salientando como tais actividades lhes oferecem uma alternativa ao desemprego, bem como a possibilidade de construir a sua autonomia financeira e/ou das suas famílias (Marques *et al.*, 2001; Grassi, 2003).

4. ESTADO CIVIL, RELACIONAMENTOS HOMEM-MULHER E QUESTÕES DE GÉNERO

Ao analisarmos o estado civil das mulheres imigrantes dos PALOP, de acordo com os dados do INE de 2001, verificamos que existem, de um modo geral, mais mulheres solteiras (39,7%) do que casadas com e sem registo, 26% e 26,3% respectivamente. Não obstante, nos contextos de origem e migratório em questão, quando os actores sociais se afirmam “casados” podem referir-se a uma pluralidade de formas de relacionamento entre homens e mulheres, como formalizadas no registo, na Igreja Católica, na religião islâmica, através de múltiplas tradições africanas, mediante uniões de facto sem qualquer formalização, etc.

Tabela 6 - População estrangeira feminina por estado civil e nacionalidade, 2001

Nacionalidade	Estado Civil							
	Solteiro	Casado c/ registo	Casado s/ registo	Viúvo	Separado	Divorciado	Total	
PALOP	n. ^a	15.289	10.008	10.116	1.880	652	576	38.521
	%	39,70%	26,00%	26,30%	4,90%	1,70%	1,50%	100,00%
Angola	n. ^a	5.701	3.849	3.720	672	264	281	14.487
	%	39,40%	26,60%	25,70%	4,60%	1,80%	1,90%	100,00%
Cabo Verde	n. ^a	4.994	3.707	3.641	765	213	140	13.460
	%	37,10%	27,50%	27,10%	5,70%	1,60%	1,00%	100,00%
Guiné-Bissau	n. ^a	2.031	958	1.293	159	63	30	4.534
	%	44,80%	21,10%	28,50%	3,50%	1,40%	0,70%	100
Moçambique	n. ^a	827	846	372	155	44	88	2.332
	%	35,50%	36,30%	16,00%	6,60%	1,90%	3,80%	100
S. Tomé e Príncipe	n. ^a	1.736	648	1.090	129	68	37	3.708
	%	46,80%	17,50%	29,40%	3,50%	1,80%	1,00%	100,00%

Fonte: INE, Censos 2001²⁴

24 O universo considerado abrange as mulheres com idade superior a 15 anos.

Esta pluralidade de modalidades de formalização e de não formalização de relações maritais - que podem ser consideradas, todavia, como situações de conjugalização dificultam a utilização de tais dados.

Por sua vez, a multiplicidade de tradições e práticas maritais não é, de todo, incompatível com o estatuto legal de “solteira”. Ou seja, muito embora entre as mulheres solteiras se destaquem as de origem são-tomense, que representam um universo de 46,8%, seguidas das guineenses (44,8%) bem como das angolanas (39,4%) e das cabo-verdianas (37,1%), isso não significa que tais mulheres não se tenham envolvido em projectos e práticas de conjugalização, dos quais muito frequentemente resultou um número significativo de filhos.

A percentagem de mulheres PALOP separadas (1,7%) e divorciadas (1,5%) é, compreensivelmente, reduzida. De novo, a realidade estatística parece subestimar a realidade das separações vividas, tantas vezes precoces e aumentando progressivamente com a idade, o que significa que desde muito cedo as mulheres começam a assumir responsabilidades de sustento e educação dos filhos sozinhas. Para mais, as “divorciadas” ou “separadas” que viviam em união de facto (sobretudo aquelas que, após uma certa idade, decidem permanecer sem companheiro) tendem a cristalizar o estado civil anterior, como forma de manterem um certo estatuto social, e/ou minimizarem a “vergonha da mulher deixada”.

Deste modo, as categorias utilizadas nas análises socio-demográficas disponíveis (solteira, casada com ou sem registo, etc.) não parecem dar conta desta pluralidade de relacionamentos homem-mulher, e muito menos das classificações, significados e valorações que contextualmente lhes são atribuídos, dimensões fulcrais quando queremos, como é o caso, pesquisar construções e relações de género. Em simultâneo, eclipsam (sem propôr novos reveladores e/ou indicadores estatísticos) características distintivas dos contextos de origem das mulheres cabo-verdianas e são-tomenses em estudo, parcialmente recriadas em contexto migratório: a saber, uma quase ausência de conjugalidade monogâmica, a proeminência de relacionamentos maritais mais ou menos regulares mas voláteis, associadas a um número significativo a lares monoparentais e matrifocais.

5. TRABALHAR A PARTIR DE SUBJECTIVIDADES BIOGRÁFICAS: PRESSUPOSTOS E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Sem menosprezarmos a importância de tais análises mas reconhecendo as suas limitações, optámos por desenhar uma pesquisa comparativa de tipo qualitativo. O nosso objectivo principal - o de compreender de que modo as vidas familiares de mulheres cabo-verdianas e são-tomenses se interseccionam e influenciam os seus processos de integração migratória e, em particular, o modo como lidam com o sofrimento e com a vulnerabilidade, duas modalidades de existência que pautam frequentemente as suas vidas - ditou a opção pela recolha e análise de biografias.

Trabalhámos cada biografia na sua especificidade e, em simultâneo, como uma alternativa adentro de um número plural mas não infinito de histórias de vida e de família, histórica e conjunturalmente possíveis. Estimulámos e analisámos a narrativa livre, articulando-a sistematicamente com conteúdos recolhidos através de um guião de entrevista semi-directiva, focalizado nos seguintes parâmetros:

- i. narrativas implicadas na construção de modelos ideais de pessoa, pré e pós-migratórios, configuradores de possibilidades e estratégias de acção e expressão diferenciadas consoante o género;
- ii. valores e imaginários, de género e sexualidade, que sustentam e reproduzem tais concepções de pessoa feminina e masculina e, nomeadamente, os que produzem ganhos e vulnerabilidades associados à iniciação sexual pubertária e à gravidez juvenil;
- iii. estratégias de acção desenvolvidas por mulheres, criadas e propiciadas por relações de desigualdade de género historicamente configuradas;

iv. influência de imaginários associados a comparações intra-étnicas, particularmente com grupos de origem,²⁵ e inter-étnicas²⁶ como fontes de resistência ou enquanto impulsionadores de processos de mudança.

Tentámos aceder, deste modo, a um nível da realidade vivida de difícil quantificação. Colocámos a tónica nos valores, significados, motivações e estratégias, nas aspirações, expectativas e decepções, e no espectro de emoções que os movem. A utilização estratégica da história de vida, apoiada na estimulação da narrativa livre e semi-dirigida, obrigou-nos a questionar, passo a passo, a relação entre subjectividades pessoais e dinâmicas socio-culturais.

25 Os limites temporais a que esteve sujeita esta pesquisa não permitiram aprofundar a influência de sub-identidades etno-nacionais (por exemplo, entre *forros* e *angolares* no caso das interlocutoras são-tomenses ou entre *bádios* e *sampadjudos*, no caso das cabo-verdianas). Não obstante, como veremos, determinadas competências identitárias, configuradas historicamente entre várias ilhas e sub-eticidades, são frequentemente mobilizadas na justificação da instabilidade e separação conjugal, e de outros conflitos familiares.

26 Pela mesma razão (cf. nota anterior), a comparação foi estimulada, sobretudo, em relação aos portugueses em geral e, particularmente, aos amigos, vizinhos, colegas de escola e faculdade, colegas de trabalho, etc. Apesar de terem emergido comparações espontâneas (entre cabo-verdianos, são-tomenses, angolanos, guineenses, brasileiros, etc.), a sua análise exigiria uma pesquisa mais sistemática.

27 “Se se regista como tal um testemunho individual (...) isto não quer dizer que se valorize o indivíduo, entidade adulta e singular, mas sim que ele é aqui tomado como amostra da comunidade” (Sapir, 1967: 90); “Le social qui s'exprime à travers les voix individuelles” (1988: 20); “A pessoa é considerada como o espelho do seu tempo, da sua envolvente” (Poirier *et al.*, 1995: 30).

Habitámo-nos a conceber tal relação a partir de dois pressupostos interligados: o de que a voz personalizada deve ser tomada como uma “amostra” da “comunidade” e da “cultura”; e o de que uma sobreposição de vozes (escolhidas por diversos critérios de amostragem) nos permitiria abstrair um padrão, colectivo, comunitário, cultural, socio-histórico.²⁷ Dois pressupostos que não são, contudo, a-problemáticos (Sapir, 1949; Leach, 1954; Devereux 1967).

Quando procuramos aceder a determinada dinâmica sócio-cultural, fazemo-lo a partir de um modelo que construímos sobre aquela, a qual contempla, incontornavelmente, uma hipótese sobre tal relação: ou os sujeitos são concebidos como fragmentos, amostras, reflexos parciais etc. de uma determinada dinâmica socio-cultural; ou esta encontra-se contida, implicada, de uma forma estrutural, em cada sujeito; ou a existência de uma pluralidade de posições de sujeito (orientadas por estratégias identitárias diferenciadas) exige conceber não apenas *uma* mas *várias* dinâmicas socio-culturais, em contradição, tensão, mudança;

ou,... a opção por uma hipótese não só justifica o modelo que a pressupõe, como condiciona o modo como lidamos com as vozes biográficas.

Se as concebemos como reveladores parciais de uma realidade supra-pessoal, tendemos a estimular não apenas a competência humana para “descrever” a realidade mas também para construir e explicitar “lógicas” e “razões” subjacentes e organizadoras da mesma. Ficcional ou abstrair regularidades a partir do somatório das “descrições” e “razões” produzidas por sujeitos nem sempre é impossível, mas muito frequentemente constatamos que o é. Quando pesquisamos sobre tópicos centrais, relacionados com a construção identitária do sujeito ou sobre relações de poder (a múltiplos níveis), a discordância entre interlocutores torna-se, por vezes, sobressaliente. Mas as competências identitárias não constituem a sua única fonte. A ambivalência, quase nula em relação a certos itens, maximiza-se quando incidimos em temas muito investidos do ponto de vista afectivo, como sejam o funcionamento corporal, a sexualidade, ou as relações cruzadas entre gerações e géneros. Ora, é justamente esse o enfoque da pesquisa em pauta.

Optámos, neste sentido, por valorizar ambivalências e contradições - não as equacionando quanto a “impurezas” a extrair, ou a “restos” inactivos da pesquisa. Uma opção metodológica também ela decorrente do pressuposto de que partimos, segundo o qual a história da organização interna dos grupos e das suas relações externas, bem como das suas produções ideológicas, visa primordialmente a estabilização de uma dada organização social da subjectividade identitária, necessariamente desequilibrada (Leach, 1954), de molde a simultaneamente revelar e, em simultâneo, ocultar relações de força, tensão e mudança que lhe estão subjacentes (Godelier, 1995).

Entrevistámos²⁸ (em duas ou três sessões diferentes) cerca de uma dezena de mulheres de cada uma das duas origens genealógicas referidas.²⁹ As narrativas biográficas que compõem esta pesquisa foram produzidas por mulheres estrategicamente seleccionadas pela heterogeneidade que apresentavam: em

28 O género, a idade, o fenótipo racial, e a própria origem etno-nacional das entrevistadoras (Irene Banze, Celeste Fortes e Sónia Ramalho, a quem agradecemos) proporcionou complicitades que facilitaram a abordagem de determinadas temáticas.

29 O enfoque empírico não foi centrado numa distribuição estatística. Tanto mais que o próprio universo das mulheres migrantes genealogicamente ligadas a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe residente na Grande Lisboa não é conhecido com suficiente precisão.

termos etários³⁰ e socio-económicos, ao nível dos seus processos de escolarização, a partir dos valores e recursos indiciados pelas suas narrativas familiares e biográficas que remetem para diferentes posicionamentos e ideais de classe,³¹ mas também em função dos seus percursos, motivos e processos migratórios.

Trabalhámos sobre biografias de mulheres, como Esperança, Domingas ou Luisa, que deixaram a sua terra natal para se reunirem ao marido/pai de filhos, embora actualmente várias tenham sido “deixadas” em prole de mulheres mais novas, com o intuito de “melhorarem as condições de vida da família”, cá e lá, e/ou porque “queriam dar aos filhos uma formação, para terem uma vida melhor de futuro”. Comparámos as suas experiências com as de Évora, Idalina, Fátima ou Neusa, mulheres mais jovens, solteiras e sem filhos, que emigraram “sozinhas” com a motivação de “ajudarem a família” de orientação, “trazerem mais irmãos e irmãs”, conseguirem “levar alguma coisa para as (suas) terras”. Complementámo-las com os testemunhos de mulheres-mães ou “separadas”, como Didi e Etelvina, que emigraram mais ou menos apoiadas por parentes da família próxima ou alargada, na origem e no destino, “dando filhos para criar” ou “deixando-os” ao encargo de parentes (mãe, irmãs, tias, madrinha, etc.), cujo dia-a-dia migratório tem sido exclusivamente orientado “para trabalhar” e “ganhar dinheiro” para “sustentar” e “educar” os filhos “lá” (ou “aqui”, quando conseguem algum grau de reunificação migratória da relação mãe-filhos).

30 A variabilidade etária das entrevistadas, mas também o estímulo fornecido à comparação inter-geracional (entre as suas vidas e vida das suas mães, tias e avós) revelaram-se estratégias cruciais para compreender o modo como as construções e expectativas de género e familiares se reformulam ao longo do ciclo de vida.

31 Na construção desta variável, utilizámos critérios subjectivos (isto é, a definição que nos forneceram acerca das suas famílias de orientação), mas também alguns indicadores objectiváveis (profissionais, económicos, migratórios, etc.).

Tabela 7 - Caracterização sucinta das mulheres entrevistadas (cf. Anexo)

Nome	Data de nascimento	Origem	Tipo de migração	Posição de classe/origem	Posição actual ciclo de vida
Esperança	1943	S. Tomé	Reunificação familiar e laboral	Baixa	Separada, mãe de quatro filhos adultos
Domingas	1947	S. Tomé	Reunificação familiar e laboral	Média	Separada, mãe sete filhos (e sete enteados)
Celeste	1948	Cabo Verde (S. Vicente)	Prosseguimento de estudos	Média alta	Casada, dois filhos
Inocência	1951	S. Tomé	Reunificação familiar e laboral	Baixa	Separada, quatro filhos
Idalina	1953	Cabo Verde (S. Antão)	Laboral	Baixa	Junta, três filhos adultos
Didi	1954	S. Tomé	Laboral	Baixa	Separada, dez filhos, mãe à distância
Évora	1954	Cabo Verde (Santiago)	Laboral	Baixa	Separada, com quatro filhos
Luisa	1955	S. Tomé	Reunificação familiar e laboral	Média	Casada com filhos adultos
Beatriz	1962	S. Tomé	Trabalhadora/estudante	Média	Mãe solteira, à distância
Fátima	1966	S. Tomé	Laboral	Baixa	Junta, mãe de dois filhos
Iolanda	1970	S. Tomé	Jovem, acompanha família;	Baixa	Casada, um filho
Maria	1974	S. Tomé	Criança, acompanha a família;	Média alta (em declínio)	Solteira
Neusa	1976	Cabo Verde (S. Vicente)	Laboral	Baixa	Junta, com um filho
Sónia	1977	S. Tomé	Trabalhadora-estudante	Baixa	Junta, mãe à distância de um filho
Angélica	1977	S. Tomé	Trabalhadora-estudante	Baixa	Solteira, vive com o filho
Irene	1978	S. Tomé	Trabalhadora-estudante	Média	Solteira
Marlene	1979	Cabo Verde (S. Vicente)	Trabalhadora-estudante	Média	Casada, com dois filhos
Etelvina	1979	Cabo Verde (S. Antão)	Laboral	Baixa	Solteira, com dois filhos
Luana	1980	Descendente (Santiago)	Não se aplica	Baixa	Solteira
Ana	1980	Cabo Verde (S. Vicente)	Estudante/com bolsa e apoio económico familiar	Média alta	Solteira
Maria	1983	Descendente (S. Vicente)	Não se aplica	Baixa	Solteira
Vânia	1984	Descendente (Santiago)	Não se aplica	Baixa	Solteira, com um filho
Marina	1985	Descendente (Santiago)	Não se aplica	Baixa	Solteira, com um filho

Embora se posicionem em diferentes fases do ciclo de vida feminino - associadas a diferentes responsabilidades de género e familiares - muitas destas mulheres têm em comum o facto de fazerem parte de migrações laborais de esperança, suportadas por estratégias e práticas de transnacionalismo familiar caracterizadas por um desenvolvimento incipiente de estratégias colectivas (associações culturais, cívicas e políticas, de empresarialismo associativo, etc.) que permitam agregar e dinamizar identificações entre pares com as mesmas origens no mesmo ou em diferentes contextos migratórios.

Algumas, no entanto, detinham capitais familiares e migratórios não desprezáveis - familiares próximos e distantes, por vezes há três gerações, com experiência migratória (em Portugal, na Holanda, Itália ou nos EUA, no caso das cabo-verdianas, ou em Angola, Cuba, Inglaterra, nas são-tomenses). Várias podiam contar, em simultâneo, com o apoio de instituições poderosas, como a igreja católica ou algumas igrejas evangélicas. Outras tinham muito menos. Mas a exibição das vantagens (materiais, sociais e identitárias) adquiridas por aqueles que deixam os seus países de origem estimulou todo um trabalho imaginário sobre a potencialidade imigratória. Mesmo quando a inserção em contexto português se prolonga no tempo (constituindo geralmente uma decepção face ao que parecia à distância),³² o seu projecto de vida e investimento identitário principal - material, familiar, afectivo, etc. - tende a recentrar-se, salvo algumas excepções nas suas respectivas origens ou, nalguns casos, em trajectórias migratórias futuras para a países europeus.

Recolhemos e tratámos igualmente biografias de estudantes cabo-verdianas e são-tomenses. Embora detivessem outras possibilidades de escolha (Cuba, França, Itália, etc., aproveitadas inclusive por alguns dos seus familiares próximos) optaram por Portugal, com o apoio das suas famílias, lá e cá. Os recursos, valores e ideais de classe dos *backgrounds* familiares de Ana, Sónia,

Beatriz ou Celeste distinguem-nas, em parte, das mulheres da sua geração “sem escola”, que vieram para “trabalhar”, “nas limpezas, porque é o que sabem fazer”. Sem filhos - ou, não raramente, com um filho pequeno, deixado geralmente ao cuidado da avó materna - migraram para “estudar” ou “continuar

32 A maioria das emigrantes laborais que compõem este estudo (ao contrário das estudantes, residentes geralmente em ambientes urbanos), são oriundas de zonas rurais e pesqueiras das ilhas de Cabo Verde (S. Vicente, S. Antão e Santiago) e S. Tomé e Príncipe (cf. anexo 1).

os estudos” (pós-graduação, mestrado, estágio profissional etc.) porque acreditam, inspiradas numa “crença” familiar partilhada no seio dos seus extractos sociais de pertença, que só através de um processo de escolarização avançado (feito “fora”) podem conseguir um trabalho adequado às suas aspirações e oportunidades de afluência social, que nem sempre estiveram ao alcance das gerações anteriores.

O conteúdo e a própria tonalidade emocional em que narram a sua experiência migratória (sobretudo no caso das que não conseguiram bolsa e são oriundas de famílias com mais dificuldades) deixa entrever profundas transformações face às suas vidas pretéritas: “coisas impensáveis”, “que nunca lhes passou pela cabeça fazerem para sobreviverem” e que “as pessoas de lá nem sonham”. No seu caso, activar Cabo Verde ou S. Tomé e Príncipe como um lugar de memória e manter fortes investimentos para com a origem não decorre apenas de uma estratégia mais vasta de manutenção identitária. É uma das resultantes da própria experiência de mobilidade: “só porque passamos por isto é que aprendemos a dar valor à nossa terra”.

Muitas outras vezes biográficas que escutámos ao longo da pesquisa dizem respeito a mulheres que nasceram em Cabo Verde, em S. Tomé e Príncipe, ou noutros destinos (como Angola, por exemplo) mas que vivem desde crianças em Portugal ou que já nasceram em Portugal, possuindo ou não nacionalidade portuguesa. Entre elas, demos particular atenção às biografias que recriam, “aqui”, percursos muitos similares aos “quase certos” destinos (Évora, 2007: 75) das suas conterrâneas, de posição socio-económica mais baixa, nos contextos de origem: a iniciação sexual pubertária e as maternidades precoces que, salvo algumas excepções, determinam muitas vezes a sua vida posterior.

Também por isso as biografias recolhidas junto de algumas mulheres jovens, sobreorientadas para a escolarização avançada e para a autonomização profissional, em detrimento de uma maternidade desejada mas pontualmente adiada - as quais, tantas vezes, se auto-definem e são percebidas (não sem ambivalência) como “desvios” ao padrão mais típico - ocupam um lugar central na análise das relações de tensão e mudança subjacentes ao modelo dominante de organização socio-histórica das subjectividades identitárias em pauta.

Embora várias nunca tenham visitado os contextos de origem familiar, partilham, com as gerações parentais mas também com as imigrantes laborais e com as “estudantes”, afirmações emocionadas sobre S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde - “é a nossa terra”, o “lugar onde sentes que pertences”, “as nossas raízes”. Geralmente constroem narrativas sobre estes lugares, a partir do que “ouvem” dizer em casa mas também nos bairros em que vivem. Outras, legitimadas por uma vivência infantil breve na origem, buscam e reinventam memórias (olfactivas, alimentares, familiares, etc.) que dizem ter gravado, num misto de “é para não me esquecer da minha terra” mas “não sei se o que sinto realmente existe”. Tal como os seus pais construíram, em Cabo Verde, narrativas sobre uma terra imaginada para o futuro, tantas vezes decepcionada pela experiência migratória, também elas constroem narrativas acerca de uma terra imaginada das origens (dolorosamente frustrante, como muitas antecipam).

Diferentes recursos e capitais pré-migratórios, motivações e aspirações, “modos de pertença” (Levitt e Glick Schiller, 2004), referências de identificação nacional e processos de integração, estilos de vida, consumos e relacionamentos intra e inter-étnicos heterogeneizam as vozes que fomos escutando. Interrogaremos, doravante, em que medida as suas narrativas biográficas apresentam (ou não) semelhanças relativamente a dimensões importantes das suas visões do mundo e vivências, em particular no que respeita às construções sociais sobre masculinidade, feminilidade, paternidade e maternidade, aos processos de definição e redefinição de si (enquanto pessoas, mulheres e mães), bem como às suas expectativas e estratégias de realização, respeitabilidade e auto-estima.

CAPÍTULO 2.

CONTINUIDADE E TRANSFORMAÇÃO NAS DINÂMICAS FAMILIARES DE MULHERES MIGRANTES SÃO-TOMENSES E CABO-VERDIANAS

1. PROCESSOS MIGRATÓRIOS, RELAÇÕES DE GÉNERO E MODALIDADES DE CONSTRUÇÃO DO SUJEITO FEMININO

Em que medida as narrativas e as vidas vividas de mulheres de origem cabo-verdiana e são-tomense que desenvolveram percursos migratórios deixam entrever continuidades e transformações em termos de configurações familiares e, em particular, no que respeita a construções, relações e práticas de género? As transformações na esfera produtiva e económica em marcha quer nos seus países de origem, quer nos de inserção migratória, concomitantes com o desenvolvimento de novas estratégias de acesso a recursos materiais, cada vez mais incertos ou instáveis, podem não alterar padrões de género de longa duração, mas interpelarão a processos de redefinição de papéis e interacções entre homens e mulheres?

Que constantes e mudanças são, por elas, experienciadas como convergentes com as suas construções ideais de sujeito e com os seus projectos de auto-realização pessoal? Que outras são sentidas como adversas e/ou fonte de sofrimento material e identitário e de vulnerabilização material e identitário? Através de que recursos e acções lidam com vivências de vulnerabilidade (Thieme e Siegman, 2010) e sofrimento que se articulam com dinâmicas de género persistentes? De que modo a própria existência de descendentes já sociabilizados em Portugal, concomitante com processos de decisão e negociação continuados (em termos níveis de aspirações educacionais, performances escolares, necessidades e estratégias económicas e de ascensão social, escolhas conjugais, manejos da sexualidade, etc.) catalisa processos de resignificação e reposicionamento?

Ensaïar uma resposta para tais questões obriga previamente a reconhecer que as narrativas através das quais as pessoas organizam as suas vidas familiares, e as suas próprias modalidades de acção em termos de relações familiares, dependem de modalidades de construção de pessoa, histórica e culturalmente configuradas (Strathern, 1992; Mahmood, 2006). E implica ainda, pelo menos no caso das mulheres de origem cabo-verdiana e são-tomense com quem trabalhamos, considerar que a articulação entre modos de ser concretos (incluindo narrativas sobre si, intencionalidades e projectos para si) com valores e práticas de género se desenvolve no seio de discursos de desigualdade e dominação de longa duração, interiorizados pelas próprias interlocutoras.

“Os homens cabo-verdianos têm aquela mania de machista, eu sou superior, vê a mulher, não vou dizer que são todos, mas vê a mulher como um ser inferior.”

“De uma forma geral o são-tomense é muito machão. O estatuto do homem é diferente do estatuto da mulher, dizem eles. O homem tem prerrogativas que uma mulher não tem.”

“Ele tem a figura principal, o papel principal. O personagem principal é o homem são-tomense e é muito agarrado às suas tradições por isso mesmo nas classes sociais mais elevadas, mesmo tendo uma instrução muito alta, o homem geralmente é muito machista.”

“As imagens que tenho de um homem cabo-verdiano, basicamente têm a ver com o machismo que é muito, mas eu acho que os homens cabo-verdianos exageram mais.”

“As mulheres são-tomenses, em geral são muito submissas, sobretudo as mais velhas, aceitam tudo... os homens é que têm poder, a razão, e eles é que decidem quase tudo.”

“As cabo-verdianas aceitam muito a maneira de ser dos homens cabo-verdianos, que é a mentalidade de machismo, aquelas coisas de crioulos.”

Com efeito, a maioria das mulheres que entrevistámos perspectiva a relação homem-mulher como uma modalidade de relação de dominação/superiorização, referenciada frequentemente pela

palavra “machismo”. À luz das suas próprias narrativas, reveladoras de uma “tradição discursiva” (Asad, 2003) no seio da qual “machão”/“malhão” são frequentemente utilizados como conceitos sobreponíveis, o “machismo” cabo-verdiano e são-tomense não pode ser dissociado de um *cluster* de representações sobre as performances sexuais e reprodutivas masculinas.

“Os nossos homens gostam muito das mulheres, gostam muito das mulheres (risos).”

“Difícil encontrar um são-tomense que tem uma mulher, só uma mulher, sem ter os casos extras conjugais, difícil mesmo.”

“O homem cabo-verdiano sente que não se pode prender demais a uma e que existem outras presas à volta. Acho que é muito raro, para não dizer nenhum, encontrar um homem cabo-verdiano que tenha só uma mulher na sua vida.”

“Sabes como é que são os homens africanos (risos). Hiii...difícilmente tu vês um africano com um filho só de uma mãe, é difícil, é raro, a gente conta pelos dedos.”

Não obstante, as competências e referências discursivas utilizadas na sua justificação, tal como as estratégias ensaiadas para lidarem com um denominador comum atribuído a familiares (avós, pais, irmãos, pais de filho, maridos e, por vezes, até filhos), não podem ser entendidas se descuirmos a existência de diferentes modalidades de construção do sujeito feminino.

Numa das modalidades, que poderíamos definir como pessoa familiar, a construção do sujeito centra-se, sobremaneira, no cuidar dos filhos (e filhos de filhos) bem como de todo um agregado familiar mais amplo. A aspiração de realização pessoal subjacente – e, subsequentemente, a própria motivação, trajectória e experiência migratória – consiste em “trabalhar” para cuidar e “aguentar” a família, cá e lá, num projecto pessoal que incorpora expectativas e pressões mais vastas, quer dos pares que permanecem nas origens, quer dos que, como o sujeito, encetaram uma trajectória migratória. A responsabilidade e a efectividade de prestar cuidados à família não são enfraquecidas pela separação física. Pelo contrário, em contexto migratório, o significado e a

agência da pessoa familiar continuam sobre orientados para o bem-estar familiar.

É, pois, sob este ponto de vista que podemos compreender o investimento identitário principal das que protagonizam a pessoa familiar, ligado invariavelmente à construção de uma família onde homem e mulher colaborem na aquisição de recursos necessários à segurança material do lar e à criação dos filhos. É, atendendo a tal investimento, que podemos compreender as suas modalidades de agência para “conseguirem um homem”, obterem alguma segurança material e uma dose de respeitabilidade comunitária através da utilização de capitais eróticos e maternos;

“As jovens mais pobres procuram muitas vezes um homem rico que as ajude, e aceitam que eles tenham uma mulher e até três ou quatro amantes. Sempre foi assim. Para elas, é a única forma de sobreviver. (...) E a mulher casada, também aceita, sabe ou finge que não sabe, até pode criar alguns filhos dele, para manter o marido.”

“O sonho das mulheres é sempre conseguir um homem e ter uma família. Viver juntos, amigar como se diz em São Tomé. Isso do casamento tem muito a ver com as classes sociais também, classes sociais médias, burguesas geralmente é, é fundamental porque perante a sociedade é muito mais respeitável o casamento religioso, civil do que apenas juntarem, sobretudo para as classes mais abastadas, os pais de antigamente faziam mesmo questão. (...) A minha mãe era de uma classe mais ou menos, pronto, filha de roceiros, como chamavam não é, de roceiros de roças. Pronto, aqui, em Portugal poderíamos chamar de quintas, propriedades rurais. (...) Casar mesmo só casou com a minha mãe. Mas teve outras mulheres, antes e depois. É que custa um bocado. Mas a gente não pode dizer que não.”

bem como as suas táticas para “prenderem” maridos e/ou pais de filhos, em competição com as outras mulheres potenciais ou mães de filhos anteriores ou paralelas à sua existência (geralmente mais novas), nomeadamente através da aceitação e criação, nos seus próprios lares, de enteados ou de irmãos de pai dos seus filhos;

“A partir do momento em que o homem faz filho fora, temos que dar, dar à outra, mesmo com muita raiva, quando um marido arranja outros filhos, mulher tem que dar, tem de qualquer maneira...Madrasta má não é bom, homem gosta que mulher cuide como mãe de todos os filhos dele.”

“A minha mãe acolheu muito bem os filhos do meu pai como se fossem dela, uma relação extraordinária entre os irmãos, não, não há diferença nenhuma, não há diferença nenhuma, acolheu-os perfeitamente bem!”

ou, ainda, as múltiplas formas de incorporação e perpetuação de discursos e estruturas de subordinação de género, para “não criarem problemas aos filhos” e adiarem, tanto quanto possível, a “vergonha” da mulher “deixada”.

“Ninguém gosta de ser deixada, não é?”

“A minha mãe mesmo depois de se ter separado do meu pai, nunca quis ter outros tipos de relacionamentos porque também nunca quis ter filhos de outros pais. Mulher que amiga com um, com outro, com outro, não é bem visto.”

Entendidas a partir dos seus contextos socio-históricos e culturais de pertença, caracterizados pela quase ausência de conjugalidade monogâmica, e por uma percentagem elevada de relacionamentos maritais (“amigar”, “vivenchas”, etc.) mais ou menos regulares mas voláteis, as estratégias para “prenderem um mesmo homem” o mais tempo possível (e, sobretudo no caso das “casadas” de classe média, para evitarem a repetição em série de múltiplos parceiros com procriação de filhos de pais diferentes), a própria aceitação (normalizante e não moralizante) de determinados comportamentos masculinos, bem como o assumir “natural” da responsabilidade de sustentar filhos, e tantos outros familiares, podem ser concebidas como “modalidades de agência que escapam à lógica da resistência e subversão das normas” (Mahmood, 2006: 143). Remetem-nos, no entanto, para capacidades e estratégias de sobrevivência, motivadas pelo projecto identitário feminino da pessoa familiar, que são propiciadas e perpetuam discursos e práticas culturais específicas.

“As nossas mães de antigamente eram muito conservadoras. As pessoas diziam que o homem não pode ter só uma mulher. É verdade, ainda dizem isso. (...) Mas claro a minha mãe não fica a gostar. Ninguém fica a gostar disso, dessa situação. Mas também acaba por haver alguma espécie de ajuda por causa dos filhos, entre as mulheres do mesmo homem.”

“Mas depois como todo o africano, o são-tomense gosta de ter umas coisas fora de casa e em São Tomé as mulheres suportam isso normalmente. Acham que é normal.”

“A maioria delas são separadas e criaram os filhos sozinhas. Elas não dão resposta, não falam, mantêm-se com a cabeça baixa como forma de não criarem problemas aos filhos.”

Numa outra modalidade discursiva, que encontramos em mulheres de todas as idades, das mais jovens às mulheres-avós, particularmente nas que apresentam escolaridade reduzida e percursos profissionais precários e indiferenciados, a construção de pessoa centra-se, sobremaneira, no investimento da maternidade e da relação mãe-filho. Se, tantas vezes, tal construção parece resultar de um percurso de vida pautado por uma série de desilusões relativamente ao projecto da pessoa familiar,

“Sofri muito com marido. (...) Eu tenho filho grande, neto tem de ter respeito pela minha vida porque agora já não há homem. Nem em Portugal não estou a ver homem, também na minha terra não tem homem, o homem hoje é para gozar, já não ajuda, só vem para aproveitar em ti, é por isso que tenho medo, eu aqui não arranjo homem. (...) Eu agora vou morar para a igreja, estou morar na igreja, todo o domingo vou morar na missa, sábado vou morar na missa é melhor assim, a cabeça fica mais frio, não é, eu agora não vou arranjar homem, está assim desde que eu vim, se eu tivesse marido agora tinha que estar preocupada não é, com este pé a doer tem que fazer comida depressa porque o meu marido é que trabalha tem que comer, não é assim mana?”

por outro lado, constitui também uma modalidade muito comum de construção do sujeito pós

pubertário, estreitamente associada, pelos próprios jovens e pelos seus significativos, ao seu processo de crescimento e diferenciação como pessoa: “sou mãe”, “já sou mulher grande”, “não podem mais mandar em mim”, “o meu filho é a minha vida”.

“Quando fiquei grávida nem sequer estávamos juntos, foi um grande acidente, a minha vida estava muito sem rumo e a gravidez foi algo que trouxe um objectivo para a minha vida, ter o meu filho que ele ficasse sempre comigo. (...) Começaram logo os julgamentos dos meus pais, as bocas dos amigos. (...) Organizei tudo sozinha, sem ajuda de ninguém, antes os meus pais mandavam-me dinheiro mas optei por deixar de aceitar o dinheiro deles, disse-lhes “tenho o meu filho vou assumir as minhas responsabilidades e deixem-me fazer as minhas coisas à minha maneira. Eu é que vou criar o meu filho, eu é que vou sustentar a mim própria, por isso não tenho satisfações a dar a ninguém.”

“O meu pai quando soube queria-me pôr na rua. Queria matar-me, queria matar-me. Ele aceitou mesmo, mesmo, quando a minha filha nasceu. Quando ela nasceu disse: “Já tenho a minha neta”. A minha mãe e as minhas irmãs aceitaram logo. As minhas irmãs tiveram crianças muito novas. Engravidaram também por descuido. Nenhuma delas está com o pai dos filhos.”

“Quando eu engravei é que eles souberam quem era o meu namorado. Começaram a gritar, a ralar, o que é normal. Escondi a gravidez toda. Depois aceitaram. O meu filho é a minha vida e a minha mãe faz tudo por ele.”

“Não me arrependo (...) aconteceu e agora só tenho de lutar para que o meu filho tenha uma boa vida, e vamos fazer o quê ? Temos de trabalhar...”

Acompanhada aparentemente por uma forte dose de conflituosidade familiar, a qual pode incluir ameaças de expulsão de casa e punição física, a primeira gravidez transforma-se num facto “aceite mesmo”, muito rapidamente pelas mães, irmãs, e pelas mulheres da família, e geralmente depois do nascimento do(a) neto(a), pelo próprio pai da jovem, quando presente. Nesta nova fase, a

mãe, ou ambos os pais preocupam-se sobretudo em “apoiar” as filhas, que continuam a viver em sua casa, e com o “cuidar” dos filhos das filhas, e menos com a tentativa de conjugalização das filhas com os respectivos pais de filho. Não é raro que num mesmo agregado doméstico, várias irmãs possam ser mães “muito novas” ou até que uma filha possa dar netos de diferentes pais de filho, repetidamente ausentes. As próprias raparigas, pelo menos a nível discursivo, enfatizam a mudança pessoal - “o crescer” - provocado pela maternidade, desvalorizando a relação com o pai de filho (“relação fugaz”, “descuido”, “curte”, etc.) ou, mesmo em situações de namoro mais continuado, preferindo ficar “sozinhas”, vivendo e trabalhando (ou, mais raramente, estudando/trabalhando) para o(s) filho(a).

Para além de poder ser lida como uma estratégia de autonomização face ao poder materno e paterno, a primeira maternidade põe a nu uma maturidade diferencial e uma expectativa distintiva face a rapazes e raparigas da mesma idade no assumir de responsabilidade adultas face ao nascimento do primeiro filho, a qual, pelo menos do ponto de vista identitário das raparigas entrevistadas, favorece o sujeito feminino: “nós, como mães, damos o exemplo”, “eles não se preocupam”. Tais responsabilidades e expectativas, diferenciando homens e mulheres, são posteriormente reforçadas ao longo do todo o percurso vital, estendendo-se também aos filhos dos filhos, aos irmãos de pai dos filhos, aos filhos de outras mulheres da família (irmãs, nomeadamente), de vizinhas e amigas.

Embora a tendência à naturalização do comportamento sexual e parental masculino emerja, repetidamente, tanto nas narrativas das pessoas-familiares como das pessoas-mães, algumas interlocutoras fazem referência, no entanto, à necessidade de um processo de “amadurecimento” mais demorado no caso dos homens, bem como a uma maior dificuldade em se separarem das suas vidas vividas “na casa das mães”. Mas não se depreenda que engravidar uma rapariga e ter um filho, de preferência homem, não comporta, igualmente, significado identitário para os jovens. Pelo menos se seguirmos algumas narrativas femininas, “quero ter um filho” ou “vamos fazer um filho” constitui um pedido masculino muito frequente, sobretudo no contexto de relacionamentos de “namoro”.

“Foi ele que decidi: anda aí, já estou na idade, eu quero um filho, quero um filho, quero um filho!! E eu caí na besteira de fazer um filho. Se fosse hoje não fazia tão já, se calhar faria agora. Engravidei logo, o rapaz pediu-me um filho e eu engravidei-me logo.”

“Estava sempre a dizer. Vamos ter um filhote e não sei quê ...ele queria sempre que fosse um rapaz, que fosse um rapaz, que fosse um rapaz... e pedia muito. E eu... Ok... fui naquela coisa. E depois a minha mãe também queria. E eu pensei, tenho a minha mãe aqui, ela cuida dele muito bem e ela aceita. Já tínhamos conversado isso quando a minha irmã engravidou.”

“Estava a fazer ainda o 12º, o rapaz queria e eu caí nessa.”

Não obstante, a despreocupação masculina face ao primeiro filho é, muito frequentemente, aceite, expectável e compreendida pelas jovens mães, bem como pelos familiares de ambos os jovens, sendo justificada em virtude da imaturidade dos rapazes: “deixamo-los ir e crescer” na casa das suas mães. Porém, quando a desresponsabilização da relação erótico-afectiva e a relação de paternidade se torna um facto de repetição, a resposta feminina pode assumir várias formas. Embora nem sempre produza os efeitos desejados, algumas interlocutoras referem que se tornaram mais exigentes depois do nascimento de um segundo filho do mesmo pai, exigindo-lhes algumas responsabilidades conjugais e parentais.

“Os cabo-verdianos querem ter muitas mulheres, depois fazem-nos filhos e não se preocupam muito com isso. (...) Mas nós, como mães, damos o exemplo. Deixamos os ir e crescer um pouco. Vai lá para casa da tua mãe, quando voltam já é diferente. Eu engravidei nova, decidimos ir morar junto, mas não correu bem e também não me preocupei muito com isso, dei-lhe um tempo para crescer. Tivemos três anos separados mas entretanto juntámo-nos outra vez e voltei a engravidar e aí eu disse: “agora tens mesmo de ser meu marido, já é o segundo filho, brincamos ou quê ?” Se fosse só um, conseguia-se viver muito bem, mas com dois já não andamos a brincar. Eu não sou a amante a quem faz filhos e depois vai-se embora, é preciso assumir as responsabilidades. Ele precisava de

amadurecer e eu estive muito bem sozinha esse tempo. Agora está tudo bem, o pior é mesmo o trabalho, dinheiro, isto está mesmo mau.”

“Já tinha passado a minha fase de ser infantil, de chorar porque a minha mãe não estava cá, chorar por causa da traição do meu namorado, chorar por não estar junto do meu filho. (...) Levei tanta porrada da vida que pensei: “ou mudo agora ou vou continuar a sofrer durante toda a minha vida”. (...) Agora sou casada e mãe de uma família. A diferença é ggggggggrande, há um abismo entre os dois, primeiro de tudo, o meu marido respeita-me, não existe aquela divisão de que eu tenho de fazer tudo em casa. E cuida, como eu, do nosso filho. Enquanto o pai do meu outro filho, nunca o pôs ao colo. Não tem juízo para ter uma relação com o filho, passa a vida a andar de uma para outra, já tem quatro filhos e não mantém contacto com nenhum.”

A pressão identificatória exercida pelos respectivos contextos de origem bem como a forte concentração residencial de co-nacionais em enclaves espaciais (os “bairros”) contribui para perpetuar e generalizar um conjunto de “regras” ou padrões que acabam por reproduzir e sancionar a iniciação sexual precoce das raparigas e dos rapazes, bem como as (múltiplas) gravidezes adolescentes sem a respectiva co-responsabilização dos progenitores masculinos (ou das suas famílias).

“Se tu vives num bairro acabas por seguir regras, não são bem regras mas funcionam como se fossem regras de convivência. Há, continua a haver aquele machismo, os rapazes de um lado e as raparigas do outro, as raparigas engravidam muito cedo, e os rapazes estão uma semana com uma e noutra semana com outra, ou então o rapaz que engravidou uma aqui está a engravidar outra aí nos dois, três meses seguintes. (...) A vida das raparigas fica por ali, não vão para além do que ter um ou dois filhos e depois abandonam a escola e logo se vê...”

“Cá no bairro existem muitas mães com 14, 15 anos (...) Ficam grávidas e sabem que os pais ficam zangados, mas acolhem-nas sempre. Sabem que a avó toma conta. Conheço um caso de uma senhora que tem 12 netos em casa.”

Contudo, mesmo as jovens que nunca viveram nos “bairros” mas que sociabilizam, sobretudo, em “ciclos” restritos de cabo-verdianos ou de são-tomenses dificilmente se conseguem distanciar de tais padrões. O modo - tendencialmente conflituoso e contra-acusatório - como algumas reagem, por exemplo, ao adiamento da gravidez em prole da carreira escolar, deixa entrever, justamente, a centralidade identitária da (primeira) maternidade no processo de construção do sujeito feminino adulto.

“A minha irmã mais velha também engravidou, deixou de estudar e ia acabar nas limpezas. Como aliás ela já estava a começar a fazer, ter um trabalho aqui, um trabalho ali, estar aos 30 anos a viver em casa dos pais sem um plano para o futuro nem para ela e nem para a filha. (...) Mesmo depois de ela ter tido a minha sobrinha, sempre continuei a incentivá-la a estudar, mas ela sempre pensou “haaaa prontos lá vem esta, lá porque chegou à faculdade também já pensa que pode mandar em mim, já pode dizer o que devo fazer ou não devo fazer”. E, vês, que isso afasta-te das pessoas, porque tens medo de ser mal interpretada, tal como eu fui muitas vezes em casa. Fogo, se fui.”

Convergentemente, a principal diferença geracional e horizontal (face às que cresceram e vivem nos “bairros”) entre algumas das nossas interlocutoras que investiram na escolaridade, e inclusive migraram com o intuito de prolongar estudos, ao nível universitário e até pós-graduado, é que estas adquiriram recursos profissionais que lhes permitem uma maior independência da própria família de orientação para assumirem as responsabilidades do sustento económico e do “educar” dos filhos.

“Vim para cá estudar em 88 e a filha nasceu em 89. O pai é são-tomense mas foi para Angola aos cinco anos e já tem quarenta eee, cinquenta por aí cinquenta e um. Ele é mais angolano que são-tomense. (...) Foi uma relação assim muito fugaz, pronto, não deu para estabelecer laços muito fortes (ri-se). Ele era um homem de negócios vinha sempre em negócios e então conhecemo-nos nessa altura. (...) Era solteiro e continua, é solteiro, mas tem mulheres claro, tem mulheres. Na altura também já tinha, tinha, tinha, são daquelas coisas que acontecem. (...) Nunca mandou nada. Neste caso, não tem responsabilidade.”

“O que eu descobri na minha mãe é que, depois de eu crescer, ela deixou-me mais solta. Depois acabei o 12º, conheci um namorado, ela soltou-me, ele ia lá para casa e já não havia esses impedimentos. Depois eu vim para cá, estudar na Faculdade, e continuámos a namorar. De qualquer forma, eu agora já sou maior, sou mãe, eu estou cá, ela está lá, já não tem grandes influências sobre mim. Eu sou mulher grande, as coisas que acontecem eu tenho de resolver, por isso sou eu que vou educar o meu filho.”

“Eu até tenho sorte. O pai do meu filho manda-me dinheiro mas o dinheiro que ele manda podia ser mais. É dividido em quatro. Mas eu trabalho, sempre fui uma pessoa lutadora, nunca desisti, nunca deixei de trabalhar. (...) Eu é que vou educar o meu filho, claro.”

Já a ligação conjugalizante fora do grupo de referência, como no caso de Marlene (casada um homem norte-europeu, no seguimento de seu “trauma” com homens cabo-verdianos), constitui um exemplo excepcional no seio das narrativas biográficas que recolhemos. Bem mais frequente é a repetição da impraticabilidade da relação conjugalizante (“já sofri muito com homem”, “homem de agora só vem para aproveitar e não dá nada”, “a certa altura, a Dona sente-se cansada”, etc.). Deste modo, o que sobressai como principal diferença face à pessoa familiar parece ser, neste rosto transgeracional da pessoa-mãe, a própria secundarização do próprio laço homem-mulher a favor da relação mãe-filhos que se transforma e é investida como o epicentro da pessoa, no começo, ao longo e no fim do ciclo vital feminino.

Tal como nas narrativas das pessoas familiares, intuir nas vozes e/ou atribuir às vidas das pessoas-mães um projecto de resistência contra determinados padrões culturalmente aceites nos seus repertórios de referência e conferir-lhe um significado potencialmente liberatório contra a “opressão” masculina parece constituir uma reinscrição forçada. Em contrapartida, a maternidade, sem co-responsabilidade do(s) pai(s) de filho, é-nos transmitida como um percurso de vida que oferece possibilidades insubstituíveis de auto-realização ao sujeito, enquanto pessoa e mulher, ao mesmo tempo que o autonomiza parcialmente da vontade e/ou da influência de outros, nomeadamente de familiares masculinos e femininos. O próprio sofrimento decorrente da impraticabilidade da

relação conjugalizante, acompanhado de uma vida “dura”, trabalhosa e “dolorosa”, incluindo períodos mais ou menos longos de separação dos filhos para os sustentar e educar, converge e perpetua um padrão etnológico tradicionalmente associado às mulheres-mães.

“A minha vida são os meus dez filhos. Arranjei com o primeiro, seis e depois com outros, quatro. (...) Naquela altura, eu tinha dezoito anos. Depois nós estivemos até aos trinta e tal anos e ele arranjou outra. Naquela altura, quando eu vim, eu já vivia com o segundo marido. Ele ficou lá, eu nunca mais lá fui. Os nossos homens lá não se interessam muito. Sabe, eles sempre têm outras. Ele já tinha outras quando eu vim. Eles têm aqui uma mulher e depois lá têm outra, e depois têm outra, e depois chega uma altura que a dona também sente-se cansada de viver essa situação, já não quer mais.”

Numa terceira modalidade, a construção de pessoa, tal como discursivamente apresentada, centra-se na capacidade de mudança de si própria, no que constitui a mudança, como ela é provocada, nos ganhos e receios que despoleta. A migração motivada pelo prosseguimento dos estudos, ou o próprio investimento académico e profissional nas que migraram em crianças e/ou já nasceram em Portugal tendem a ser apontados como meios e condições cruciais para a emergência de um entendimento de si, como pessoa, e de modos de acção concomitantes que, segundo as próprias, as diferenciam das mulheres de antigamente, das suas mães e tias, mas também de muitas das suas pares, lá e cá.

Propiciado pelo acesso à educação e ao emprego qualificado, longe das origens e mediante um certo grau de distanciamento das “comunidades” migratórias de referência, o deixar de ser, pensar e agir como uma pessoa familiar para passar a ser “o centro de si”, “construir-se a partir de si própria”, fazer a vida “à sua maneira”, liberta das “vontades dos outros” e “sem lhes dar satisfação”, desejar e “conseguir” alcançar objectivos de realização pessoal (para além da construção de “uma família”), e “assumir as responsabilidades” e as consequências dos seus modos de ser efectivados são-nos apresentados como um desejo e como uma resultante de capacidades adquiridas de “autonomia” e “independência”.

Não se conclua, no entanto, que este processo de redefinição de si, na direcção de uma vontade mais “autónoma” e “para si” toma como principal e único referente supostas relações de dominação homem-mulher. Embora, nuns casos, possamos detectar uma consciência “feminista” mais ou menos activada e investida em projectos de “luta” contra o modelo de relações de género que, nas suas próprias palavras, designam como “opressor”/”oprimido”, em múltiplas outras narrativas o sentido e o efeito da mudança não são capturados nem conceptualizados nestes termos. Ao invés, a dependência e subalternização de que se dizem “libertas” localiza-se, sobremaneira, na relação com familiares próximos, e, por vezes, na que tecem com as próprias mães; bem como, por extensão, com o projecto das mães que “abdicaram de tudo” (e sobretudo de si próprias) “em prol da família”.

“Antes de vir para cá, eu me via como uma adolescente. Em Cabo Verde, eu era muito dependente dos meus pais, principalmente da minha mãe, não tinha independência e nenhuma autonomia. Quando cheguei cá acho que fui amadurecendo, se calhar foi porque vim para cá estudar mas também pelo facto de eu estar sozinha e de saber que tinha de contar só comigo. Só dependo de mim própria, tudo isso fez com que eu mudasse, um mudar a nível da minha pessoa, da minha maneira de ser. Aqui estou à-vontade, saio quando quero e entro quando quero, durmo onde quiser e com quem quiser, aqui eu é que tenho de pensar se estou a fazer certo ou errado, qual é a consequência de fazer isto e a consequência de fazer aquilo. Em Cabo Verde, eu não pensava por mim própria, pensava se a minha mãe ia gostar, se o meu pai ia gostar, se aprovariam ou se não aprovariam.”

“As principais mudanças que ocorreram na minha vida foram sobretudo na forma de me relacionar. Primeiro de tudo, saís de um núcleo familiar e passas para uma fase em que não tens nada, não tens núcleo, não tens centro, passas a ser o centro de ti mesma, passas a ter outros medos, outras prioridades, outros objectivos, como costume dizer, chegas a um momento que é ao mesmo tempo de vazio e de construção porque partes de ti própria para construíres alguma coisa.”

“Quando saís da casa dos teus pais é que passas a ter independência e depois é uma certa solidão. Mas isso faz parte do meu estado de independência e de liberdade que consegui alcançar aqui. Depois os outros medos regressam, por exemplo aquela coisa de voltar a viver em casa da mãe, voltar a estar dependente. De certa forma voltar é um regresso no tempo, é uma regressão, é um começar tudo de novo, é como se voltasses a emigrar, sobretudo quando pensas: “eu saí do meu país, consegui alcançar os meus objectivos, consegui viver numa casa, consigo pagar a renda, consigo comprar a minha roupa, consigo pagar a minha diversão, as minhas férias, e mesmo que seja a mais rasca fui eu que consegui fazer”. (...) Acho que de certa forma nos tornamos pessoas um pouco egoístas.”

Possibilitada por determinadas condições (migratórias, escolares, profissionais, etc.) que lhes forneceram referências conceptuais e discursivas, capacidades e modos de agência (às quais, como veremos, não foi contudo alheia a influência de mães, tias, avós, etc. e de outras mulheres que viveram as suas vidas como pessoas-familiares e/ou como pessoas-mães), esta outra modalidade de construção da pessoa interroga, em moldes distintos, o “machismo” dos homens crioulos e, em particular, as suas performances sexuais e reprodutivas.

Distanciando-se, em parte, da tendência à naturalização do comportamento sexual e parental masculino salientada pelas pessoas-familiares, estas interlocutoras justificam-no fazendo referência a uma “construção social” da masculinidade que limita, vulnerabiliza e, em última análise, impede a ligação conjugalizante homem/mulher: um ethos que, como referem, compreende a não demonstração pública dos afectos, o mostrar e provar (pela dispersão sexual) a independência amorosa, entrosados com uma forte competitividade homofílica que exige comprovação constante em número de “conquistas” e filhos.

“Os homens cabo-verdianos são menos dedicados ao casamento, às relações, acho que é uma construção social. Temos aquelas ideias de homem, mulher. E a mulher é vista, de certa forma, como a sacrificada e o homem, pelo menos dos casos que eu vejo, acabam

por dar menos azo ao lado romântico, tipicamente do machismo, dão menos azo ao relacionamento em si, não te sei explicar muito bem mas acho que o homem cabo-verdiano tem necessidade de mostrar liberdade, independência.”

“Com os homens são-tomenses é sempre naquela perspectiva de não se deixarem agarrar, acabam por deixar este vácuo, este vazio...”

“Quando vais à casa de um casal africano e estão numa festa é difícil perceber quais são os casados, ou seja, há menos demonstração pública de afectos, de ligação. Enquanto que os europeus demonstram muito mais quando têm uma ligação. Os africanos demonstram menos, principalmente os homens africanos, as mulheres nem tanto, os homens tentam manter este literal afastamento, a sério ...”

“Os brancos têm muito mais claro o projecto de construir uma família do que os africanos. Os casos que estão mais próximos de nós, por exemplo, são os nossos amigos, os nossos irmãos, primos, que começam a ter um filho aqui, outro lá, outro acolá... no fundo, muitos têm filhos e não têm contacto com eles.”

“E depois não te esqueças que os homens africanos têm aquela coisa de terem a virilidade à tona (risos) e por isso acham que têm de ter muitas relações. Se não, eles acham que isso pode pôr em causa a sua masculinidade. Têm que estar sempre a provar que são bons na cama.”

Ao mesmo tempo que concebem a sua diferença pessoal em função da incorporação “europeizante” de novas referências e subjectividades, inclusive para desejar e viver relações amorosas diferenciadas de muitas das suas conterrâneas, tendem a atribuir o desejo sexual masculino, não ligado, dos são-tomenses e cabo-verdianos a uma essência racial e a-histórica – “os homens africanos” – e, por contraponto, a localizar o desejo masculino de ligação afectiva e familiar numa outra essência, racial e civilizacional – os “homens brancos”, “os europeus”. Isto é, embora chamem a si a capacidade de mudar - de terra, de referências e de projecto para si - não acreditam na possibilidade da mudança do desejo masculino “africano”.

“Sabes o que estraga os homens crioulos? É que não podem ver um rabo de saia à frente, seja na França, na Holanda, nos EUA, na Inglaterra ou em Portugal.”

2. QUESTIONANDO UM MODELO UNÍVOCO E A-HISTÓRICO DA RELAÇÃO HOMEM-MULHER

Não obstante, e independentemente do modelo subjectivo de pessoa que orienta as suas narrativas, várias interlocutoras des-uniformizam o suposto “machismo” cabo-verdiano e são-tomense. Por exemplo, as pertencentes a famílias de orientação de camadas socio-económicas mais elevadas referem, espontaneamente, que “o machismo que existia dantes era completamente diferente”. Reconfiguram, assim, um passado longínquo no qual as relações sociais eram organizadas a partir da articulação da dominação dos homens sobre as mulheres e da gerontocracia masculina. Um passado no qual a virgindade pré-marital das esposas (ritualmente conferida)³³ e a sua subsequente fecundidade constituíam condições importantes à construção da “honra” masculina e familiar, cujo não cumprimento levava ao ostracismo, ao reenvio para a família, e/ou legitimava “maltratos” continuados e “pressões psicológicas”, públicas e privadas. Tradições de “antigamente”, assentes em valores “patriarcais”, nas quais a obediência das mulheres aos homens, prevalecia inclusive à obediência dos mais novos aos mais velhos.

“Em S. Tomé, antigamente, muito antigamente, a mulher que não se casasse virgem podia correr o risco de ser devolvida ou então era muito maltratada. Inclusive se ela pusesse a mesa, tinha que pôr para três pessoas: para ela, para o marido e para o autor que a tinha desonrado. Ela casava-se, se não fosse virgem era submetida à uma pressão psicológica tão grande em casa com o marido. Se ele não a mandasse de volta para os pais, estando ela com o marido, só os dois, ela se pusesse a mesa, ela tinha que pôr à mesa três pratos na mesa. Se ela pusesse só dois, o marido dizia para ela pôr mais um prato porque o outro prato era do homem que a tinha desonrado. (...) Aliás havia uma prática. Quando se fazia o casamento, no dia seguinte, os pais da menina mostravam o lençol para as pessoas saberem quem a menina

33 Segundo Seibert, na sociedade forra, “em tempos recuados, antes de uma união, era frequente que uma mulher mais velha praticasse o acto conhecido por “bili-mina” (literalmente “abrir a rapariga”) para se certificar da virgindade” (2002: 448). De acordo com várias interlocutoras, quer são-tomenses, quer cabo-verdianas, num passado mais ou menos longínquo, a ostentação do lençol da primeira noite nupcial manchado de sangue constituía igualmente uma “prova”.

era, caso o lençol... E, obviamente, o lençol tinha que estar manchado, não é, para provar que a menina tinha casado virgem.”

“Comparando com o machismo que existia antes é diferente, é completamente diferente do que se via por exemplo na minha família em São Vicente, em que o meu pai era chefe de família, era o primeiro, era ele que comia e depois o resto da família comia. Nalgumas famílias, os chamados chefes de família comiam sozinhos na sala de jantar e quando saíam é que os outros iam comer ou então comiam na mesa da cozinha. Portanto, era completamente diferente do que acontece agora. E antes as mulheres aceitavam isso como uma coisa que era inevitável, que era quase divino. (...) Antes até o nosso irmão mais novo podia mandar em nós. Por exemplo, se algum dos meus irmãos, mesmo o mais novo me visse na praça a passear com um rapaz e se ele achasse que me devia mandar para casa, mandava-me e eu tinha de lhe obedecer. Por isso é que vos digo, vocês desta geração nem sabem da missa a metade (risos), os nossos irmãos mais novos do que nós podiam mandar em nós e tínhamos que obedecer porque eram homens.”

Contrastante com esta configuração sobre-orientada pelo primado masculino e por um controlo mais ou menos autoritário e violento do comportamento sexual e moral das mulheres casadas e adolescentes da família (esposas, irmãs, filhas, etc.), o passado recente envolveu mudanças “para melhor” e “para pior”. A virgindade feminina pré-marital deixou de ser em grande medida um requisito crucial para a respeitabilidade das mulheres e para a “honra” dos homens a quem se ligam. As próprias jovens ganharam em autonomia sexual face ao controlo dos homens da família, embora a multiplicação das experiências sexuais com homens diferentes continue a penalizá-las como potenciais escolhas.

“Se um homem não tem namorada, ou se tem só uma namorada e não quer confusões, acham logo que é fraco. Se uma mulher não tem homem é porque ninguém a quer, se já teve muitos homens é porque não presta.”

“Se for um homem a andar com várias mulheres, ele é chamado de macho, e é aceite como macho, é malhão; se for a mulher, sabemos logo o nome que toda a gente lhe dá.”

Por outro lado, os homens persistem na conquista sexual e reprodutiva de várias mulheres, pertencentes à família de outros homens. O corpo feminino (mesmo que já “aberto”) continua a ser perspectivado por eles como uma aquisição, uma conquista, a exibir a outros homens, e nesse sentido, conserva o seu valor enquanto fonte de masculinidade e poder (Massart, 2002 e 2005). No entanto, “antigamente, podiam ter quatro, cinco, seis, sete ou mais mães de filhos” mas arranjavam meios para assegurar as condições de subsistência, culturalmente expectáveis face ao seu papel de homem/“chefe” de família. Tais condições não eram, contudo, distribuídas uniformemente. O que um homem dava às suas várias mulheres denotava também adequação a valores culturalmente aceites. Mulheres casadas e filhos de mulheres “casadas” comparativamente com “as amigadas” e seus respectivos filhos tinham “mais regalias”. Para mães de três ou quatro ou mais filhos, os homens faziam “casa”, assumindo as suas responsabilidades. Para mãe solteira, com um único ou dois filhos, sobretudo quando já tinha múltiplas casas, o homem não era obrigado a “dar”, (ou até podia ser mandado, pela geração parental, não construir “casa”), ficando a criação dos seus filhos ao cuidado exclusivo da mãe (e/ou da sua própria mãe e restante família).

“Nós somos muito, era trinta e tal filho. Há mãe que tem quatro, há mãe que tem dois, há mãe que tem nove, há mãe que tem oito. É assim, o meu pai era assim. Parece aquela altura quando eu nasci o meu pai parece já tinha sete mulher, ou, não sei. Cada uma em sua casa, ele construía casa e fazia piquete sim. (...) O homem é que tem que arranjar casa quando mulher tem três, quatro filhos. Meu pai fez casa mãe Essência, mãe Eugénia, mãe Carolina, o pai fez casa para elas. Agora aquelas que tem só um filho, tem um filho só ou dois filho só, o pai não se maçou para fazer casa. (...) Aquela altura, ele tinha ainda força para trabalhar, tinha roça. Nem é preciso comprar madeira, vai só cortar, arranjar o serrador que vai serrar fazer tábuas, barrotes, faz casa, compra só chapa, aquela altura não é como hoje. Hoje, só mãe é que tem que ter a preocupação. Só a dona é que tem que se preocupar pelos seus filhos.”

“Filhos de mulher casada tinham mais regalia, para filhos de mãe casada, o homem dava. Eu sou filha de mãe solteira e a minha mãe tem única filha. O meu avô do pai que estava

em vida não aceitou que ele vivesse mais com mãe, porque já tinha muita mulher, é por isso que eu sou única. A avó disse não, não, não porque tinha muitas mulheres grávidas de outros bebês. (...) Este pai não era muito mau porque outro pai não dava nada, mas este pai quando chegava fim do ano, comprava uma peça de tecido, cortava, cortava dois metros para mim, é assim é o que ele fazia.”

Em tal configuração, por sua vez, as várias mães de filhos colocavam-se “cada uma no seu lugar”, “sabiam comportar-se”, geralmente respeitavam certos “princípios” culturais. Evitavam os conflitos entre mulheres de um mesmo homem³⁴, fomentavam mesmo situações de solidariedade e entreajuda feminina, acolhiam, criavam e tratavam enteados como se fossem seus filhos. E encontravam segurança material e respeitabilidade comunitária.

“A minha mãe tinha onze irmãos, por aí. Da mãe, ela felizmente era só ela, a minha avó só teve a minha mãe. Os outros eram de outras mães, por aí umas três, ou talvez mais. (...) O meu avô mais tarde casou-se com uma outra senhora, a minha mãe tem irmãos mais novos do que ela do casamento do meu avô. (...) Nós também somos muitos, felizmente, somos onze irmãos. Obviamente que nem todos da mesma mãe; da minha mãe somos cinco, cinco da minha mãe os outros são fruto da relação do meu pai com outras mulhe-

res. (...) Sem a minha mãe foram três. (...) A minha mãe foi a última. (...) Com as primeiras, meu pai vive junto, amigar como se diz em S. Tomé, com a minha mãe é que houve o casamento oficial. (...) Pronto, nunca vi assim grande animosidade entre as mulheres mas há aqueles casos em que algumas procuram, provocam mesmo conflitos e aí é que é mais complicado, mas do resto, geralmente, cada uma está no seu lugar não há assim grande problema porque, pronto, faz parte da cultura...”

“Entendiam mas há uma que era má. O pai tinha roça quando ele ir para a roça, havia uma que não podia ir porque vai querer

34 As narrativas biográficas das mais velhas deixam entrever que, regra geral, sobretudo no passado, a nova mulher de um homem aceitava que este contribuisse (com “alguma coisa”) para o sustento dos filhos anteriores, podendo até, em caso de grande carência das respectivas mães, não se opôr a que vivessem no seu “lar”. Não obstante, enfatizem a não conflitualidade da relação entre mulheres e filhos de um mesmo pai quando comparam o dantes com o agora, noutros contextos (inclusive biográficos) fazem referência a “ciúmes”, “conflitos”, “confusões” sérios entre mulheres rivais. Não raramente, a causa de ser “deixada” pelo homem é atribuída ao “ciúme” e sobretudo à “inveja” de mulheres anteriores ou paralelas. A linguagem da feiticeira é sobreutilizada nestas situações.

fazer confusão com outra, quer lutar, quer fazer confusão pronto. Outras não, outras têm entendimento. Se a gente ir para cacau ou para fazer dendé, todas mulheres vão ajudar. Mas aquela é que não. Minha madrasta tratava-nos como mãe, mesmo se ela tem um bocadinho tem que dar um bocadinho. Mães tratavam-nos muito bem, não vi mal nenhum de madrastas. Hoje em dia madrasta trata tão mal!”

O que mudou “para pior”, de acordo com a subjectividade do sujeito-familiar, é que os homens já não têm meios para “dar” a várias “casas”. Não cumprem a sua parte, como faziam outrora. Por um lado, as mudanças socio-económicas nas respectivas origens não lhes permitem desempenhar cabalmente o seu papel social de homem, sustento do lar, chefe de família e guardião da respeitabilidade das mulheres (Solomon, 1992; Giraud, 1999; Massart 2005). Por outro lado, a iniciativa migratória em busca de melhorias económicas não é, geralmente, suficiente para sustentar “mães de filho lá”, e as que entretanto arranjam nos vários contextos de destino. Como nos dizem, o nível de vida na Europa e até mesmo em Portugal é muito elevado, “não dá” para sustentar mulheres e filhos lá, mulheres e filhos em Portugal, por exemplo. “Não dá para eles continuarem a fazer o que faziam”.

“Os homens são-tomenses não fazem caso de uma mulher já com filhos, não há muito essa relutância não. Antigamente sim. Só que o homem... agora nós temos uma situação: o salário do homem, geralmente, a não ser aqueles que tenham muito, que estão numa situação privilegiada, nós temos em São Tomé, o salário em São Tomé é muito reduzido, praticamente não dá para uma família! E imagina para mais do que uma família e então o homem não tem o suficiente mesmo para sustentar a mulher casada, quanto mais sustentar a mulher casada e as outras que ele tem. Por isso, as mães é que tem que se virar, como se diz, para educarem os filhos, geralmente. Vão tendo as suas glebas pronto, glebas são roças mais pequeninas. Fazem plantações, vendem o produto das suas glebas, outras são lavadeiras, arranjam sempre qualquer coisinha para fazerem; ou trabalham como domésticas, ou fazem bolos para vender, bordados, compotas, vendem doces, arranjam uma actividade qualquer para conseguirem.”

“Tinha 29 anos quando casei, de maneira que o meu marido já tinha alguns filhos fora. Vivemos juntos muitos anos. Mas, já sabe, os nossos homens não se contentam só com uma mulher, têm de ter duas, três, quatro mulheres. E ele então... eram quatro, cinco ou mais. Enquanto eu estava lá (em S. Tomé), ele tinha outras aqui e em Angola, mesmo lá também ele tinha. Ele veio para cá (para Portugal) porque tinha cá outras também. As coisas não estavam a correr bem economicamente, como é que podiam. Eram tantas dívidas, que eu tenho estado a pagar...”

Embora as trajectórias migratórias masculinas mais recentes sejam concomitantes com uma diminuição significativa de filhos (de quatro ou cinco dezenas na geração dos avós e bisavós das nossas interlocutoras, para um número bem menor na geração dos seus irmãos e pais de filho), em simultâneo, parecem potenciar a transnacionalização dos relacionamentos com “mães de filhos” (uma ou mais do que uma) em vários países, introduzindo inclusive nuances inter-étnicas. A pretensão masculina de “sustentar” lares transnacionais torna-se cada vez mais difícil, mesmo para homens de classe média, persistência esta que não parece ceder ao aumento de capitais escolares e intelectuais.

“Mesmo agora, as mulheres vivem em várias casas. Em São Tomé, quase todo o mundo tem um quarto, uma casinha pequena não é. Normalmente, os homens quando vão viver com essas mulheres nem sequer vivem, eles nem sequer ficam, eles vão lá para ter algum prazer e depois... são várias. Por exemplo, nós temos cinco distritos em São Tomé, é bem provável que um homem possa ter duas/três mulheres num desses distritos. Em Água Grande, acontece que um homem, um homem só, em Água Grande, pode ter quatro ou cinco mulheres. Ele não as vê sempre, só vai de vez em quando, isso é normal, eu não estou a dizer que sejam só homens que não estudaram, são homens que estudaram, alguns com altos cargos.”

“A vida cá (Portugal) é muito diferente, a vida aqui é muito difícil, na Europa também, não dá, não dá para eles fazerem o que fazem em África. Eles deviam levar isso em

consideração mas não levam. Mesmo assim, com as alterações todas de viver fora, alguns, muito poucos, conseguem controlar-se e ter, às vezes, apenas uma mulher. Mas, regra geral, arranjam sempre qualquer coisinha fora, como eles dizem, há sempre.”

Contudo, se aquelas “coisas dos homens não mudam facilmente” (apesar de tamanhas transformações socio-económicas, culturais e políticas), algumas outras facetas do alegado “machismo” cabo-verdiano e são-tomense parecem ter adquirido novas configurações, pelo menos na perspectiva das entrevistadas.

Algumas narrativas biográficas, produzidas por mulheres pertencentes a camadas sociais médias e altas, falam-nos de pais ou avós com múltiplas mães de filho, descritos como “autoritários” e “dominadores” em relação às suas mulheres-esposas e detentores de expectativas e práticas distintas no que respeita a privilégios e controlos consoante o sexo dos filhos os quais, todavia, incentivaram as filhas (até de uma forma mais eficaz do que no caso dos filhos) a prosseguir estudos com vista à obtenção da sua independência económica de futuros parceiros-homens. Movidos por valores que as próprias entrevistadas definem como “machistas”, tais pais velaram pela respeitabilidade das filhas e pelo seu próprio prestígio enquanto homens e chefes de família, evitando que estas utilizassem o corpo, a sexualidade e a gravidez como dispositivos únicos de construção de uma segurança material periclitante. Para tanto, e embora não o tenham permitido às suas esposas, concederam-lhes a possibilidade da autonomização económica.

“A minha mãe tem 40 irmãos porque o meu avô teve muitas mulheres e a minha mãe tem muitas irmãs. Mas o meu avô fez com que as filhas estudassem. Nas irmãs da minha mãe, temos desde médicas, enfermeiras, cirurgiãs; temos de tudo, advogadas e todas com formação, fizeram formação umas em África, em Angola, a grande parte na Alemanha, outras fizeram em Cuba. (...) A minha mãe, no princípio, não trabalhava porque acompanhava sempre o meu pai sempre nas missões. Quando ela quis trabalhar e tinha conseguido emprego, exactamente como enfermeira, o meu pai, naquela altura foi egoísta, machista, como quem pensasse: “ela é mulher e quer dar a volta por cima, isso não.” E

proibiu-a! Proibiu-a! A minha mãe teve de deixar. Queria ser ele a tomar as rédeas de relação. E nunca tomou. Também foi uma das causas da separação. E quando se separaram, ela regressou a Angola. E lá, começou a trabalhar e sempre exerceu a profissão como enfermeira. (...) Mas comigo foi ao contrário, ele sempre me incentivou a estudar para ser alguém, para não depender de ninguém.”

“O meu pai foi educado com valores machistas: as raparigas não podem fazer o que os rapazes fazem, não podem ter a mesma liberdade, mas no que diz respeito a estudos ele não faz diferença. (...) O meu pai vive no Algarve e liga-me todos os dias, todos os dias, mais do que uma vez ao dia. Na altura dos exames, está sempre a ligar, a dizer: “então, vai lá estudar.” “Ah, mas agora estou a lavar a roupa”, digo eu. “Vai lá estudar, podes ir para o exame com uma roupa suja mas não podes ir sem saber as matérias. Vai lá estudar”. Ele preocupa-se muito, liga-me em todas as alturas.”

Embora possam partilhar valores e performances masculinas, estes homens são diferenciados, todavia, de um outro segmento. À luz das narrativas de mulheres que investiram ou investem num projecto de auto-realização pessoal orientado para a autonomia profissional, certos homens tendem a associar e a responsabilizar o próprio processo de escolarização e profissionalização

femininos pelo fracasso marital, sobretudo quando este é realizado “fora” do contexto de origem. Segundo elas, este processo é sentido como perigoso na medida em que constitui uma fonte de independência financeira e pode permitir a incorporação de vontades, modalidades de acção e expectativas susceptíveis de questionarem construções e práticas da masculinidade, socialmente aceites. Detentores, regra geral, de capitais materiais (em rendimentos avultados) e sociais (em estatuto e escolaridade), a sua segurança identitária enquanto homens depende e é alimentada pelas mulheres mais pobres, cuja segurança material e possibilidade de mobilidade ascendente continua a passar pela sexualidade³⁵, bem como pela conformidade às normas e privilégios masculinos.

35 Pobreza e género não se cruzam apenas no feminino. Os favores sexuais que os homens “humildes” fazem a mulheres mais velhas e “ricas”, casadas com maridos ausentes por longos períodos constituem uma estratégia, simétrica, de aquisição de recursos materiais: “*O que parece estar a mudar, são as mulheres ricas mais velhas, mulheres de homens de negócios ou com cargos importantes, que não trabalham e passam muito tempo sozinhas, porque os maridos andam sempre cá e lá. As escondidas, algumas procuram cada vez mais rapazes ‘humildes’ para lhes fazerem companhia.*” Em simultâneo, testemunhos como estes denotam alguma mudança nas construções de género das mulheres de classe média-alta, nomeadamente no que respeita à vivência da sexualidade como uma característica exclusiva do homem.

“Eles não mudam assim tão facilmente. O que tem andado a acontecer em São Tomé é que os homens dizem: “olha, eu não quero estas mulheres que já andaram a estudar, que têm curso porque às vezes elas são muitos mandonas, muito refilonas e estragam tudo”. É aquilo que se diz.”

“Os homens lá, mesmo os que estudaram, de uma maneira geral, não querem estar com as mulheres que já estudaram. Mesmo os universitários, preferem uma mais recatada, mais calma, querem uma daquelas mulheres da roça. (...) Na roça, são aquelas que não estudaram que não fizeram um curso, que ainda não saíram daquela realidade, que eles conseguem moldar. Preferem uma assim. E as jovens mais pobres procuram sempre um homem rico e bem posicionado que as ajude.”

Se, de acordo com as nossas interlocutoras, a escolaridade e a mobilidade de classe não se traduzem necessariamente em alterações na maneira de pensar dos homens, mesmo dos mais “europeizados” que persistem em procurar “a imagem das mães” nas namoradas e esposas (cujas expectativas já não são, justamente, as de “encontrar um homem como os seus pais”), o mesmo não já se pode concluir acerca da influência das identificações religiosas.

A sociabilização masculina em ambientes familiares caracterizados por um grau de envolvimento activo em religiões congregacionalmente organizadas (católicas e evangélicas) tem contribuído lá e cá, tanto nas gerações emergentes, como já nas parentais, para introduzir alterações no persistente “machismo” são-tomense e cabo-verdiano. Os valores religiosos da família de orientação tendem a reforçar o valor “sacrossanto” da família, valorizando a fidelidade conjugal e atacando o “adultério”, masculino mas também feminino, vistos como a principal fonte da destruição do “lar”.

“A família é sacrossanta. Foi criada por Deus... É o que eu e o meu marido passamos sempre aos filhos. Nenhum homem em perfeito juízo tomará alguma decisão que possa pôr em causa a estabilidade da sua família (...) Isso inclui o adultério. O adultério começa com o olhar indevido para a mulher do outro ou para o homem da outra. (...) Só tenho que dar muitas graças ao Senhor que ninguém desencaminhou os meus filhos.”

“Eles sabem muito bem o que eles sofreram na pele não é, com o afastamento do pai, com o terem de viver sozinhos comigo, tanto os meus filhos como enteados sofreram na pele. Graças a Deus, eu não tenho razões de queixa. Para além de um e outro que já tiveram várias mulheres mas agora mudaram, os que estão casados vivem normalmente com a sua mulher. Tanto filhos como enteados pensam diferente do pai. Dizem mesmo que aquilo que o pai fez não querem para eles. Até chamam atenção ao pai quando conversam com pai, falam com o pai, mas o pai, já sabe, está já enraizado nele.”

“Na minha família, casa-se. A minha irmã mais velha é casada mesmo. (...) Não se amigam e quem amiga não é muito bem visto. E principalmente se se amiga com um homem que já tenha mulher, a família faz tudo para demover, porque não é bem visto, porquê, porque ela não tem de ser a outra. Isto não é bem visto, um homem ter duas mulheres não. Porque é assim que deve ser, para nós, evangélicos. E... por incrível que pareça, também evitam ter filhos de pais diferentes. A minha mãe, mesmo depois de se ter separado do meu pai, nunca quis ter outros tipos de relacionamentos porque também nunca quis ter filhos de outros pais.”

Em simultâneo, parecem estimular a internalização de padrões educacionais mais igualitários que favorecem a formação escolar e a autonomia económica das filhas e, portanto, das mulheres, em geral. Baseados em alianças entre mulheres da família mas também na relação pai-filhas, tais padrões visam aumentar a segurança identitária das mulheres, tendo consequências nas relações de género, na organização dos casais e das famílias das gerações subsequentes.

“Tratamento igual, educação igual; educação igual, tratamento igual. Todos os meus filhos iam para a cozinha, todos sabem cozinhar, até o meu filho mais novo. Cada um tem que aprender a lavar a sua roupinha, aprender a passar a ferro e cozinhar também quando for preciso cozinhar.”

“O meu pai fala assim: “se eu morrer, conforme costumamos dizer no crioulo, já não vou atravessado”, porque as minhas filhas têm com que sustentar a vida. A preocupação

dele sempre foi que nós tivéssemos um curso para podermos ter um emprego digno e não vivermos à base do ordenado de um homem que viéssemos a arranjar.”

“E uma coisa que mudou é que já não têm seis, sete filhos, no máximo três. A minha irmã mais velha tem dois rapazes, a outra irmã tem duas meninas, as minhas primas também estão entre os dois, três filhos. Porque querem investir na educação dos filhos e das filhas. A vida de África actual não tem a ver com a vida de África de antigamente. Eu falo daqueles que já têm uma certa formação e que vivem na capital e já querem ocupar uma posição social e já investem nos filhos e nas filhas. Inclusive muitos desses pais, não querem que elas estudem nas universidades lá, eles querem que venham para fora, porque as universidades cá têm mais prestígio.”

3. MINHA MÃE, PRIMEIRO DOS PRIMEIROS LUGARES: A CENTRALIDADE, TRANSGERACIONAL E TRANSNACIONAL, DA RELAÇÃO MÃE-FILHO

Se atendermos às representações da figura materna que nos foram comunicadas por todas as interlocutoras (independentemente da sua idade, escolaridade e recursos de classe, percurso migratório e modelo subjectivo de pessoa que orienta as suas narrativas) constatamos, claramente, o primado e valor estruturante da relação mãe-filha na construção de si próprias como sujeitos.

As (suas) mães são-nos descritas como aquelas que a “partir do momento que têm filhos, vivem para eles”, “abdicam de tudo em prol da família”, inclusive de si próprias para “sustentar”, “proteger” e “criar” os filhos. “São mães e pais” e “amigas” e “exemplos” admiráveis, concentrando em si a quase totalidade das identificações, das referências e dos afectos das filhas. “Primeiro dos primeiros lugares”, das mães sente-se “muita falta” quando se está longe. Constituem um lugar último onde se pode sempre “ir bater à porta”. Em simultâneo, a própria imagem da mulher-vítima, supostamente oprimida pelo “machismo” envolvente a que várias interlocutoras aludem, transforma-se numa imagem de “força” inigualável, associada a uma persistência ímpar para sustentar, educar, formar e dignificar filhos e filhas, mas também enteados, sobrinhos e netos.

“A minha mãe era mãe era pai, era amiga, a minha mãe era uma pessoa muito querida, era uma pessoa espectacular, cheia de força, cheia de tudo.”

“Eu não sou uma pessoa que vem com a felicidade na palma da mão. Minha mãe me criou. Foi tudo para mim. Tem pai sim, mas eu digo quase sem pai.”

“A minha mãe, o primeiro dos primeiros lugares, o meu primeiro exemplo de mulher, que eu idolatro. A força para criar os filhos praticamente sozinha, a força que a minha mãe teve para trabalhar desde madrugada até altas horas da noite para que tivéssemos dinheiro para comer e comprar livros...”

“Eu revejo-me muito na minha mãe porque as referências que eu tenho são dela. Sempre trabalhou, até ao dia de hoje a minha mãe trabalha sempre a pensar em nós. E ela sempre nos incentivou a estudar. Aliás, somos três meninas mais velhas, a minha mãe educou-nos para estudar, para termos uma educação superior, educou-nos mesmo para isso, educou-nos para termos uma posição digna na sociedade.”

“Sinceramente, a única pessoa que eu admiro é a minha mãe, em todos os sentidos, a sua vida, a sua força, até a sua maneira de ser com as pessoas... Ela para mim é um refúgio, se qualquer coisa me acontecer, quem eu vou bater à porta sempre é a minha mãe.”

A esta representação poderosa de mãe somam-se, ainda, imagens de maleabilidade, adaptabilidade, tolerância e até de generosidade alargada, registadas nos múltiplos e constantes expedientes que utilizam para arranjar sustento, na aceitação e, subsequente, apoio económico às filhas que engravidam precocemente ou das que separadas de pais de filhos voltam à casa materna, na extensão dos seus cuidados e responsabilidades maternas ao filhos das filhas (mas ainda dos “netos de filhos” rejeitados por novas “madrastas”), na solidariedade que sempre acabam por revelar ao abrigar e alimentar familiares (irmãs, sobrinhos, enteados, etc.) em situação carenciada.

A relação mãe-filha emerge, desde modo, como uma referência afectiva e identificatória cuja importância é notoriamente desproporcional face ao registo que transmitem da relação pai-filha, tanto para as que se constroem como pessoas-mães como para as que (sem menosprezarem a maternidade) investem num projecto de auto-realização pessoal orientado para a autonomia profissional.

Para as primeiras, como vimos, a maternidade é repetidamente descrita como o epicentro das suas vidas. Trabalham para educarem e sustentarem os filhos. Se menores e/ou mães solteiras podem transferir essa tarefa para as suas próprias mães que lhes correspondem (com cumplicidade) agindo como avós-mães ou mães substitutas. Muitas iniciam projectos migratórios, laborais. São mães à distância, com o apoio de irmãs, mães ou outros familiares femininos na origem. Aguentam (dolorosamente) a separação dos filhos para os saberem “criados” e “a estudar bem”, mesmo podendo perder, para as mulheres com quem os deixaram, o afecto e a ligação preferencial dos filhos. Várias conseguem algum tipo de reunificação mãe-filhos (sobretudo com os mais velhos) nos novos destinos. “Lutam” para que tenham uma vida melhor e/ou para lhes “dar uma formação”. Transmitem-lhes a mesma imagem de “mãe” que internalizaram: de “mãe e pai”, de “força” e de “tudo”.

“Aos princípios a gente sofre muito também. Então eu via lá as crianças, lá estavam a estudar bem, então é preferível mandar dinheiro, mandar essas coisas para as crianças estudar bem, porque aqui eu vi, se eu sair de casa ir para o trabalho quem toma conta dos miúdos, quem? Eu não tinha dinheiro para pagar uma ama. (...) Eles também sentem muito, eu também sinto muito, é uma coisa que às vezes a gente pensa mas que não dá certo. Sabe porquê? Porque o dinheiro que a gente trabalha aqui é tudo para os filhos, a dona fica sem nada quase. Tem que mandar dinheiro para o livro, dinheiro para o caderno, dinheiro para tudo. A dona também não vive uma vida estável, trazer também para aqui não é muito fácil, não é muito fácil. A mais nova que eu tenho lá, a última tem 13 anos. Eu fico de férias mas depois eu trabalho. Mesmo assim trabalho nas férias e coiso, sempre a trabalhar e a gente também quando trabalha, também ajuda também a disfarçar os problemas. Longe dos filhos é muito duro!”

“Eu fiquei aqui quatro meses sem o meu filhote, só depois eu trouxe o meu filho, a estudar sem bolsa, a trabalhar, como se costuma dizer, eu comi o pão que o diabo amassou com rabo sem água (risos). Era tão duro, tão duro, tão duro que não tinha água. A massa não tinha água mesmo. Foi muito complicado, muito complicado, os primeiros anos foram muito difíceis, tanto é que eu não consegui chorar nos primeiros anos. (...) Quando eu trabalhava e ele entrava de férias eu tinha de levá-lo para o trabalho e ele tinha de ficar escondido lá, e ele ficava lá em silêncio e ele dizia: oh mãe! (...) Mas felizmente, ...”

“Quase dois anos consegui que os meus filhos mais velhos viessem, é porque eles vieram ainda novos, vieram com nove, dez, onze anos, vieram ainda pequenos, fizeram quase aqui a instrução primária e a preparatória, a secundária e a universitária fizeram cá, vamos vivendo porque eles postos cá, porque eu queria dar-lhes uma formação, para terem uma vida melhor para o futuro e graças a Deus olha, eu já os lancei e agora eles têm que fazer o resto. Se o Senhor também abençoar que eles consigam alguma coisa melhor.”

“Para ambas, é muito doloroso. Mãe é mãe não é, a relação que nós temos com a mãe é diferente. Apesar dela gostar muito, muito da avó mas é diferente e acho que ela sente. Está numa fase de dezoito anitos, deixei-a com quinze numa fase delicada, complicada da juventude e não tem sido muito fácil mas pronto. Ela entendeu um bocadinho, entende que é necessário, tem-me ajudado nesse sentido, pronto, tem-me apoiado muito, é o que me tem ajudado um bocadinho a segurar um bocadinho as saudades cá e as preocupações.”

Para as segundas, as suas mães (mas também tias e avós) não são menos importantes. Mesmo quando descritas como pessoas-familiares, foram elas que lhes inculcaram “referências” fundamentais como a importância da escolarização prolongada com vista à autonomização económica (dos homens). Mais importante ainda, foram elas que viabilizaram a filhos e filhas (e, por vezes, aos próprios enteados) percursos sócio-profissionais ascendentes, sustentando-os e educando-os sozinhas. Outras constituem ainda “exemplos de vida” porque elas próprias lutaram e concretizaram projectos pessoais e profissionais contrariados e/ou proibidos pelos seus próprios homens, tantas vezes concomitantes com a própria separação conjugal.

“O meu exemplo de vida é a minha avó. (...) A avó nasceu em Cabo Verde mas foi para São Tomé, trabalhar, foi naquela altura da história dos contratados que foram para São Tomé para trabalhar. E levou a minha mãe, a minha mãe era pequenina, levou-a e a minha mãe cresceu lá e tudo isso. Depois a minha avó voltou a casar, com um moçambicano. (...) Eu não conheci o pai da minha mãe portanto o meu avô, é o Mário, Chicombela Bembele Mário, que foi o homem que criou a minha mãe que é um moçambicano. Ele foi para S. Tomé na altura da escravatura. Ele diz que, ele lembra-se que ele ia para a escola, apareceram os brancos na altura e prenderam-no, acorrentaram-no e só se lembra de estar no barco e foi para São Tomé assim. (...) Na altura, a minha avó foi trabalhar para o maior hotel lá de São Tomé, a Pousada Boavista, minha avó é instruída, sabe ler e escrever e tudo isso e foi para lá trabalhar.”

“Eu revejo-me no papel da minha mãe. (...) As referências que eu tenho são dela. Já com quatro filhos, já tinha os quatro filhos quando, com 28 anos, foi fazer o curso de enfermagem. (...) Quis trabalhar naquilo que gostava. Sempre exerceu a profissão como enfermeira, fez a especialidade e agora esta reformada.”

“Depois do pai morrer, a nossa mãe sempre dizia que as nossas vidas podiam ser melhores se pudéssemos trabalhar para não estarmos dependentes de nenhum homem. Dava muitas vezes o exemplo dela. Contra o meu pai começou a trabalhar como costureira. (...) Em casa, fazia fatos para festas, trajes tradicionais. Depois trabalhou num quartel, a fazer fardas, e ganhava mais. Foi ela que nos sustentou depois da morte do pai porque a pensão dele pequena.”

Como desenvolveremos no segundo volume, as mulheres-mães são ainda lembradas pelo protagonismo que assumiram não apenas na formação dos eus das filhas, nos seus códigos ético-morais e identificações religiosas, nos seus valores e práticas familiares actuais, mas ainda nas carreiras cívicas e/ou nos projectos de activismo social construtivo que algumas entrevistadas vêm desenvolvendo.

Por outro lado, do ponto de vista das mães, estas imagens exemplares e admiráveis de si próprias, espelhadas pelos descendentes e pelos seus percursos de vida resultam em sentido biográfico, compensação identitária e afectiva. Ao contrário do investimento na relação conjugal que não lhes garantiu segurança material nem auto-estima, os vários filhos criados e os seus percursos adultos (empregos “honestos”, formação escolar prolongada e até, por vezes, filhos homens “que pensam e fazem diferente do pai”) constituem uma fonte de orgulho e uma justificação de vida.

“Criei sete filhos e sete enteados. (...) Esses sete eram de uma, duas, três mães diferentes. (...) Não nasceram cá, nasceram todos lá (em S. Tomé). (...) O pai é que os fez vir para cá, para estudarem quando nós estávamos a viver cá, a vivermos na barraca. (...). Eu aceitei, aceitei porque pronto as condições de vida na nossa terra já sabe como são e como aqui eles tinham mais possibilidade de subir na vida, arranjar um futuro melhor, eu aceitei. Já sabia que eles existiam e eu aceitei e eles viveram todos comigo. Até porque muitas vezes me criticavam quando ele se foi embora: “Tu és maluca, o homem abandonou-te com filhos e enteados”. E eu disse: “Não, eu não sou maluca, eu faço aquilo que acho que devo fazer como cristã, abandoná-los para quê?” Para viverem na prostituição ou irem para a droga. (...) Tenho dezenas, centenas de filhos neste bairro. Dou conselhos como mãe. Quando há qualquer coisa, chamo-os à atenção, vê lá o que estás a fazer, porta-te bem, porque aquilo não está bem, isto é o que está bem, deves fazer assim, deves fazer assado, como mãe...”

No caso de algumas mulheres mais velhas, este investimento materno, em cuidados, educação, orientação moral e cívica, pode mesmo transbordar a relação real mãe-filho e estender-se a sobrinhos e netos, mas também a “enteados” e/ou aos “irmãos de pai” dos seus filhos, a quem ajudaram a crescer. A assumpção desta função materna alargada constitui, frequentemente, a força motriz e o principal idioma de algumas carreiras cívicas e/ou dos projectos activismo social construtivo, encetados por estas mulheres na origem e/ou no actual em contexto migratório.

4. O PAPEL DOS HOMENS E DAS MULHERES NA TRANSMISSÃO GERACIONAL DE COMPORTAMENTOS DE GÉNERO

Compreender a persistência das construções e comportamentos de género em pauta exige considerar dinâmicas micro-familiares de longa duração, protagonizadas nos contextos de origem e em Portugal, não apenas por homens da família alargada (parentes matrilineares, nomeadamente) mas também pelas próprias mulheres/mães em casas “sem homem”.

“Essa situação é um bocado complicada. A gente diz que não aceita, não. Mas depois, acabamos por aceitar a situação. Aceitamos porque eles como homem, é como se houvesse... como é que hei de dizer, um apadrinhar da situação.”

“A gente acaba por se acomodar pela situação. Perdoamos, não é, por causa dos filhos. As crianças não têm culpa.”

“Prefiro não saber, porque se souber não sei se vou conseguir aguentar a traição e a mentira.”

“Não aconteceu nem há-de acontecer comigo. Eu quando digo isso, elas dizem: ‘Ah, se calhar nunca te apaixonaste’. E eu digo: Não, eu já me apaixonei mas eu tenho amor próprio, eu não tenho de me submeter a terceiros só porque gosto de alguém. Vou abaixar a cabeça, vou abaixar a bolinha só para conseguir estar com alguém.”

A atitude típica das mulheres-mães mais velhas, transmitida às gerações seguintes, continua a ser a da não condenação das performances masculinas. Mesmo as que se autodefinem como cristãs praticantes e foram educadas no ideal da fidelidade conjugal deixam entrever a mesma aceitação, não moralizante, do comportamento dos “maridos” e “pais de filho”. Deste modo, parecem combinar, sem aparente incompatibilidade, identificações e valores religiosos com as suas referências culturais de orientação. A disseminação de tais práticas, na origem e/ou em contexto migratório - “no fundo todos fazem o mesmo”- e, sobretudo, a sua generalização no seio da família próxima

e alargada, em gerações sucessivas, parece inibir a sua condenação moral. Se “não maltratamos os nossos” (avós, pais, irmãos) também não podemos “maltratar os outros”.

“A gente olha para o lado e diz: o meu avô foi assim, o meu pai foi assim e depois olhamos para o nosso irmão que tem duas, três ou quatro. Mas se eu não maltrato os meus, também não vou maltratar os outros, porque os outros também têm pais e irmãos e querem bem aos seus. E então a gente acaba por se acomodar pela situação mas também depende da forma como as pessoas, homens e mulheres se comportam não é, sobretudo isso...”

“É uma prática comum em S. Tomé... Mas foi muita revolta, o que senti. Não esperava dele isso. Não esperava. Nunca imaginei que o meu pai havia de fazer uma coisa dessas, porque ele era muito amigo de casa. Ele foi pescador. O meu pai ia para o mar... à noite, mas de dia estava em casa, está sempre a dormir. Era sempre o último a chegar e trazia muito peixe. Era sempre amigo de casa. Estava sempre presente em casa. Mas depois de começar... depois da independência. Acho que foram os amigos que lhe arranjaram a mulher. Mas pronto, é muito boa pessoa, muito amigo.”

Participando, deste modo, na normalização moral das performances masculinas algumas mães parecem, também elas, inculcar nos filhos a construção de que a actividade sexual, mais ou menos continuada, com mais do que uma mulher constitui um imperativo identitário masculino.³⁶ Expressões do tipo “olha, eu não fiz o meu filho só para uma mulher”, “um homem que é um homem não pode ter só uma mulher” fazem parte das memórias micro-familiares de várias entrevistadas. A própria resposta materna diferencial, ritualizadamente reprovativa quando toma

conhecimento da primeira gravidez de uma filha e/ou do seu relacionamento com um homem já com várias mães de filho, comparativamente com a aceitação normalizante do comportamento filho que já engravidou várias raparigas ou, se casado ou amigado, “arranja” outras mulheres, é reeditada em vários testemunhos.

36 Segundo Seibert, na sociedade forra, “as mães preocupam-se com a virilidade dos filhos desde tenra idade e ao longo dos primeiros seis anos de vida, costumam friccionar-lhes a glândula com folhas de mikoló, uma planta medicinal, convencidas de que estará assim assegurado, na fase adulta, um forte poder de erecção.” (2002: 452)

“Em São Tomé, dificilmente se encontra um homem só de uma mulher, e quando isso acontece acham que é estranho porque a própria mãe...., porque os homens são educados desde muito novos, as próprias mães dizem: “Olha, eu não fiz o meu filho só para uma mulher”. Desde muito cedo, começam a pôr na cabeça: “Tu tens que ter muitas namoradas. Quantas namoradas tens?” E não sei quê. As mães aceitam, dizem aos filhos para terem comportamentos desses, as mães dizem ‘homem que é homem não pode ter só....’”

Apesar de algumas verbalizarem o desejo de que as “filhas não voltem a sofrer” mais tarde o que sofreram, de lhes fornecerem inclusive exemplos de vida de considerável autonomização pessoal e económica, são as próprias mães que as aconselham desde cedo, utilizando múltiplos argumentos, a escolher parceiros com quem partilhem as mesmas referências culturais.

“A minha mãe sempre diz e é uma coisa que já vi. É difícil até relacionar com um cabo-verdiano que seja de outra ilha da tua. Por exemplo, um namoro entre uma pessoa de São Vicente e de Santiago é diferente de um namoro entre duas pessoas da mesma ilha. Num relacionamento com uma pessoa de outra cultura, tens sempre de optar, acabas sempre por perder, tens de decidir onde vão viver, como criar os filhos. Como se costuma dizer, cada um puxa a brasa à sua sardinha. Principalmente nós, os cabo-verdianos, temos a mania de sermos mais nacionalistas, a nossa língua, o nosso país e acho que isso torna mais difícil uma relação com alguém de outra cultura.”

“Ela está sempre a perguntar: “Quando é que voltas, quando é que voltas?” Está sempre a perguntar: “Não me digas que já arranjaste um noivo e não voltas”. E eu digo: “Tem lá calma, eu também quero ir, não só por ti mas também por mim, também quero ir”. Mesmo se eu me envolver com alguém, a pessoa tem de saber à partida que eu volto. Se quiser ficar comigo tem de se mentalizar que volta comigo para São Tomé. “Queres namorar comigo tudo bem, mas voltamos para S. Tomé, não te esqueças!”.”

“As nossas mães têm medo de nos perder. Se casas fora isso pode trazer confusões, separações. Por exemplo, podes ter de ficar definitivamente separada da tua família se vais viver num país diferente.”

Educadas, regra geral, de forma bem diferenciada da dos seus irmãos (nomeadamente no que respeita a comportamentos sexuais adolescentes), várias entrevistadas salientam que à medida que iam crescendo, as próprias mães as foram “libertando mais”. Por acréscimo, e embora desaconselhem as ligações das filhas com homens com filhos de outras ligações e reprovem as gravidezes nas filhas menores (ou até nas mais velhas sem autonomia económica), as mães (em geral) acabam por aceitar, sustentando-as e aos netos nas suas próprias casas, e/ou recebendo-as quando se separam de namorados e/ou pais de filhos. “Mãe é mãe”, e a mensagem que passa às filhas, inclusive às que adiaram a maternidade para continuarem os estudos, é que ter um filho é a maior prova de feminilidade, um laço identitário (insubstituível) de toda uma vida.

“Para cima e para baixo, voltar às tantas da noite, não, não! Na minha casa também não admito! Não, não, não, só porque é maior de idade tem que sair, voltar quando quer, na minha casa não. (...) Se acontecer, não a vou pôr na rua. Mãe é mãe, acaba por aceitar. Não tem coragem de expulsar filha.”

“As mães podem ser um bocado repressivas. Sempre a dizer o que deves ou não deve fazer. Mas depois quando aparecem os netos, aceitam, aceitam até os pais dos netos. Eu vejo isso com o namorado da minha irmã, ele só não vive lá em casa porque não pode, porque senão já estava lá.”

“Primeiro a minha mãe dizia-me: “Um homem tem dois filhos de duas mães e tu não tens nenhum, és nova e vais arranjar um homem que já tem dois filhos”. Prontos, de início não foi nada fácil para mim aceitá-lo. “Vais meter-te num relacionamento daqueles, é porque a mulheres podem passar a vida chatear-te”, “é o que acontece muitas vezes”, “e já aconteceu comigo”, “a mulher do teu pai a chatear muito por causa dos filhos”. (...) Mas depois a minha mãe foi mudando e hoje já aceita.”

O papel das mulheres-mães na valorização do laço mãe-filho mas sobretudo na normalização do relacionamento sexual dos filhos com diferentes mulheres é reforçado por outros agentes, em espaços micro-familiares, peri-domésticos ou semi-públicos. Avós e tios maternos, irmãos mais velhos ou simplesmente pares da mesma idade encarregam-se também de inculcar e velar pela generalização de uma construção social da masculinidade que exige concretizações constantes. Uma “virilidade” que não esteja sempre “à tona” ou que tarde em concretização genital, que se fidelize a numa única mulher, ou até performances que se afastem do padrão etnológico valorizado (dando o primado à dimensão afectivo-amorosa e não tanto à genital, por exemplo) são sinónimo, e frequentemente valem acusações, de homens “fracos”.

“Se os meus irmãos tivessem namorada e eles ainda não tivessem tido relações sexuais, ou qualquer coisa assim, o meu pai chamava-lhes de fracos, dizia que ainda não as tinham conseguido levar para a cama. Mas Deus me defenda que fosse comigo, eu não podia fazer nada disso.”

Em paralelo, demonstrações afectivas, de forma concentrada e continuada, a uma mulher concreta, mesmo que se trate de uma esposa, tendem a ser ridicularizadas. Ao contrário, a exibição de que se tem uma namorada/ou uma esposa, a quem se trai com outras, inclusive com amigas ou conhecidas, parece ser um item valorizado (e quase prescrito) por homens mais velhos e pares. Dir-se-ia, parafraseando uma expressão utilizada coloquialmente, que um homem que “coma sempre do mesmo prato” perde em masculinidade ou enfraquece-a. Dependente e alimentada por concretizações sucessivas, a masculinidade nunca está, deste modo, garantida nem completa. Obriga a competir (com outros homens) pela “conquista” de mais e mais “presas”.

“Já me aconteceu na minha família alguém dizer ao João (marido): ‘tu tens que variar de prato de vez em quando’.”

“‘Eu tenho a minha namorada, eu gosto muito dela’ mas na mesma noite acabou por trair a namorada. E no outro dia, ainda se gabou: ‘Eu consegui, aquela ali foi minha ontem à noite’.”

“A namorada está aí a mandar mensagens à toa e ele está a trai-la com outra, deu-te vontade de provar, porquê? A outra não te chegou? Não sei, é uma pancada qualquer, ou então não sabem valorizar-se ou têm algum problema de inferioridade. (...) Eles não respondem, encolhem os ombros, dizem que quiseram, que lhes apeteceu...E os amigos aplaudem.”

Se articularmos esta construção da masculinidade como um complexo processo sócio-histórico, colonial e pós-colonial, pautado por continuadas experiências de subordinação, nomeadamente dominação colonial e discriminação pós-colonial, compreendemos o peso de uma outra transmissão intergeracional: a de que o culminar do processo de masculinização implica “provar” uma, duas, ou mais “brancas”.

“Eu não vou dizer que todos os pretos têm esse projecto de ter uma branca mas para a maioria há esse fetiche. (...) ‘Não! Eu tenho de provar uma, tenho de ver como é que é.’”

“Eles têm aquela teoria de que os homens brancos são menos eficazes que os pretos, então acham que ir para a cama com brancas é uma prova... eles é que têm aquele power todo.”

“Para muitos homens cabo-verdianos que eu conheço, segundo a opinião deles, torna-se um troféu ter um relacionamento com uma branca, uma espécie de prova de que são os melhores.”

“Uma pessoa que namoramos durante sete anos, que conhecemos desde que tínhamos cinco anos, dançámos durante dez anos no grupo de estrela de Cabo Verde... Quando ainda andávamos, ele engravidou uma amiga minha (branca). Para mim, foi mais do que uma humilhação. Por causa da amizade que tínhamos, ele foi sempre o meu melhor amigo; antes de ele ser o meu namorado, éramos amigos de contar tudo um ao outro. Ele deixou-me com traumas de homens cabo-verdianos.”

Parafrazeando o que ouvem a irmãos e amigos, “conseguir” uma mulher “branca” constitui uma espécie de “troféu”. Representa um triunfo na competição semi-pública com os pares (que ainda

não o conseguiram) mas ainda uma “prova” da superioridade viril dos homens “pretos” face aos homens “brancos”, dos cabo-verdianos e são-tomenses face aos portugueses, dos imigrantes e filhos de imigrantes face aos não-imigrantes. Embora não o verbalizem espontaneamente, dir-se-ia que “conseguir uma branca” permite inverter a história, representa uma espécie de colonização reversa, ao mesmo tempo que compensa vivências correntes de humilhação e discriminação (legais, políticas, policiais, residenciais, profissionais, etc.).

Porém, segundo as nossas interlocutoras, a teoria masculina também comporta vulnerabilidades. A confirmação do “power” africano depende, paralelamente, da lealdade sexual das mulheres africanas aos seus homens. Perspectivado como um objecto a consumir no seio de competições homofílicas intra-grupais, o corpo das suas irmãs, amigas e até namoradas tem de ser, em simultâneo, controlado/impedido de relacionamentos potenciais com “brancos”. Neste contexto, as construções masculinas acerca do desejo feminino de relacionamento com homens “brancos” tomam o significado de uma “traição”, tendem a ser vividas (segundo elas) como um “pôr em causa” da sua própria masculinidade.

“Eles têm aquela coisa da posse e depois acham que se nós tivermos relacionamentos com outros homens, brancos, eles acham que isso pode pôr em causa a sua masculinidade, acham que de certa forma é trair a sua masculinidade. Acham que não podemos virar-lhes as costas para irmos ter com os outros. É exactamente isso, acham que é traição, porque eles é que são os bons.”

5. GRAMÁTICAS DE MUDANÇA: QUEM QUER MUDAR, O QUÊ E COMO?

Muitas damas engravidam apenas com 15 anos (...) Ter muitos filhos está no sangue dos africanos (...) Por isso é que a nossa vida é finca-pé e tentar mudar (...) Estuda, luta, muda a situação (...) A vida na rua não passa de uma ilusão (...) Já estou farta de pretos a irem para a prisão (...). A mãe levanta-se às seis horas e vai para a limpeza (...) Passo muito tempo sozinha, tenho que olhar por mim (...) A vida é dura e triste mas também tem alegria! (letra de Rap, original em crioulo)

Na literatura disponível, as construções de género que acabámos de analisar são frequentemente atribuídas a um passado de escravatura o qual, por um lado, impossibilitou a recriação dos padrões de parentesco africano de referência e, por outro, fustigou tais populações com pressões aculturativas de tipo e intensidades variáveis (Caldeira 1997). Não sendo necessariamente incompatível com a compreensão socio-histórica de tais dinâmicas, outras explicações articulam-nas com vivências de pobreza de longa duração. Com ou sem passado de escravatura, nestes contextos, “o corpo (das mulheres) torna-se o maior bem disponível, e a sexualidade é transformada num dispositivo usado para negociar uma mobilidade social e para construir a própria segurança social” (Rodrigues, 2007:138). Pelo menos para um segmento significativo de homens nas mesmas condições de pobreza, a impossibilidade de garantir segurança material a mulher e filhos, levá-los-ia a buscar compensações - de género e prestígio - noutra tipo de construções e de práticas e, nomeadamente, na competição sexual hemofílica, com afrouxamento do laço conjugalizante e de paternidade (Rubenstein, 1980).

Não obstante, o reconhecimento empírico de que situações de pobreza semelhantes podem estar articuladas com sub-culturas da pobreza diferenciadas (Goode e Eames, 1996) no que respeita, nomeadamente, às dinâmicas familiares, de género, e conjugais, tem vindo a reorientar a pesquisa para a análise dos idiomas e das estratégias culturais subjacentes à construção da pessoa, dos géneros e da sua relação, da maternidade e da paternidade, bem como das modalidades de construção de recursos materiais, prestígio e poder utilizadas nestes contextos (Barrow ,1996).

Não é nosso objectivo, discutir estas diferentes explicações e sua articulação. Na esteira de um *corpus* já significativo de pesquisas importou-nos compreender em que medida os processos migratórios e de inserção social diferenciados desenvolvidos por mulheres de origem cabo-verdiana e são-tomense as estimularam a uma redefinição das suas vivências de género, ao nível das práticas, significados e valores.

Considerámos, todavia, que as modalidades de resignificação e acção através das quais as mulheres reorganizam as suas vidas familiares e pessoais em contexto migratório e, mais em particular,

as relações de género, a própria capacidade de as redefinir e de nelas se reposicionarem, se encontram histórica e culturalmente configuradas. As inferências interpretativas que tecemos foram, por isso, articuladas com várias construções de pessoa que orientam as suas narrativas e modalidades de agência. Mostrámos igualmente que estas se encontram estreitamente articuladas e podem, inclusive, ser encarnadas pelo mesmo sujeito em vários momentos do seu percurso de vida.

Trabalhámos, por um lado, sobre modalidades de significado e agência associadas ao que designámos de pessoas familiares e pessoas mães. Os problemas experienciados nos bairros sociais (desemprego, baixos níveis de rendimento, criminalidade, etc.) onde vivem ou já viveram, condenadores de imagens negativas veiculadas pelos media (cristalizadas em torno da criminalidade e da desestruturação familiar das famílias africanas) motivam, tantas vezes, a sua vontade de mudança em prol da dignificação de uma “identidade africana” e das vidas dos imigrantes africanos. Construídas a partir de um conjunto de valores e vivências que remetem para as suas origens, as suas actuações orientam-se tanto para o espaço doméstico, como para o espaço público (cf. volume 2). Porém, a sua motivação maior decorre da própria construção cultural de pessoa que as orienta, isto é, dar aos filhos e filhas melhores condições de vida, educação e formação. Não é pautada por um desejo de resistência e/ou subversão a tradições de género de longa duração.

Indissociáveis das suas práticas de mudança são as suas identificações religiosas e os próprios contextos de mobilização religiosa em que sociabilizaram na origem, de tal modo que poderíamos afirmar que responsabilidades e práticas religiosas e cívicas se confundem. De acordo com as suas narrativas, ser católica praticante ou evangélica implica, já de si, uma participação socialmente activa em diversos domínios da vida comunitária e da própria sociedade envolvente, enraizada na auto-convicção de que tal agencialidade pode constituir uma fonte maior de transformações e/ou de resolução de problemas sociais.³⁷ Para

37 No seio da oferta competitiva de religiões no contexto pós-colonial português, as identificações religiosas não podem ser apenas perspectivadas como modos pessoais de construção e fortalecimento de uma relação espiritual. Tanto a renovação como a conversão religiosa constituem, muito frequentemente, estratégias de construção de “exemplaridades”, reforçando os projectos identitários dos sujeitos que as fundam ou que nelas se integram. Embora permitam diferenciações e competições intra e inter-grupais, configuram igualmente oportunidades de elaborar algumas das contradições dos projectos e vivências em contexto migratório.

além da crença na possibilidade de um mundo melhor, comportar-se como uma cristã envolve, segundo elas, uma maior responsabilidade pessoal na agencialidade socialmente construtiva. Esta responsabilidade cívica, consubstancial à identificação religiosa, não pode ser, de novo, desarticulada da construção de pessoa incorporada, porque cristãs e, sobretudo porque pessoas-mães, as mulheres, assumem, tal como no lar e na família alargada, mais responsabilidades (pragmáticas, educativas, morais, etc.) no desenvolvimento da família–comunidade.³⁸

Considerámos uma outra modalidade de construção do sujeito feminino cujo objectivo de realização pessoal compreende, mas não se restringe, à maternidade e ao projecto de construir um “lar”. Visa, em simultâneo, a aquisição de capitais intelectuais, educacionais e profissionais que lhe permitam construir um percurso de vida diferenciado das gerações anteriores e de muitas dos seus pares, nascidas em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde ou em Portugal.

“O meu pai trabalha na construção civil, a minha mãe é doméstica, a minha irmã desistiu da escola muito cedo, no 9ºano, tal como muitos dos meus primos. E então eu sempre disse que não quero terminar a minha vida a limpar escadas como a minha mãe ou então com um trabalho precário como o meu pai, eu quero ser alguém porque eu também sou gente; e se os outros conseguem eu também consigo.”

“Muitas de nós temos aquela ambição de trabalhar e estudar. Mesmo que já tenham filhos, trabalham e estudam. Se tiver um filho cá, outras têm filho lá, mas trabalham e estudam. É sempre aquela vontade de fazer alguma coisa. A vida é casa-trabalho, trabalho-casa, cuidar de casa, cuidar de filho, as pessoas querem fazer alguma formação, alguma coisa.”

Ao mesmo tempo que procuram reagir ao destino das mães, dos pais e de muitos conterrâneos, as suas narrativas desvelam outro tipo de sofrimento, decorrente de múltiplas vivências de descontinuidade entre as vidas de “princesas” que levavam nas suas respectivas origens e as suas vidas enquanto “cinderelas” num contexto-migratório “madrasta”. Logo à partida, as dificuldades económicas familiares e a escassa atribuição de bolsas de estudo por parte dos Governos

38 Não raramente, as mais participativas em projectos colectivos são, frequentemente, conhecidas por “mães do bairro” (cf. volume 2).

de origem obrigam-nas, muito frequentemente, a conciliar os estudos com uma actividade laboral desqualificada (em firmas de limpeza, no serviço doméstico, restaurantes, muitas vezes combinada com *babysitting*, *part-times* no McDonald's e *call centers*, etc.).

“Mesmo aquelas que podem ser princesas lá em S. Tomé, ou noutro lado do mundo qual-quer... ou são muito ricas e os pais têm muito dinheiro para bancar, mesmo aquelas que vêm de bolsa de estudo, fazem part-time nas limpezas, fazem part-time no McDonald's, agora já fazem part-time no McDonald's que é mais chique... Antigamente era só limpezas (...) uma pessoa precisa de ganhar dinheiro para ajudar os estudos. E é uma fase que eu posso dizer que me orgulho do que fiz e que fiz porque precisava. E não tenho problema de dizer. É o percurso normal, mesmo os portugueses que vão para o Canadá e para esses países, vão para trabalhos que não são qualificados.”

“O meu primeiro trabalho foi... olha, eu estou com um trauma que eu nunca mais entrei num restaurante. Fui tão, tão explorada! Sabes quando a pessoa chega no início, não conhece e não sabe como as coisas se fazem... exploraram tanto, tanto, tanto, mas depois com o tempo a pessoa vai aprendendo. Era para fazer quatro horas e fazia 7/8h, Páscoa, feriados... Continuo nas limpezas, trabalho numa firma, pagam mal mas é o que está a dar; hoje em dia cursos de Letras, Direito e ... são cursos com poucas saídas e o que está a dar mesmo é o trabalho não-qualificado. Enquanto eu estou a estudar, eu faço na boa, mas quando eu terminar, já quero fazer uma coisa, uma coisa que seja adequada a mim, não é?”

“A minha irmã que é médica tinha de passar a ferro. E ela passava a ferro, a limpeza não porque não calhou, acho...O meu irmão teve de trabalhar na obra. (...) Os homens na obra, as mulheres na limpeza. A minha mãe nem sonha com isso, porque se eu lhe digo ela sofre mesmo muito. As pessoas lá não lhes passava pela cabeça a vida que temos cá. Eu tenho uma prima minha que diz que se pudesse pagava a todos para as pessoas terem a noção do que é estar fora. Só quando a gente passa por isto, é que damos valor à

nossa terra. Quando estamos lá, pensamos que aquilo é tudo horrível, que é uma pobreza só, mas pelo menos temos alegria, estamos entre quem gostamos. Mas aqui não. Aqui estamos distantes, temos de sofrer, temos de trabalhar e fazer coisas impensáveis...”

Contrastante com experiências de vida e familiares anteriores, a sua actividade laboral produz “vergonha” tanto na relação com os pares na origem, silenciadas como “se fosse um tabu” no regresso, como na relação com colegas portugueses não-migrantes. A comunhão de experiências com outros estudantes/trabalhadores de origem africana tende a favorecer identificações e sociabilidades selectivas, na medida em que falam da “mesma África” e passam por situações idênticas em Portugal. Porém, paralelamente, as vergonhas migratórias parecem estimular uma reconstrução mais positiva das origens; reforçam sentimentos de pertença e patriotismo, interpellam a regressar.³⁹

“É como se fosse um tabu. Nós nunca falamos sobre isso. É como se tivéssemos vergonha, nós nunca fizemos isso nos nossos países. Eu nunca tinha feito isso. (...) Se ficassem a saber que nós fazemos isso seríamos um pouco discriminadas. (...) Quando eu trabalhava era perto da minha Faculdade, eu ia deitar o lixo. Era um escritório, graças a Deus não era casas de banho. Eu tinha de espreitar para ver se estava a sair alguém da Faculdade, porque eu saía às 9h. Via exactamente se vinha alguém ou então pedia a uma colega que já estivesse ali para ir deitar o lixo. Estava com muita vergonha, com muita vergonha mesmo que alguém me visse fardada, escrito ‘limpezas’.”

“Eu passo mais tempo com os africanos porque me identifico mais com eles. Eles percebem a nossa língua, falamos de coisas mais práticas e os portugueses falam de coisas mais fúteis, que para nós não têm assim grande importância. (...) Enquanto nós temos

de perceber como é que vamos conseguir aqui um trabalho, dinheiro, eles estão a pensar como é que vão gastar. É verdade! São realidades diferentes. Claro que existe também uma minoria que tem de trabalhar e se esforçar para pagar a Universidade, mas é uma minoria.”

39 É no regresso a São Tomé e Príncipe ou a Cabo Verde que perspectivam o reconhecimento profissional e a ascensão na carreira que reclamam não ser possível em Portugal (em virtude da situação geral de desemprego de jovens qualificados e da discriminação racial que percebem).

“É como se fizéssemos uma viagem para África quando estamos juntos. Vimos de cidades semelhantes, falamos sempre dos mesmos assuntos. É que nós passamos pelas mesmas coisas! A realidade é idêntica. Então fica mais fácil falar com eles. Falamos do que é que vamos fazer quando voltarmos para os nossos países, ou qual é o emprego onde tu estás, posso conseguir isso? Ou se souberem de alguma promoção de viagens... e essas coisas. É muito mais fácil, a linguagem é quase a mesma.”

Embora pareçam lidar melhor com os trabalhos desqualificados e o prosseguimento de estudos, pelo menos enquanto não acabam os seus cursos, as já nascidas em Portugal acusam atitudes discriminatórias relacionadas não apenas com preconceitos gerais sobre os “pretos” mas ainda com a “má fama” dos “bairros”⁴⁰ onde vivem ou viveram. Para “evitar o estigma”, não raramente, ocultam de professores, colegas e patrões as suas moradas reais.

“Em termos práticos, as pessoas acham que todos os que cá moram são pretos e delinquentes. (...) As pessoas são preconceituosas, porque há muitos assaltos feitos por brancos, mas eu nunca vejo isso nos jornais. (...) Eu punha a morada da casa da minha irmã mais velha. Para evitar esses estigmas era o que eu fazia. Foi a opção, foi a melhor opção que eu encontrei.”

“Os portugueses mostram o racismo de uma forma subtil. Já tive uma colega minha que não me levava a sua casa porque a avó não gostava de mim, por ser preta, mas ela era bem tratada na minha casa porque era vista como uma colega e não pela diferença da cor da pele.”

“Muitos de nós somos marginalizados; quando estamos à procura de trabalho, se dissermos que vivemos no bairro assim assim não somos seleccionados. (...) Se a

40 A vida nos “bairros” foi-nos descrita como altamente contraditória e “problemática”. O abandono e o insucesso escolares são fortes, a delinquência aumenta, a polícia é chamada e a repressão policial, contrastada com a tolerância familiar e comunitária, é representada como racista. Por outro lado, muitos bairros criam de tal forma “má fama” que depois essa mesma má fama leva a que os jovens não consigam trabalhos e isso é visto como racista e causa revolta, uma revolta que legitima a delinquência que produziu a “má fama”, criando uma espiral de acusações e de contra-acusações. Paralelamente, a anterior legislação vigente em Portugal reforçava a percepção de discriminação: os jovens nascidos em Portugal não eram considerados portugueses, embora nunca tivessem conhecido outro país; se eram estudantes de longa duração, a lei das “autorizações de residência”, que os deixava de lado, impedia-os de trabalhar ou de pedir empréstimos bancários; a morosidade dos serviços sociais, misturada com algumas experiências concretas de discriminação eram facilmente percebidas como racismo generalizado, mais ou menos “subtil”.

resposta é sempre a mesma, o não, provoca revolta, porque precisamos de trabalhar e não conseguimos trabalho porque vivemos aqui.”

Algumas, porém, construíram estratégias para lidar com o “racismo”, que vão para além de atitudes de ensimesmamento passivo-agressivo ou de actuações confrontacionais, mais ou menos, agonísticas. Partilham com as mulheres mais velhas, a vontade de “limpar a cara” dos bairros, de desfazer determinadas imagens sobre os imigrantes africanos, de lutar contra a discriminação residencial e profissional de que são alvo, refutando aquela ideia de que “não vale a pena fazer nada”.⁴¹

Foi a escutar as “líricas” dos *rappers* afro-americanos,⁴² a reconhecer nelas similaridades com a vida nos bairros, a interiorizar (através do *rap*) uma nova postura – “não continuar a ser vítima, a apontar o dedo e não fazer nada para mudar” mas também “a falar de coisas positivas, dizer o que é que se pode melhorar ou não se pode melhorar”, etc. – que algumas se iniciaram ao associativismo juvenil. Outras, como Luana, encontraram referências e estratégias políticas nos contextos de origem de referência que transportaram para os seus quotidianos em Portugal.⁴³

41 A própria iniciação ao associativismo juvenil é geralmente motivada pelo desejo de “organizar coisas para e com os jovens do bairro”, “de que estes gostem”, em que queiram trabalhar e “que não lhes sejam impostas” pelos poderes locais e nacionais; “coisas que sintam que são deles, para eles e feitas por eles” (pois, quando isso não acontece, tendem a desinvestir ou até a rejeitar os apoios e iniciativas associativas). O activismo juvenil passa, por isso, pela valorização da própria noção de associação, enquanto fonte de prazer e auto-estima, isto é, por refutar aquela ideia de que “não vale a pena fazer nada” porque “dali (do bairro) não se passa”. Similarmente motivante, é o desejo de “limpar a cara do bairro”, desfazer a imagem de que os jovens locais (organizados a partir de afinidades etno-culturais, musicais, etc. ou simplesmente “de amigos que gostam de andar juntos”) formam “gangs” e só “armam confusões”.

42 Incompletas, ambivalentes e em transformação, as identificações destas jovens são negociadas em torno de várias referências culturais: a referência aos contextos de origem dos seus familiares, a referência local (ao bairro) e à sociedade portuguesa envolvente, entrosadas com elementos de natureza transnacional, desterritorializados e desterritorializáveis que podem ser manejados a partir de vivências localizadas e originar variantes locais. Funcionando como “uma comunidade imaginada”, “baseada em fluxos de ideias e informação globais” (Fradique, 2003: 34), a cultura *Hip Hop* constitui uma das referências desterritorializadas mais investidas, quer nos seus modos de apresentação - no *style* e na própria linguagem verbal -, quer nos seus consumos e produções culturais. Constituinte um bom exemplo de articulação entre os níveis local e global, o associativismo juvenil articula, muitas vezes, quotidianos e referências ao bairro com maneios e reapropriações de referentes transnacionais.

43 Todavia, na perspectiva de várias interlocutoras, o investimento associativo corresponde a uma fase da vida, é uma “coisa” de “juventude” - definida por “sonhos maiores”, “mais tempo”, “mais vontade”, “mais energia” mas também “mais querer ganhar e mudar o mundo”, etc. O processo de autonomização adulta, mesmo que incompleto do ponto de vista económico, vai a par e tende a servir de justificação para a diminuição acentuada do empenhamento por causas cívicas que notam em muitos dos seus pares.

“O rap é também parte daquilo que eu sou no associativismo, porque o rap começou como uma ferramenta nos EUA. O rap começou, não só como uma maneira de manifestar, a nível social, e reivindicar a situação dos afro-americanos e o que estava a acontecer mas também a contar também um bocadinho do dia-a-dia do que se passava nos bairros. Falar de coisas positivas, dizer o que é que se pode melhorar ou não se pode melhorar. Enfim... montes de coisas... líricas que falavam por exemplo acerca da relação homem-mulher, até líricas que falavam das competições, tipo eu faço líricas melhor do que tu. Fascinavam-me porque eram lutas que nós sentíamos ali no bairro, como jovens que éramos, e que também falavam do racismo e de tantas situações que passávamos.”

“Na primária, eu era a única preta da turma. Quando brincávamos às mamãs e aos papás eu ficava sempre como empregada da cozinha. Eu brinquei assim nos primeiros tempos, só que depois, às páginas tantas, cansei-me, disse que já não queria ser empregada, disse que queria ser dona de casa. E havia uma colega minha que se chamava Ana Sofia, não me esqueci do nome dela (risos), ela disse que não podia porque os pretos trabalhavam na cozinha. E eu só disse, está bem, e então quando a brincadeira começou, eu destruí tudo, os bolos, os pratos tudo que havia lá feito.(...) Foi a partir de Amílcar Cabral que a minha mente começou a abrir para as questões dos africanos em Portugal. Principalmente porque as questões de que ele fala já nos anos 60-70 são as mesmas com que tu te deparas hoje, e a forma dele racionalizar a luta, não é uma luta só na agressividade mas também é uma luta intelectual em que se te abrem caminhos para imensas coisas, como por exemplo novas formas de dares respostas, sem ser pela violência.”

Outras ainda contaram-nos como o despertar para a possibilidade de mudança em si e fora de si emergiu na sequência de um processo de renovação das suas identificações católicas, mediante um aprofundamento espiritual próprio e não por presença parental e/ou comunitária ou após uma conversão ao evangelismo.⁴⁴ Esta renovação possuiu um efeito multiplicador do

44 Os debates em torno do secularismo travados em vários países europeus têm vindo a estimular a investigação da subjectividade e mobilização religiosa na análise das dinâmicas de pluralização identitária dos imigrantes e, nomeadamente, na sua relação com dimensões fundamentais da cidadania (Turner, 2003; Klausen, 2006; Bauböck et al, 2006, etc.). O desenvolvimento incipiente de debates similares em Portugal contribui, entre outros factores, para que esta articulação permaneça, ainda, uma área de pesquisa relativamente lacunar.

seu investimento em actividades cívicas quer em plataformas de cariz religioso, quer não religioso (para imigrantes, ligadas à luta contra o racismo, de intervenção multicultural, etc.). Exponenciou, inclusive, a sua integração em programas governamentais, organizados a nível local e nacional, que visavam prevenir e combater processos de marginalização e confrontação agonística entre as populações juvenis.⁴⁵ E, em alguns casos, potenciou (a médio prazo) a transnacionalização das suas carreiras cívicas, criando condições e estimulando a sua participação em programas internacionais onde recebem formação que depois transmitem a outros líderes associativos locais.

“O que está escrito na Bíblia, se nós o aplicássemos no associativismo, não teríamos os problemas que temos, percebes?! Porque Jesus, no ensinamento que fez, e que quis mostrar às pessoas, ele passava o tempo todo na rua a falar com as pessoas: Quando encontrarem alguém que precise, dêem-lhe a mão, ou seja, transformem a sociedade, mas de uma outra forma. E mesmo depois da sua morte e ressurreição, na Igreja primitiva, a primeira coisa que eles faziam era esta: apoiar as viúvas, os órfãos, os necessitados, os pobres. (a conversão) Foi um bem que me fizeram a mim, mas que eu vou passar. (...) A Bíblia é um manual onde eu vou beber todos os dias, que me inspira no trabalho que eu realizo diariamente com as pessoas.”

No âmbito dos seus projectos de dignificação das vidas dos imigrantes africanos, a “educação” e “formação” das mulheres-mães com o objectivo de que não reproduzam padrões culturais de género perpetuadores do sofrimento e empobrecimento das mulheres (e dos seus filhos) tem vindo, igualmente, a constituir um tópico central. Um objectivo que exige projectos que viabilizem a sustentabilidade dos seus lares, através de novas estratégias de subsistência e mobilidade.

“A mulher negra é desvalorizada, é afectada psicologicamente, é afectada tanto pelos maridos, ultimamente comecei a ter problemas com o meu pai em relação à minha mãe, comecei a ver que há uma desvalorização em relação às mulheres negras, comecei a ver também pelos meus tios, as minhas tias, que a maioria delas são separadas e que os maridos não ajudam e começaram a criar os filhos

45 Frequentemente liderados por agentes institucionais de inspiração religiosa cristã com os quais as jovens activistas desenvolvem sintonias (em torno da ideia de criar um mundo melhor, por amor a Deus e ao próximo), estes programas acabam também por reforçar este novo entendimento do activismo cívico.

sozinhas. Comecei a ver a situação da mulher negra que se levanta às seis da manhã e praticamente não vê os filhos até as 10h da noite, ou seja há uma opressão que elas não dão resposta, não falam, mantêm-se com a cabeça baixa como forma de não criarem problemas (...) sou afectada psicologicamente por eles e isso eu vou passar para os meus filhos, por isso é melhor falar do problema agora do que deixar para mais tarde porque o que sofro agora mais tarde as minhas filhas vão voltar a sofrer ou os meus filhos vão voltar a fazer.”

“Levar a palavra de Deus é muito importante, mas também de dar apoio às mulheres nas comunidades para elas depois também poderem educar os filhos também neste sentido, ajudar a mulher também a ser independente, entre outras. Criar o seu sustento, seu meio de subsistência também, neste sentido, poderem desenvolver projectos e criarem o seu próprio trabalho e serem o sustento da família.”

“Gostava de abrir uma associação, com um projecto que pudesse apoiar jovens mães, mulheres imigrantes também, neste sentido, apostar mais na vertente da educação. Educar a mulher para também educar.”

Inspirados no *rap*, em valores religiosos ou, mais excepcionalmente, em referências políticas associadas aos seus contextos de referência, as práticas e projectos de participação cívica que as movem constituem, em simultâneo, uma referência crucial nos seus processos de construção e auto-definição identitárias, enquanto sujeitos mas também enquanto cidadãs. Isto é, interpelam-nas a reconceptualizarem a cidadania noutros moldes, que transcendem em muito a sua dimensão legal e política, não se esgotando no nível dos “direitos” e “obrigações”. Parafraçando as suas vozes, a cidadania exige e apoia-se em diferentes formas de participação na sociedade civil. E a participação cívica, componente major da cidadania (Delanty, 2000; Turner, 2003), envolve criar, sustentar e dinamizar ligações identitárias socialmente construtivas. Colocam a tónica, deste modo, numa cidadania participativa, criadora de conexões e pontes no seio da sociedade portuguesa, um aspecto que não sendo totalmente novo denota nuances intergeracionais importantes.

“Participação, é tu poderes dares o teu contributo válido, positivo e dinâmico na sociedade em que tu vives, seja a nível político, seja a nível social, o que for. Isto é participação. Agora eu acho que as pessoas falam muito mais de participação ao nível de ‘direitos e deveres dos cidadãos’, ‘a participação na sociedade’, mas de que forma?! Eu acho que participação é um conceito que devia ser desconstruído; (...) para mim pessoalmente, neste momento, eu chamo participação a tudo aquilo que eu posso dar o meu contributo em todas as áreas, seja

a nível da igreja em que eu estou inserida, seja a nível do meu bairro, seja ao nível do meu trabalho no Conselho da Europa, com a WFM (Women for Minorities), seja com o meu grupo de amigos. (...) As pessoas pensam que participar é só ser voluntário numa associação, ir votar... eu, neste momento, sinto-me portuguesa mas não sou portuguesa, porque não tenho bilhete de identidade e não voto, mas sou uma cidadã participativa, não é?! Ao contrário de muitos que possuem cartão de eleitor e vão votar e são cidadãos de direito em Portugal.”

46 Paralelamente, a pesquisa indicia que a socialização das jovens em ambiências pautadas por uma certa dose de mobilização religiosa influencia os seus investimentos cívicos bem como as suas novas formas de conceber a cidadania, confirmando o papel das famílias e das suas redes (formais e informais) enquanto fontes de capitais, competências e identificações, tal como vem sendo argumentado na literatura sobre capitais sociais por autores como Portes (1998), Fenenema e Tillie (2001, 2004) ou Pedziwaitr (2007).

47 Não obstante, a intensidade do envolvimento em actividades voluntárias depende de diversos tipos de recursos em tempo, materiais e em competências (Verba *et al.*, 1996). Ora, nestes cenários micro-familiares, onde as mães assumem efectivamente a responsabilidade de sustentar os filhos (e os vários filhos das filhas), os mais jovens tendem a apresentar taxas elevadas de insucesso e de abandono escolar que bloqueiam em grande parte a aquisição de capitais e competências cívicas. No caso das raparigas, tudo isto, é ainda entrosado com a maternidade (de um ou mais filhos). Mesmo que alguns compensem as suas incipientes competências escolares através de performances de comunicação e organização locais, o activismo exige tempo e, tantas vezes, alguns recursos materiais. Tais recursos não sobram, pelo menos para àqueles que trabalham e estudam em simultâneo porque já perceberam que “andar na rua é uma ilusão” e que as “limpezas” ou as “obras” não constituem uma alternativa.

Este projecto de “desconstruir” e provocar mudança, inclusive ao nível da transmissão de comportamentos de género, não pode ser dissociado das suas referências familiares⁴⁶ e, nomeadamente, da influência de mães, tias, avós, etc. que viveram as suas vidas como pessoas-familiares e/ou como pessoas-mães. As mesmas mulheres que incorporaram e organizaram as suas vidas no seio de discursos e as práticas de desigualdade de género foram, tantas vezes, e ao mesmo tempo, as principais instigadoras dos percursos de mobilidade ascendente das suas filhas e netas, assentes na escolarização continuada e na profissionalização diferenciada. Não só os custearam sozinhas (ou quase), forneceram-lhes um estímulo constante para que não desistissem, condições para o desenvolvimento da sua auto-estima pessoal, bem como motivação para projectos e práticas de participação cívica⁴⁷ centrados na mulher, nas suas aspirações e éticas do cuidado.

CAPÍTULO 3.

O GÉNERO NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES: ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

1. “IGUALDADE DE GÉNERO”: UMA DIRECTIVA PARA COMBATER A VULNERABILIDADE

Reconhecendo a dupla vulnerabilidade da condição mulher e imigrante, um dos princípios orientadores do Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009)⁴⁸ é dar “especial atenção à igualdade de género.” A divulgação de informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres e imigrantes, a promoção da empregabilidade e empreendedorismo das mulheres imigrantes, nomeadamente através do acesso à educação e à formação profissional, a promoção da sua participação na sociedade civil e do seu envolvimento em movimentos associativos de defesa dos direitos das mulheres constituem algumas das medidas⁴⁹ que visam a “igualdade de género”.

48 O Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009) apresenta uma estrutura bastante sólida e ambiciosa, totalizando 120 medidas políticas, assentes num conjunto de princípios, que enquadram a actuação colaborativa entre os vários ministérios e organizações da sociedade civil. Na primeira secção são apresentadas as políticas em vários domínios transversais e sectoriais: habitação, saúde, emprego e formação profissional, educação, acolhimento, solidariedade e segurança social, justiça, sociedade de informação, desporto, descendentes de imigrantes, racismo e discriminação, direito a viver em família, liberdade religiosa, associativismo imigrante, *media*, relações com países de origem, acesso à cidadania e direitos políticos, questões de género e tráfico de seres humanos. Na segunda parte é apresentada uma listagem de medidas, indicadores e metas. Desde a Resolução do Conselho de Ministros foram entregues dois relatórios anuais de execução pelo ACIDI - de Maio 2007/2008 e Maio 2008/2009 – que fazem o balanço das metas atingidas (I Relatório Anual de Execução do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (Maio 2007 – Maio 2008), disponível em http://www.acidi.gov.pt/docs/PII/RAE0708_PII_compl.pdf, consultado a 20/09/2009 e II Relatório Anual de Execução do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (Maio 2008 – Maio 2009), disponível em <http://www.acidi.gov.pt/docs/PII/Relatorio-PII-segundo-ano.pdf>, consultado a 20/09/2009). Está actualmente em preparação o novo PII a lançar em 2010.

49 Para além destas medidas, está prevista a criação de um observatório de tráfico de seres humanos cuja preocupação major se focaliza no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual (embora os indicadores e metas não particularizem as questões de género). Outras medidas dirigidas às mulheres visam ainda promover campanhas de informação sobre a existência de consultas de planeamento familiar e gravidez, gratuitas, sendo um dos objectivos aumentar em 5% o número de mulheres imigrantes inscritas nos serviços.

Comparativamente ao PII, o III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)⁵⁰ revela um maior conhecimento, experiência e monitorização das medidas políticas neste âmbito, sendo também de salientar a transversalidade e articulação das medidas propostas com as de outros planos. As medidas específicas dirigidas a mulheres imigrantes e minorias étnicas e culturais aparecem concentradas em duas áreas estratégicas de intervenção, das cinco previstas: perspectiva de género nos domínios prioritários de política (área 1) e violência de género (área 4).⁵¹

Ao assumir que a pobreza e a exclusão social afectam sobretudo as mulheres, a integração da perspectiva do género na “Inclusão e Desenvolvimentos Sociais” é formulada nos objectivos gerais de “diminuir a feminização da pobreza” e de “promover a igualdade de género e a cidadania de homens e mulheres migrantes e de minorias étnicas e culturais, facilitando a sua integração a todos os níveis”. Sob estes dois compromissos são designadas medidas específicas que, no caso das “mulheres migrantes e de minorias étnicas e culturais”, visam a divulgação dos direitos e deveres das mulheres, a aprendizagem da língua portuguesa e das novas tecnologias, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o apoio ao empreendedorismo, o incentivo ao envolvimento em movimentos associativos, o incentivo e apoio financeiro de actividades de cariz étnico-cultural que promovam o seu “envolvimento activo”. No que toca à estratégia de “combate e prevenção da violência de género”, como um facto assumidamente originado pela discriminação de género, é

apenas ressalvada a importância de se assegurar a articulação entre o III PNIGC e outros planos, nomeadamente o PII, “de forma a promover a *mainstreaming* de género nas várias dimensões bem como outro tipo de articulações”.

Não obstante, a informação sobre os processos de implementação, financiamento, monitorização e avaliação das medidas previstas é escassa e/ou pouco divulgada. Quais são as organizações da sociedade civil, com representantes de mulheres imigrantes, envolvidas na concretização de tais medidas? Que tipo de projectos desenvolvem em articulação com as medidas

50 Desde a Resolução do Conselho de Ministros foi entregue um relatório anual de execução pela Comissão para a Igualdade de Género – 2007/2010 que fazem o balanço das metas atingidas (I Relatório Anual de Execução do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007 – 2010), disponível em http://195.23.38.178/cidm/portal/bo/documentos/Relatorio_avalicao_IIIIPNI_1ano.pdf, consultado a 20/09/2009).

51 As outras três áreas estratégicas são: perspectiva de género nos domínios de política enquanto requisito de boa governação; cidadania e género: perspectiva de género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento.

do PII e do PNICG? Quem executa e financia esses projectos? Quem os monitoriza e avalia, de modo a que sejam realizados os ajustamentos necessários face a eventuais problemas de implementação e desenvolvimento dos projectos?⁵² Como é que as mulheres imigrantes, alvo de tais projectos, os experienciam e interpretam à luz dos seus respectivos códigos culturais, religiosos, políticos e simbólicos?

2. “DIFERENÇA HÁ, MULHER PÕE FILHO NO MUNDO, PAI E MÃE NÃO É IGUAL”: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO

A constatação a que chegamos a partir da leitura dos dois planos é a de que estes assentam numa perspectiva de género que se focaliza sobremaneira na relação homem-mulher. Tal perspectiva não só se inspira num modelo de família nuclear, no seio do qual homem e mulher colaboram idealmente para sustentar e educar os filhos, como continua carregada com noções binárias de dominação/subordinação ou de desigualdade/igualdade, de género, reeditando uma espécie de consciência feminista, analítica e politicamente prescritiva, contra valores, normas e práticas hegemónicas masculinas, trazidas dos contextos de origem que supostamente vulnerabilizam as mulheres imigrantes.

A pesquisa que realizámos revelou, todavia, que a relação mãe-filhos, e a própria construção de pessoa-mãe - em detrimento da relação mulher-homem - adquire maior centralidade analítica na compreensão das responsabilidades e acções, bem como das vulnerabilidades e competências, materiais e identitárias, de muitas mulheres imigrantes de origem são-tomense e cabo-verdiana. O processo migratório, os programas de educação e formação em que algumas participam, as actividades e associações formais e informais em que se envolvem podem ser perspectivadas como plataformas de mobilidade socio-económica e profissional, ampliam as suas

52 No caso do PNICG está prevista a entrega de relatórios de avaliação periódicos e final, que são submetidos à Assembleia da República pela estrutura orgânica responsável pela dinamização do plano. Além disso, sabemos que a avaliação é feita por uma entidade externa, acompanhada por um estudo sobre o impacto do mesmo. Já o PII é omissivo em relação a estes assuntos.

competências, redes e capitais, conferem-lhes “respeitabilidade” comunitária, cá e lá. Mas as suas motivações, sobretudo no caso das mulheres mais velhas, não se prendem com ideais feministas em prol da igualdade de género. O desejo de serem iguais aos homens, em funções, obrigações e direitos, e a concomitante valorização da igualdade homem-mulher como um ideal social não emergem espontaneamente das suas narrativas. Pelo contrário, a assumpção de uma função diferencial, em relação ao homem – a que chamámos de função materna alargada – foi-nos transmitida como um percurso, um objectivo e uma justificação de vida que oferece possibilidades insubstituíveis de auto-realização ao sujeito feminino, pré e pós-migração.

O acesso a espaços, competências e capitais que algumas vêm desenvolvendo, apoiadas em redes mais ou menos organizadas de solidariedade e entajuda femininas, tantas vezes transportados da terra de origem e readaptadas ao actual contexto migratório,⁵³ ou mesmo o estímulo à sua participação em projectos que visem desenvolver o seu *empowerment* na esfera pública portuguesa (organizados pelo Estado e pela sociedade civil) ganhariam, pois, em ser entendidos como modalidades de acção sobre-orientadas para a relação mãe-filhos, e cujo projecto prático,

ético e político não se enquadra necessariamente na lógica da igualdade de género.

Por seu turno, como vimos, algumas das acções das mulheres-mães parecem mesmo reinscrever inter-geracionalmente o que parecem ser os instrumentos do seu próprio sofrimento e vulnerabilidade e, por extensão, o das suas filhas e das suas pares mulheres. Todavia, e tal com sublinhado, o que parece é bem mais complexo. As suas vidas comportam, também elas, potenciais de transformação, sobretudo ao nível das gerações subseqüentes. Quando transmitem aos filhos e às filhas dos bairros sociais onde vivem que a formação escolar e profissional é crucial no desenvolvimento dos seus percursos adultos. Quando apoiam, presencialmente ou à distância, o projecto maternal

53 A complexificação do conceito de género tem vindo a permitir o questionamento de retóricas eurocéntricas em relação às mulheres de outras partes do mundo, bem como em relação às interpretações sobre parentesco e família (Abu-Lughod, 2002; Oyewumi, 2004). A pesquisa efectuada converge com estudos realizados em vários contextos africanos que chamam a atenção para o facto de ser a maternidade a fortalecer e conferir à mulher o estatuto de mulher e não propriamente a sua condição de esposa (Emovon, 1997; Rosander, 1997). Assente na ideia de que a acção das mães é motivada pelo sustento e educação dos filhos sem a ajuda do pai/marido, tais estudos justificam a participação associativa das mulheres como um meio para conseguirem algum poder económico e político, sem que isso necessariamente reverta desigualdades de género manifestas nas suas respectivas estruturas sociais.

precoce das filhas e, ao mesmo tempo, estimulam a internalização de padrões educacionais mais igualitários que favorecem a sua formação escolar e autonomização económica. Quando, enquanto católicas praticantes ou evangélicas, incutem o valor sagrado da família e da fidelidade conjugal, embora não condenem explicitamente as performances sexuais e reprodutivas dos seus pais de filho (irmãos, pais ou avós ou até filhos) e “lhes perdoem as traições”.

O sentido e a trajectória das suas vidas não pode, pois, ser desarticulado das múltiplas formas através das quais incorporaram tradições discursivas e comportamentos de género não igualitários, no seio dos quais organizaram as suas vidas e a dos seus filhos, tantas vezes sem a co-responsabilização e colaboração masculina, e produziram conhecimentos e subjectividades que transmitiram às gerações vindouras. O seu processo migratório, o exercício de uma profissão remunerada, os ganhos monetários provenientes da combinação de vários trabalhos, a independência económica que algumas conseguiram (dos homens e de outros familiares), a coragem que revelaram a si próprias e aos filhos não decorreu de um projecto feminista/liberatório focado na relação homem-mulher. Nem adquire valor (a seus olhos) e/ou reconhecimento social enquanto tal.

Mesmo no caso de algumas mulheres mais jovens, migrantes laborais ou estudantes mas também em descendentes de imigrantes, cujo discurso ensaia tantas vezes articular valores do “antigamente” com interesses e ideais progressistas, os usos narrativos que fazem de palavras como “autonomia”, “independência”, “liberdade”, “direitos iguais”, etc. obrigam a uma análise contextualizada, onde intervêm diferentes referências, significados e emoções, bem como a articular os seus usos narrativos com práticas concretas. Retomemos dois exemplos.

Desde pequena que Neusa pedia a Deus para lhe “dar trabalho, para não depender de ninguém, para quando precisasse de alguma coisa não ter de depender de ninguém”. Trabalha desde os 16 anos, “graças a Deus”, 11 dos quais em Portugal, “na limpeza, filha, é o que sei fazer, não tenho escola”. Passados nove meses após ter migrado, ficou grávida: “Deus deu-me o meu filho, gosto muito dele, aliás, vivo por ele.” Continuou a viver em casa da irmã depois do filho nascer. Só mais tarde se reuniu ao “pai de filho”. Neusa sente-se “livre, não depende de ninguém”, “ganha o seu

dinheiro, de uma forma cansada, mas quando precisa de ter as coisas têm o dinheiro dela para comprar”. Em Cabo Verde, como refere, a maioria das mulheres do seu meio e criação “não têm aquela liberdade que temos aqui”, “dependem sempre, ou em parte, do marido ou dos pais, quando não têm marido”. Embora acrescente, por outro lado, que “são mais livres porque também não têm o stress que temos aqui”.

Não depender de ninguém é traduzido por “liberdade”. É sinónimo de maior determinação no controlo da sua vida. Porém, trabalhar mais e durante mais horas (com o acréscimo de responsabilidades domésticas e familiares) também pode ser definido como “uma perda de liberdade” face às mulheres que dependem de maridos, pais de filhos ou de outros familiares. Esta dualidade de aceções mostra o quão complexa e ambivalente pode ser, para muitas mulheres africanas, a experiência da autonomia ou da dependência de outrém, o controlo de rendimentos próprios ou a negociação do “dinheiro” com homens e familiares, as confusões e as zangas com estes últimos e o stress do trabalho autonomizante.⁵⁴

Por mais, o pai de filho de Neusa com quem “tem 13 anos juntos”, “pensa daquela maneira antiga”: “que ele é homem e eu sou mulher, que o trabalho dele é mais importante que o meu”, “que os homens têm de sentar e fazem as mulheres de criada”. Isso, “provoca brigas”, “desavenças” frequentes entre eles. Neusa reclama verbalmente “os mesmos direitos, somos seres humanos, nós os dois, temos direito de ajudar um ao outro” que detecta em casais de descendentes de imigrantes e, sobretudo, nos portugueses. Mas sabe, tal como muitas mulheres cabo-verdianas e são-tomenses, que a insistência na igualdade homem-mulher lhe pode trazer mais sofrimento. Uma ligação de 13 anos com o seu pai de filho, apesar da traição que já perdoou, constitui um objectivo de vida e um diferencial socialmente muito valorizado.

Ana chegou em 2001 para ingressar numa universidade, regressar à terra natal e ganhar mais valor social lá, “o que no fundo é o que estamos sempre a procurar, mais reconhecimento”.

Em Portugal, atingiu também a (sua) “liberdade”: quando sentiu “que era capaz de fazer tudo o que podia fazer sem ser

54 Neste sentido, confira-se Rocha e Grinspun (2001) e Bénard da Costa (2005).

dependente de ninguém”; e, sobretudo, quando percebeu “que não tinha obrigação de partilhar a (sua) vida”, “como acontecia antigamente”. Descreve-nos todo um processo mais ou menos doloroso, ao longo do qual diz ter absorvido um “ideal de independência” face a um padrão cultural de referência reconstruído no contexto português. Dinamizado sobretudo pelas mulheres, tal padrão é, nos seus próprios termos, definido como “poroso”, “promíscuo” e “crítico”: “todos sabem da vida de todos”, “todos se imiscuam na vida de cada um”, “espreitam nas janelas para saber o que os outros estão a fazer”, “se inter-ajudam nem que esta ajuda seja só para matar a curiosidade sobre a vida alheia...ou para criticar”.

Aos poucos, Ana perde o medo de viver fora das regras da comunidade e das suas sub-redes, quebra “a obrigação de partilhar a sua vida”, “conserva segredos pessoais” sobre acontecimentos importantes e “pequenas coisas, como por exemplo “tu compraste esta coisa e não me disseste, ou foste a determinado sítio e não disseste!”. Rapidamente entra em “choque” com muitas amigas, as quais (“pelo facto de partilharem coisas consigo”) esperavam o mesmo tipo de reciprocidade. Enfrenta pesadas críticas e acusações diversas (“libertina”, “traidora”, etc.) por parte de outras mulheres. Perde grupos para sair à noite, de fins-de-semana, da faculdade, etc. De certa forma, a “liberdade atingida” por rompimento com fidelidades grupais transformou-se em decepção, mágoa e solidão.

Detentora de recursos profissionais que lhe permitem usufruir uma independência económica em Portugal e na origem, mas ainda solteira e sem filhos (apesar da preocupação materna periódica “já está na altura...”), os medos de retornar exponenciam-se; voltar é regressar à dependência (familiar) e à obrigação de partilhar (tudo); “é partir do zero outra vez”, “é como voltar a emigrar”. Os valores de independência, individualismo e liberdade pagam-se caro, apresentam custos sociais e emocionais que também vulnerabilizam.

A primeira reflexão com vista à política pública é, pois, a de que as medidas específicas dirigidas às mulheres imigrantes e, nomeadamente, às de origem africana não lhes sejam apresentadas como projectos educacionais/civilizacionais das mulheres “ocidentais”, “europeias”, “brancas”

(Abu-Lughold *et al*, 2002) que lhes atribuem, sem as entenderem, desejos, vontades e capacidades para se realizarem em oposição a tradições familiares e colectivas de longa duração associadas ao relacionamento homem-mulher ou à construção de pessoa que incorporaram. O que verificámos é que noções como igualdade/desigualdade de género, liberdade/submissão autonomia/dependência, etc., podem apresentar significados e investimentos distintos: entre as próprias mulheres que ouvimos (em função de múltiplas variáveis); entre elas e nós (enquanto investigadoras e mulheres, igualmente influenciadas por tradições discursivas e práticas sobre género que interferiram com o trabalho interpretativo); entre as construções dialógicas que fomos tecendo e os significados que políticos e técnicos ligados a esta área lhes atribuem.

Propor medidas gerais de combate à vulnerabilidade orientadas pelo princípio da “igualdade” de género exige, a nosso ver, um diálogo integrado (entre as mulheres específicas a que se destinam, os mediadores que as acompanhem no quotidiano, analistas e políticos) acerca dos seus significados, benefícios e custos, sem descurar os seus contextos (locais e transnacionais) de identificação e pertença, bem como os modos como também estes contextos se vêm complexificando e entrosando tradições discursivas e práticas de longa duração com ideais e projectos da modernidade.

3. VULNERABILIDADES CRUZADAS: COMO COMPENSAR A AUTO-ESTIMA DOS HOMENS EM TEMPOS DE MUDANÇA?

Se nos distanciarmos da topografia da igualdade/desigualdade de género, insuficiente para dar conta de vidas e sofrimentos que não necessariamente captados nestes termos, e interrogarmos em que medida as construções e práticas familiares detectadas vulnerabilizam e compensam, de forma diferencial, homens e mulheres imigrantes de origem são-tomense e cabo-verdiana, a pesquisa efectuada fornece algumas pistas e hipóteses exploratórias, a aprofundar em trabalhos futuros.

Em contextos pautados pela instabilidade e fragilidade das uniões conjugais, por um elevado número de mães solteiras e de mulheres deixadas que se responsabilizam, quase exclusivamente,

pelo sustento e educação dos filhos, nos quais se vêm agudizando o contraste entre determinados “ideais” (alegadamente de dominação masculina) e as “práticas” (de progressiva autonomização das mulheres) e, se somarmos a tudo isto, o crescente eclipsamento da relação pai-filhos ou ainda o facto de muitas crianças, entregues a avós e familiares, conviverem à distância (pelo menos durante algum período da sua infância) com as suas mães imigradas, faz sentido formular as seguintes questões. Que vidas denotam maior vulnerabilidade? A das mulheres-mães? A dos seus pais de filho? A das novas gerações, lá? Cá? Em ambos os contextos? Com que consequências e custos?

A pesquisa indicou que a relação mãe-filha, mesmo em situações de grande precariedade económica, parece permitir uma maior consistência ao processo de construção do sujeito feminino. Em alguns casos, como vimos, fornece-lhe potencialidade de mudança e positividade, assentes na formação escolar, conseqüente profissionalização e melhoria económica, para si, e para os seus descendentes. Embora em termos de percursos maritais e maternais, mães, filhas e até netas não se diferenciem significativamente, o crescente investimento materno na educação das filhas, mais eficazes em performance e integração no sistema escolar, parece abrir espaço para o desenvolvimento de projectos de sustentabilidade económica e de aquisição de auto-estima, com conseqüências intergeracionais.

Repetindo-se em várias histórias de família, o resumo biográfico de Esperança é ilustrativo de como a figura materna (mesmo passando por situações de pobreza extrema, violência doméstica e guerra civil) parece marcar, mais positivamente, a trajectória identitária das filhas, e dos filhos das filhas. Esperança define-se como “uma pessoa que não veio com a felicidade na palma da mão. Minha mãe me criou. Tem pai sim, mas eu digo quase sem pai”. Quando nasceu, o pai já tinha mais de 30 filhos, de sete mães diferentes. Foi criada com a mãe e com a mãe da mãe. Lembra o pai como “um homem mau”, “um professor de aula” (“de quem todos tinham medo do chicote”) que a tirou da escola, sem fazer a 4ª classe. A outra professora de quem “tanto gostava” ainda tentou persuadi-lo: “a Esperança já está fazer qualquer coisinha, olha senhor, veja se compra qualquer livro para ela, caderno, papel.”

A vida inteira voltou a (re)encontrar homens que só a fizeram sofrer. O primeiro de quem gostou, “ainda era menina”, “quando a viu gostou”. Pediu-a à mãe, juntaram-se e “a menina nasceu, não tinha dois meses no dia dele viajar para Portugal para arranjar trabalho”. Voltou à casa da mãe. Dois anos depois, veio para Portugal, com a menina e engravidou do rapaz. Foi primeiro “empurrada” para casa da irmã depois voltou a S. Tomé para parir o menino, em casa da mãe. Quando o primeiro a trocou por “uma cabo-verdiana”, “veio um outro senhor: pouca sorte minha, só me dava porrada, dar de comer nada, eu é que tinha que sacrificar”. Teve de fugir para Angola onde tinha familiares, grávida do terceiro filho. Se não fugisse, afirma ainda hoje, “ele matava-me”. Reconstrói a sua vida e a dos filhos em Luanda. Em 1993, imigra definitivamente para Portugal fugindo, desta vez, à guerra civil.

Sempre trabalhou e continua a fazer horas nas limpezas. Fala-nos orgulhosamente da filha, que tirou o curso de analista em Angola, e que se encontra na América (com “um marido que só fala inglês”) porque não lhe reconheceram as habilitações em Portugal. Comunica regularmente com ela pelo telefone, bem como com os dois netos (do “primeiro marido angolano, da filha”). Do segundo filho, conta-nos que este foi fazer a tropa em Cuba mas “os charutos” e depois a guerra em Angola fizeram-lhe mal. Está reformado e vive perto de si, com a mulher, “uma angolana que ele arranhou lá” e com um filho dele. Juliano, o mais novo, tem sido a sua grande preocupação. Embora “agora seja do Reino de Deus” e esteja “melhor, um bocadinho”, durante vários anos, “fazia essas coisas de banditagem”. Esteve preso várias vezes. Esperança sofreu muito, ia vê-lo sempre que podia. Pedia a “Fátima, Nossa Senhora de Fátima”, bem como aos guardas “para ele passar o Natal” consigo. Não o refere como um filho mau: “Juliano foi criado sem pai” e talvez por isso, insinua “os amigos (homens) que arranhou nunca prestaram”.

Tal como Esperança, outras mulheres-mães sugerem que o processo de crescimento dos filhos-homens “é mais complicado”: sem pais, criados na rua com outros pares, com poucos estudos e só tendo como solução as obras ou o desemprego, “fazendo um filho aqui, outro lá”, económica e emocionalmente dependentes das mães. De forma convergente, algumas entrevistadas mais jovens indiciam que o “problema” dos amigos, namorados, pais de filho, irmãos ou primos, etc. se

prende, sobretudo, com a construção de pessoa masculina e feminina que os continua a orientar.

Com efeito, quando procurámos explorar a perspectiva masculina sobre o aumento dos processos migratórios protagonizados por mulheres, Maria mencionou o seguinte: “o meu ex-namorado costumava dizer-me que as cabo-verdianas quando vêm para Portugal tornam-se todas europeias”. Pedindo-lhe ajuda para decifrar este enunciado, compreendemos que determinados modelos “antigos” (do tempo dos seus pais e avós) sobre relações, responsabilidades e expectativas de género continuam a ocupar um papel central na concepção ideal de pessoa masculina. A mudança - “tornam-se todas europeias” - na opinião de muitos os homens cá (e lá) decorre de uma redefinição dos ideais que informam a construção da pessoa feminina, propiciados, entre outros factores, pela migração.

As constantes “zangas” e “confusões” entre homens e mulheres que namoram ou coabitam (provocadas por elas, segundo eles), as exigências materiais e morais que as mães de filho lhes fazem (ou, em contrapartida, o próprio adiar da maternidade, em benefício pessoal), a competição erótica inter-feminina por parceiros mais interessantes, simetrizante com a competição inter-masculina por conquistas sexuais, os projectos de independência que levam a cabo (investimento na formação escolar e académica, prosseguimento de uma carreira profissional com vista à obtenção de reconhecimento social, etc.), a posse feminina de rendimentos próprios e a sua utilização no consumo de determinados bens e serviços em função de interesses pessoais etc. constituem alguns dos indicadores de uma “mudança” que, de acordo com as suas amigas, namoradas ou até irmãs, “faz um bocado de confusão na cabeça” aos homens cabo-verdianos e são-tomenses.

De acordo com a auto-reflexão de algumas entrevistadas, a construção ideal ou idealizada de pessoa masculina dos seus pares-homens continua sobre-orientada por uma “imagem mais próxima da das suas mães”, coincidente com a imagem da “mulher tradicional” cabo-verdiana e são-tomense, “da pessoa que abdica de tudo em prol da família, dos filhos e do lar” e que fornece ao seu homem segurança e colaboração material, prestígio sexual e reprodutivo, *status* social e respeito público, mesmo quando este se encontra eventualmente desempregado ou não consegue

garantir o sustento do lar. Ora, esta expectativa masculina sobre a mulher (na relação com o seu homem) é, compreensivelmente, frustrada por muitas namoradas e mães de filho, que trabalham, estudam e criam filhos sozinhas, prosseguem projectos pessoais e familiares, mulheres que são sentidas pelos homens como “demasiado” reivindicativas (“refilonas”, “mandonas”, etc.) e/ou “demasiado” sociais e presentes na esfera pública. Sabendo, não sabendo - ou denegando - que a expectativa de muitas mulheres (inclusive das da sua família) já não é a de encontrar um “homem como o pai” delas, muitos homens são-tomenses e cabo-verdianos persistem, teimosamente, numa concepção ideal de si, assente em modelos antigos de definição da relação homem-mulher.

Os efeitos deste desencontro - e do sofrimento mais ou menos continuado que provoca na relação homem-mulher - não podem ser, a nosso ver, exclusivamente analisados do ponto de vista das mulheres. O recrudescimento da conflituosidade conjugal, a volatilidade das experiências de coabitação (e/ou a percentagem crescente de homens e mulheres que não vivem em casal), a fragilização da relação pai-filhos, entrosadas com alterações sociais e económicas, na origem e em Portugal, conducentes ao desemprego e/ou à precariedade laboral que caracterizam muitos imigrantes homens de origem são-tomense e cabo-verdiana não parecem propiciar uma imagem muito positiva de si-próprios, pelo menos de acordo com a concepção ideal de pessoa masculina de referência. Em que medida este desfasamento entre o ideal e as suas vidas concretas, lá e cá, os vulnerabiliza? Que compensações, relacionais e narcísicas, encontram para a sua ineficácia nas esferas económica e conjugal? Que imagens de identificação oferecem aos mais jovens?

Em simultâneo - tanto em S. Tomé e Cabo Verde, como em Portugal - um novo diferencial emerge entre homem e mulheres (beneficiando estas últimas): o que está a ocorrer no domínio da educação. A importância da educação não se traduz apenas em melhoria económica. O estatuto e prestígio social (pelo menos no imaginário das mulheres que ouvimos) advém dos capitais educacionais adquiridos. E a importância dada às carreiras académicas (de filhos e filhas) destaca-se enquanto indicador de posicionamento de classe. Em contrapartida, como vimos, a crescente escolarização e subsequente profissionalização das mulheres é, tantas vezes, vivida como mais uma ferida narcísica para a auto-estima masculina, inclusivamente por parte de homens universitários.

A segunda reflexão com vista à política pública é a de que o combate à vulnerabilidade imigrante orientada pelo princípio da “igualdade” de género deveria compreender medidas destinadas a mulheres, mas também a homens. Não precisamos de evocar taxas de delinquência e de encarceramento, de abandono e insucesso escolar, de alcoolismo, doença psiquiátrica ou de violência doméstica. As mulheres-mães, as mães de filho (desiludidas) ou as namoradas (preteridas ou trocadas) de origem são-tomense e cabo-verdiana que entrevistámos sugerem novos horizontes de pesquisa e reflexão política. A dependência masculina de confirmações narcísicas – ao nível económico, socio-comunitário, familiar, etc. - que auscultam nos seus homens, o modo como estes competem, quase compulsivamente, com outros homens, com co-étnicos e “brancos”, por superioridade (e auto-estima) sexual e reprodutiva, os comportamentos auto-destrutivos em que se envolvem em busca de compensações ao racismo e à precariedade económica merecem ser interrogados como indicadores de vulnerabilidade.

Ocultados pela própria categoria “género”, quando sinónimo automático de “mulheres”, as dinâmicas inter-geracionais de vulnerabilidade e compensação identitárias dos homens imigrantes (nomeadamente dos de origem africana) exigem maior preocupação analítica e política.

4. ELES CONTINUAM A PROCURAR “A IMAGEM DAS MÃES” NAS MULHERES, “A NOSSA EXPECTATIVA NÃO É ENCONTRAR UM HOMEM COMO O NOSSO PAI, DEUS NOS DEFENDA DISSO”: IDEAIS DE PESSOA E DESENCONTROS HOMEM-MULHER

Agir sobre vivências de vulnerabilidade e sofrimento que envolvem mulheres e homens, quando estas se articulam com dinâmicas de género em transformação, exige um entendimento das construções ideais de pessoa, masculina e feminina, que informam homens e mulheres, dos potenciais desfasamentos e conflitos entre ideais de género, das contradições e forças que justificam a sua persistência ou a vontade de mudança. Obriga a articulá-las com práticas concretas em contextos (de origem) e migratórios pautados por mudanças simultaneamente culturais, sociais, políticas e

económicas que interferem directa e/ou indirectamente com tais práticas e concepções ideais, ora favorecendo a aproximação entre o vivido e o ideal (e, por extensão a auto-estima e o reconhecimento) ora, pelo contrário, aumentando a distância ao ideal, ameaçando a construção de valor do sujeito e dos seus grupos significativos.

No estudo de caso que realizámos, quando homens persistem em determinados ideais pessoais que dificilmente conseguem atingir, e as mulheres (apesar do sofrimento e do acréscimo de responsabilidades e estratégias para lidar com a sobrevivência) consolidam progressivamente uma imagem positiva de si que transmitem geracionalmente, esta assimetria entre homens e mulheres no que respeita ao cumprimento do ideal de pessoa reforça a vulnerabilidade narcísica dos primeiros. Despoleta, frequentemente, soluções de compensação, como a centralização homofílica em redes de pares que partilham entre si identificações e competições performativas mas também frustrações similares no desempenho de papéis económicos, conjugais e parentais. Tende a fortalecer o imaginário masculino da ameaça feminina, projectado doravante sobre as mulheres que migram para estudar, se profissionalizam, se autonomizam financeiramente (e/ou até podem namorar com “brancos” as quais, no fundo e como vimos, desejam um homem e um pai para os filhos, cabo-verdiano ou são-tomense). Isto é, renova, sob outras modalidades, o desencontro, o mal-estar e o sofrimento recíproco na relação entre homens e mulheres.

A promoção da educação e do trabalho feminino gerador de recursos financeiros tem vindo a constituir, quer nos contextos de origem, quer em Portugal, uma directriz fundamental não apenas do combate à “feminização da pobreza” mas ainda pelas implicações inter-geracionais que pode trazer. O acréscimo de trabalho e de responsabilidades femininas (tantas vezes longe dos filhos pequenos), mesmo daquelas que desenvolvem uma carreira escolar e profissional, também constitui uma fonte de sofrimento. Porém, coloca tais mulheres numa relação mais sintónica face à sua concepção ideal de pessoa, fornecendo-lhes sentimentos de dignidade, fortaleza e esperança, tantas vezes re-canalizados para iniciativas de activismo socialmente construtivo em prole dos seus grupos de referência, cá e lá.

Sem projectos paralelos que visem a promoção da escolaridade obrigatória, a aprendizagem da língua portuguesa e de novas tecnologias, a formação profissional, o apoio ao empreendedorismo dos homens, por exemplo, dificilmente se poderá contribuir para redignificar a pessoa masculina de origem são-tomense e cabo-verdiana. E a necessidade profunda de ser respeitado constitui uma aspiração fortíssima. Se tal não constituir uma preocupação política ou se a comunicação, dos objectivos e metas, de eventuais projectos nesta linha não for cuidadosamente orientada (tendo em atenção a construção ideal de pessoa em causa) e/ou foi (mal)entendida como mais um golpe narcísico, o resultado pode ser justamente o do reforço da compensação: a teimosia em torno de ideais e práticas de longa duração acompanhada do ensimesmamento masculino em redes de pares sustentadas pelas mesmas identificações.

Pelo contrário, a própria implementação de canais de comunicação flexíveis que estimulem o diálogo com tais redes masculinas (na escola, no bairro, etc.) permitirá, porventura, explorar algumas das suas potencialidades renarcizantes. A valorização e o incentivo ao desempenho masculino em determinadas esferas públicas - no domínio da música, da dança, do desporto, dos consumos expressivos, etc. - nas quais se revejam e, sobretudo, das quais possam retirar benefícios narcísicos, quer na relação de género, quer no plano das comparações intra e inter-étnicas, poderão constituir um primeiro ensaio.

Uma aposta que passe pela promoção e dignificação da pessoa masculina e de si próprio, não centrada exclusivamente na mera aquisição de recursos económicos através da educação (onde muitos jovens cabo-verdianos e são-tomenses se sentem inseguros e falham) e que, em paralelo, compreenda o investimento noutra tipo de recursos (expressivos e desportivos, nomeadamente) poderá igualmente agilizar a construção de redes e diálogos intra e interculturais (locais, nacionais e até transnacionais). O potencial transformador de tais redes na difusão, troca e reflete sobre diversas modalidades de conhecimento, experiência e performances de género, e de prossecução de aspirações masculinas de respeito e auto-estima não pode, a nosso ver, ser descurado.

5. RECOMENDAÇÕES COM VISTA À POLÍTICA PÚBLICA: UMA SÍNTESE

- Não partir do pressuposto de que os princípios organizadores da vida de homens e mulheres cabo-verdianos e são-tomenses constituem um mero reflexo de valores universalmente partilhados e, por corolário, não lhes atribuir (sem entender) desejos, vontades e capacidades para se realizarem em oposição a tradições colectivas de longa duração, associadas ao relacionamento homem-mulher ou à construção ideal de pessoa masculina e feminina que incorporaram.
- Não descurar especificidades dos seus contextos (locais, nacionais e transnacionais) de identificação e pertença, bem como os modos como também estes contextos se vêm complexificando e entrosando tradições discursivas e práticas “tradicionais” com ideais e projectos de modernidade.
- Entrosar tal complexidade, com mudanças (simultaneamente sociais, económicas, políticas e culturais) que tanto ocorrem na origem,⁵⁵ como em contexto migratório,⁵⁶ que interferem, directa e/ou indirectamente, com concepções ideais, práticas e auto-estimas de género e familiares. Referimo-nos mais precisamente a mudanças quer na materialidade quotidiana, quer ao nível

representacional e reflexivo (que atingem sobretudo os segmentos mais jovens) as quais interpelam a complexificar a articulação entre modelos referenciais ancorados nas histórias e especificidades dos contextos de origem (das ilhas de pertença) e modelos migratórios, bem como entre estes e as lógicas globais das identificações e práticas contemporâneas.

- Continuar a promover a educação, a formação profissionalizante e o acesso ao trabalho, enquanto fontes geradoras de recursos socio-económicos e identitários que permitam a homens e mulheres a construção de uma imagem positiva de si enquanto pessoas realizadas e respeitadas.

55 Nomeadamente as decorrentes de processos de transição e de abertura política e económica, de acesso à educação formal e à formação profissional, de aceleração de fluxos (de pessoas, objectos, imagens, linguagens, práticas, etc.) e de diversificação dos sujeitos, grupos, referências, relações e pertenças, as quais se vão inscrevendo nas materialidades e reflexividades quotidianas.

56 O contexto pós-colonial português caracteriza-se por uma significativa evolução em termos de valores e práticas nas relações de género e geracionais (orientada, nomeadamente, para a emancipação profissional e sexual das mulheres) mas também para modalidades outras de conceber a conjugalidade e as próprias relações familiares (cf., por exemplo, a última campanha da associação *Abraço*).

- Apostar no potencial apelativo e integrador da valorização do sujeito masculino e feminino, não apenas através da sua promoção socio-económica, mas ainda através da sua abertura à mudança. Sabendo que o despertar para a possibilidade de mudança, em si e fora de si, emerge, tantas vezes, na sequência de iniciações a práticas culturais expressivas, ao associativismo juvenil, bem como no decurso de processos de renovação das identificações religiosas, recomendamos especial atenção a tais campos de intervenção.
- Nesse sentido, destacamos a implementação do potencial de transformação identitária e integração das redes sociais (familiares, peri-domésticas, comunitárias e religiosas) e dos projectos e iniciativas de activismo socialmente construtivo que nelas se ancoram: em particular, dos projectos *emic*, imaginados e/ou semi-concretizados, de dignificação geral das vidas dos imigrantes africanos em Portugal e, sobretudo, daqueles dirigidos para o sofrimento das mulheres-mães e dos seus filhos (cf. ponto 2.5).
- Bem como, para a exploração de outros recursos - expressivos, religiosos, desportivos e escolares – indispensáveis para a dinamização de diálogos intra e interculturais entre diferentes modalidades de construção de pessoa, entre múltiplas formas de conhecimento, experiência e performances de género.
- A tomada em consideração dos pontos anteriores poderá aumentar a possibilidade de construir padrões (integrados) de comunicação e de reflexividade entre as pessoas (mulheres e homens, contextualizados e posicionados) a que se destinam as medidas e projectos estatais, os mediadores e técnicos que neles intervêm, e os políticos que as propõem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. (2003), *A Mulher em São Tomé e Príncipe: III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001*, Instituto Nacional de Estatística de São Tomé ([Lisboa]:INE, 2005).

AA.VV. (2005), *Imigração e Etnicidade, Vivências e Trajectórias de Mulheres Imigrantes*, Lisboa: SOS Racismo.

ABRANCHES, M. (2004), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Mimeo.

ABU-LUGHOD, L. (1991), "Writing against culture" in FOX, R.G., *Recapturing Anthropology: working in the present*, EUA: School of American Research, Santa Fe, pp.137-54.

ABU-LUGHOD, L. (2002), "Do muslim women need saving?" Anthropological reflections on cultural relativismo on its others" in *American Anthropologist*, vol 104, nº 3, pp. 783-790.

ABU-LUGHOD, L. (2004), "Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism on its others", in *American Anthropologist*, vol.104, n.º3: pp.783-790.

ALBUQUERQUE, R. (2000), "Political participation of Luso-African youth in Portugal: some hypothesis for the study of gender", in *Papers*, n.º 60, pp. 167-182.

ALBUQUERQUE, R. (2005), "Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes" in SOS Racismo (org.), *Imigração e Etnicidade, Vivências e Trajectórias de Mulheres Imigrantes*, Lisboa: SOS Racismo.

ALBUQUERQUE, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade – Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta.

ALBUQUERQUE, R. et al. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório – Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALBUQUERQUE, R., PROENÇA, F. e SANTOS, T. (2005), "Contributos do associativismo de imigrantes para a coesão e a cidadania na sociedade portuguesa", in *Encontro em Lisboa: Coesão*,

coerência e cidadania na Europa alargada, Lisboa: ACEP, pp. 41-45.

ALBUQUERQUE, R. e TEIXEIRA, A. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*, Country report prepared for the European Research Project POLITIS, Oldenburg. (Disponível em www.uni-oldenburg.de/politis-europe).

AKESSON, L. (2004), *Making a Life, meanings of migration in Cape Verde*, Dissertação de Doutoramento, University of Gothenburg.

ALPINAR, A. (2003), "The Honour/Shame complex revisited: violence against women in the migration context", in *Women's Studies International Forum*, vol.26, n.º5, pp. 425-42.

AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino, a construção social da diferença*, Porto: Edições Afrontamento.

ANDALL, J. (1999), "Cape Verdean women on the move: "immigration shopping" in Italy and Europe", in *Modern Italy*, vol.4, n.º2, pp. 241-257.

ANDALL, J. (2000), *Gender, Migration, and Domestic Service: The Politics of Black Women in Italy*, Aldershot: Ashgate.

ANDALL, J. (2002), "Second-generation Attitude? African-Italians in Milan", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.28, n.º 3, pp.389-407.

ANDALL, J. (2003), "Introduction: The space between – gender politics and immigration politics in contemporary Europe", in *Gender and Ethnicity in contemporary Europe*, Oxford: Berg.

ANTHIAS, F. (2001), "New Hybridities, Old Concepts: the limits of culture", in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, n.º4, pp. 619-641.

ASAD, T. (2003), *Formation of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*, Stanford: Stanford Univ. Press.

BAILEY, A. e BOYLE, P. (2004), "Untying and Retying Family Migration in the New Europe", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º2, pp. 229-241.

BALDASSAR, L. et al. (2007), *Aged Care Across Borders: Transnational Migration, Families and Long-Distance Care*, Londres: Palgrave Macmillan.

- BALDASSAR, L., BALDOCK, C. e WILDING, R. (2006), *Families Caring Across Borders*, Londres: Macmillan.
- BALIBAR, E. (2004), *We, The People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship*, Princeton: Princeton University Press.
- BALLARD, R. (2003), '*Migrations in Europe*', Conference Paper, Lisboa: CEMME/ FCSH.
- BALLARD, R. (2008), "Inside and Outside: Perspectives on the Dynamics of Kinship and Marriage in Contemporary South Asian Transnational Networks", in GRILLO, R. (org.) (2008), *The Family in Question: Immigrant and Ethnic Minorities in Multicultural Europe*, Amsterdão: AUP, pp.37-70.
- BARROW, C. (1996), *Family in the Caribbean. Themes and Perspectives*, Kingston: James Currey Publishers.
- BASTOS, J. (2000), *Portugal Europeu, Representações identitárias dos portugueses*, Oeiras: Celta Editora.
- BASTOS, J. (2002), "Portugal in Europe: The Inter-national Identity Strategies of the Portuguese", in BELTRÁN, L., MAESTRO, J. e SALO-LEE, L. (orgs.), *The Idea of Europe as Viewed from Two European peripheries: The Nordic Countries and the Iberian Peninsula*, Alcalá: Alcalá University Press, pp. 223-247.
- BASTOS, J. (2006), ""Nós dizemos que eles são como nós precisamos que sejam para nos vermos como nos vemos": vicissitudes identitárias nas relações interétnicas", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º18, pp.83-111.
- BASTOS, J. (2007), "Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos?", in MONTENEGRO, Mirna (org.), *Ciganos e cidadania (s)*, Setúbal: ICE / ACIME, pp. 61-96.
- BASTOS, J., IBARROLA-ARMENDARIZ, A., SARDINHA, J. WESTIN, C. e WILL G. (2006), "Identity, Ethnicity, Representation and Discrimination", in PENNINX, R., BERGER, R. M. e KRAAL, K. (orgs.), *The Dynamics of Migration and Settlement in Europe. A State of the Art*, Amsterdão: IMISCOE Joint Studies/Amsterdam University Press, pp. 201-232.
- BASTOS, J., CORREIA, A. e RODRIGUES, E. (2007), *Sintrensens ciganos*, Sintra: CMS.

BASTOS, J. e BASTOS, S. (no prelo), "What are we talking about when we talk about identities", in BASTOS, J., DAHINDEN, J., GÓIS, P, e WESTIN, C. (orgs.), *Identity Processes and Strategies in inter-ethnic Europe*, Amsterdão: IMISCOE Joint Studies/Amsterdam University Press.

BASTOS, S. (2005a), "'Hierarchical alterity is a mere illusion": Some reflections on the creative power of women's expressive traditions in the Portuguese-speaking Hindu Diaspora", in *Lusotopie*, vol. XII, n.º 1-2, pp.109-124.

BASTOS, S. (2005b), "Indian Transnationalisms in Colonial and Postcolonial Mozambique", in BILGER, V. e KRALER, A. (orgs), *African Migrations. Historical Perspectives and Contemporary Dynamics* (thematic issue), *Vienna Journal of African Studies*, n.º 8, pp. 277-306.

BASTOS, S. e BASTOS, J. (2001), *De Moçambique a Portugal. Reinterpretações identitárias do Hinduísmo em viagem*, Lisboa: Fundação Oriente.

BASTOS, S. e BASTOS, J. (2005), "Our Colonisers were Better Than Yours. Identity Debates in Greater London", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º1, pp. 79-98.

BASTOS, S. e BASTOS, J. (coord.) (2006), *Filhos diferentes de deuses diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*, Coleção Estudo OI, n.º 17, Lisboa: ACIME/ Observatório da Imigração.

BASTOS, S. e BASTOS, J. (2007), "The Blood of a Muslim is Worthless, After All: Identity Debates between Portuguese and British Sunnis in Leicester", *Lusotopie*, vol.XIV, n.º1, pp. 271-285.

BASTOS, S. e BASTOS, J. (2008), "Family Dynamics, Uses of Religion and Interethnic Relations within the Portuguese Cultural Ecology", in GRILLO, R. (org.), *Immigrant Families in Multicultural Europe: Debating Cultural Difference*, Amsterdão: Amsterdam University Press, pp. 135-163.

BAUBÖCK, R. (1998) "The crossing and Blurring of Boundaries in International Migration, Challenges for Social and Political Theory", in BAUBÖCK, R. e RUNDELL, J. (orgs.), *Blurred Boundaries: Migration, Ethnicity, Citizenship*, Aldershot: Ashgate, pp.17-52.

BAUBOCK, R., KRALER, A. MARTINIELLO M e PERCHINIG, B. (2006), "Migrants's Citizenship: Legal Status, Rights and Political Participation", in PENNINX, R. et al. (org.) *The Dynamics of*

International Migration and Settlement in Europe, Amsterdão: Amsterdam University Press, pp. 65-98.

BEDOYA, M. H. (2000), “Mujer extranjera: una doble exclusión – influencia de la ley de extrajeria sobre las mujeres inmigrantes”, in *Papers*, n.º 60, pp. 241-256.

BEHAR, R. (1993), *Translated Woman*, Boston: Beacon Press.

BEISHON, S., MODOOD, T., VIRDEE, S. (1998), *Ethnic Minority Families*, Londres: PSI.

BÉNARD DA COSTA, A. (2005) “Género e Poder nas Famílias da Periferia de Maputo”, *Lusotopie*, vol.XII, n.º1-2, pp. 203-216.

BERNARDO, V. S. e NETO, M. V. (2007), “PROSAUDESC – Juntar as mãos para promover e defender a saúde pública”, in DIAS, Sónia (org.), *Revista Migrações – Imigração e Saúde*, n.º1, Lisboa: ACIDI, pp.187-194.

BLUNT, A. e ROSE, G. (1994), “Introduction”, in BLUNT, A., GILLIAN R. (orgs.), *Writing Women and Space: colonial and postcolonial geographies*, Londres: The Guilford Press.

BONFIM, J. (2000), *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia/Universidade de Coimbra.

BOYD, M. e GRIECO, E. (2003), “Women And Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory”, (disponível em <http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=106>).

BRANCO, Sofia (2005), “Mulheres, Africanas e Mutiladas” in AA.VV., *Imigração e Etnicidade. Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp. 217-221.

BRINCA, A. (2006), “Ciganos, «Tradição» e religião: fronteiras étnicas e estratégias de inserção social” in Susana Pereira Bastos e José Gabriel Pereira Bastos, *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*, Observatório de Imigração 17, Lisboa: ACIME, pp. 205-236.

BRYCESON, D., VUORELA, U. (orgs.) (2002), *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*, Oxford: Berg.

CALDEIRA, A. (1997), *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S. Tomé* (2ª edição), Lisboa: Ed. Cosmos.

CAPONIO, T., NIELSEN, A. e RIBAS-MATEOS, N. (2000), ““The policy mirror mechanism”: the case of Turin”, in *Papers*, n.º60, pp. 67-83.

CARLING, J. (1997), “Figuring Out The Cape Verdean Diaspora”, in *Cimboa*, vol.4, n.º2, pp. 3-9.

CARLING, J. (2001), *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*, Universidade de Oslo, Centre for Development and the Environment.

CARLING, J. (2002), “Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.28, n.º1, pp. 5-42.

CARLING, J. e BATALHA L. (orgs.) (2008), *Transnational Archipelago: perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdão: Amsterdam University Press.

CARVALHAIS, I. (2004), *Os desafios da Cidadania Pós-Nacional*, Porto: Edições Afrontamento.

CASTILHOS, D. (2005), “Mulheres Imigrantes: Reagrupamento familiar e reunião familiar” in AA.VV., *Imigração e Etnicidade. Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp.119-137.

CASTLES, S. (2004), “Why migration policies fail?”, in *Ethnic and Racial Studies*, vol.27, n.º2, pp. 205–227.

CASTLES, S. e MILLER, M. (1993), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Londres, Macmillan.

CATARINO, C. (2007), “Integration of Female Immigrants in Labour Market and Society. Policy Assessment and Policy Recommendations A Specific Targeted”, Research Project of the 6th Framework Programme of the European Commission, *Working Paper*, n.º 5, Paris: FEMIPOL.

CATARINO, C. e OSO, L. (2000), “La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnicización del servicio domestico y de las empresas de limpieza”, in *Papers*, n.º60, pp. 183-207.

CHAMBERLAIN, M., S., LEYDESDORF, S. (2004), “Transnational Families: Memories and

Narratives”, in *Global Networks*, vol.4, n.º3, pp. 227-241.

CIDRA, R. (2002), “«Ser Real»: O rap na construção de identidades, na Área Metropolitana de Lisboa”, in BASTOS, J. (org.), *Ethnologia - Antropologia dos Processos identitários*, n.º12-14, pp. 189-222.

CORREIA e BASTOS (2006) “Quando ela estuda aqui, ela não faz como eu quero: vulnerabilidades Sikh em Portugal” in Susana Pereira Bastos e José Gabriel Pereira Bastos, *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*, Observatório de Imigração 17, Lisboa: ACIME, pp. 179-187.

CREIGHTON, C. (1995), *Gender, Family and Household in Tanzania*, Aldershot, Avebury.

CUNHA, M. I. (2001), *Entre o bairro e a prisão*, Lisboa: Fim de Século.

DELANTY, G. (2000), *Citizenship in a Global Age*, Buckingham e Filadélfia: Open Univ. Press.

DEVEREUX, G. (1972), *Éthnopsychanalyse complémentariste*, Paris: Flammarion.

DIAS, J. (1953), “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, in *Atas do 1º Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, n.º 51-65, Washington, Nashville.

DIAS, J. B. (2000), *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília.

DIAS, J. B. (2004), *Mornas e Coladeiras de Cabo Verde: versões musicais de uma nação*, Dissertação de Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília.

DOMINGUES, M. (2001), “O associativismo feminino em África: reconciliando motivos e meios tradicionais com funções urbanas”, in DOMINGUES, M., *Estratégias Femininas entre as Bideiras de Bissau*, Lisboa: IICT.

DOMINGUES, N. e CARVALHO, F. (2006), “Pós-Colonial Second Generation: The Portuguese Case”, conferência apresentada no *workshop* “Postcolonial Second Generation in Europe”, Lisboa: Metropolis.

DOSSA, P.A. (1999) “(Re)imagining aging lives: ethnographic narratives of Muslim women in

- diaspora” in *Journal of Cross-cultural Gerontology*, Kluwer Academic Publishers, 14, pp. 245-272
- EBAUGH, H. R. e CHAPETZ, J. S. (2000), *Religion and the new immigrants*, Walnut Creek: Altamira Press.
- EHRENREICH, B. e HOCHSCHILD, A. R. (2002), "Introduction", in EHRENREICH, B. e HOCHSCHILD, A.R. (orgs.), *Global Woman - Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, Nova Iorque: Henry Hold and Company, pp. 1-15.
- EICKLEMAN, D. F. (1997), *The Middle East and Central Asia – an Anthropological Approach*, Nova Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- EMOVON, A. C. (1997), "Women of Power – a study of market Women's Associations in Benin City, Bendel State, Nigeria", in KAPLAN, F. (org.), *Queens, Queen Mother, Priestesses and Power: Case Studies in African Gender*, Nova Iorque: New York Academy of Sciences, pp. 203-214.
- ÉVORA, I. (2007), "'Minha gente, minha terra' - as atribuições do papel de emigrante..." in GRASSI, M. e ÉVORA, I. (orgs.), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa: ICS.
- EWING. K. P. (2006), "Between Cinema and Social Work: Diasporic Turkish Women and the (Dis) Pleasures of Hybridity", in *Cultural Anthropology*, vol.21, n.º2, pp. 265-294.
- FARIA R. (2007), "Marroquinos em Portugal. Imigração, religião, comunidade", *Lusotopie*, vol.XIV, n.º1, pp. 271-285.
- FENENEMA, M. e TILLIE, J. (2001), "Civic community, political participation and political trust of ethnic groups", in *Connections*, vol.23, n.º2, pp. 44-59.
- FENENEMA, M. e TILLIE, J. (2004), "Do immigrant policies matter? Ethnic Civic communities and immigrant policies in Amsterdam, Liege and Zurich", in PENNINX, R. et al. (org.), *Citizenship in European Cities, Immigrants, Local Politics and Integration Policies*, Ashgate: Aldershot, pp.85-106.
- FIBBI, R. et al. (2001), «À l'écoute des femmes immigrés: témoignages et mémoire» in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.1, n.º17, pp.127-49.
- FIKES, K. (1998), "Domesticity in Black and White: Assessing Badia Cape Verdean Challenges

- to Portuguese Ideals of Black Womanhood”, in *Transforming Anthropology*, vol. 7, n.º2, pp. 5-19.
- FIKES, K. (2000), *Santiaguense Cape Verdean Women in Portugal: Labor Rights, Citizenship and Diasporic Transformation*, Dissertação de Doutoramento, Los Angeles: University of California.
- FONER, N. (1997), “The Immigrant Family: Cultural Legacies and Cultural Changes”, in *International Migration Review*, vol.31, n.º4, pp. 961-974.
- FONSECA, M. *et al.* (2005), *Reunificação familiar e imigração em Portugal*, Coleção Estudos, n.º15, Lisboa: ACIME/Observatório da Imigração.
- FORTES, C. (2005), *Nu Bem Djobi Nós Inxada – viemos procurar a nossa enxada: Estudantes Cabo-verdianos em Lisboa, (re) construções identitárias*, Dissertação de Licenciatura em Antropologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL.
- FRABLE, D. (1997), “Gender, Racial, Ethnic, Sexual, and Class Identities” in *Annual Review of Psychology*, Vol. 48, pp. 139-162.
- FRADIQUE, T. (2003), *Fixar o movimento. Representações da música rap em Portugal*, Lisboa: D. Quixote.
- GARDNER, K. (2002), *Age, Narrative and Migration: The Life Course and Life Histories amongst Bengali Elders*, Londres: Berg.
- GASPARD, F. (1998), “Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: mulheres migrantes na Europa”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º50, pp 83-101.
- GIBAU, E. (2002), *Homens que choram, mulheres que riem: os cabo-verdianos de Newark, USA*, Tese de Licenciatura em Antropologia, Lisboa: FCSH/UNL.
- GIRAUD, M. (1999), “Une construction coloniale de la sexualité. À propos du multipartenariat hétérosexuel caribéen”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º128, pp. 46-55.
- GLICK-SCHILLER, N., ÇAGLAR, A., GULDBRANDSEN, T. (2006), “Beyond the ethnic lens: locality, globality and born again incorporation”, in *American Ethnologist*, vol.33, n.º4, pp. 612-633.

GODELIER, M. (2000 [1996]), *O Enigma da Dádiva*, Lisboa: Edições 70.

GÓIS, P. (2006), *Emigração Cabo-verdianas para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisboa: ACIME.

GONÇALVES, M. (2006), “Caracterização demográfica e sócio-económica das mulheres imigrantes em Portugal: análise quantitativa”, in PEIXOTO, J. et al. (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Relatório Final (versão síntese) do Projecto FCT PIHM/SOC/49765/2003, Mimeo.

GOODE, J. e EAMES, E. (1996), “An Anthropological Critique of the Culture of Poverty”, in *Urban Life: Readings in Urban Anthropology*, EUA: Waveland Press, pp.405-17.

GRASSI, M. (2003), *Rabidantes, Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

GRASSI, M. e ÉVORA, I. (orgs.) (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

GRILLO, R.D. (org.) (2008), *The Family in Question: Immigrant and Ethnic Minorities in Multicultural Europe*, Amsterdão: AUP.

HAGELUND, A. (2008), “«For Women and Children!» The Family and Immigration Politics in Scandinavia”, in R. GRILLO (org.), *The Family in Question: Immigrant and Ethnic Minorities in Multicultural Europe*, Amsterdão: AUP, pp.71-89.

HAGELUND, A. e AKKERMAN, T. (2007), “«Women and Children First!» Anti-immigration Parties and Gender in Norway and the Netherlands”, *Patterns of Prejudice*, vol. 41, n.º2, pp. 197-214.

HECKMANN F. (2005) (org.), *Integration and Integration Policies: IMISCOE Network Feasibility Study*, Bamberg: EFMS INTPOL Team.

HEELSUM, A. van, (2004) “Political participation and civic community of ethnic minorities in four cities in the Netherlands”, *Politics*, vol.25, n.º1, pp. 19-30.

HOFSTEDE, G. (1991), *Cultures and Organizations - Software of the Mind*, Londres: McGraw-Hill

Book Company.

KAWAR, M. (2003), "Gender and Migration: why are women more vulnerable?" *Femmes en Mouvement: genre, migration et nouvelle division internationale du travail*, Geneva: Collouium Graduate Institute of Development Studies

KAWAR, M. (2004), "Gender and Migration: why are women more vulnerable?" in *Femmes en Mouvement. Genre, migrations et nouvelle division internationale du travail*. Actes du Colloque – Collection Yvonne Preiswerk, Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, Geneva. (Disponível em: http://graduateinstitute.ch/webdav/site/genre/shared/Genre_docs/2865_Actes2004/10-m.kawar.pdf)

KING, R. *et al.* (2004), *Gender, Age and Generations- State of the Art Report Cluster C8*, SCMR, IMISCOE (Disponível em: www.imiscoe.org/publications/workingpapers/documents/gender_age_generations.pdf).

KING, R. *et al.* (2006) "Time, Generations and Gender in Migration and Settlement", in PENNINX, R. *et al.* (orgs.), *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe*, Amsterdão: Amsterdam University Press, pp. 223-68.

KING, R. e ZONTINI, E. (2000), "The role of gender in the South European immigration model", *Papers*, n.º60, pp. 35-52.

KLAUSEN, J. (2006), *The Islamic Challenge. Politics and Religion in Western Europe*, Oxford: Oxford Univ.Press.

KOFMAN, E. (2004), "Family-related migration: a critical review of European Studies", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, n.º30, pp. 243-262.

KOFMAN, E. *et al.* (2000), *Gender and International Migration in Europe: Employment, Welfare and Politics*, Londres: Routledge.

KOOPMANS, R. (2005), "Migrant Claims-Making Between Transnationalism and National Citizenship", in KOOPMANS R., STATHAM, P., GIUGNI, M., PASSY, F., *Contested Citizenship:*

Immigration and Cultural Diversity in Europe (Social Movements, Protest and Contention), University of Minnesota Press.

LEACH, E. (1972, [1954]), *Les systèmes politiques des hautes terres de Birmanie*, François, Maspéro.

LEVITT, P. e GLICK SCHILLER. N. (2004), “Transnational Perspectives on Migration: Conceptualizing Simultaneity”, *International Migration Review*, vol.38, n.º145, pp. 595–629.

LOURENÇO, E. (1978), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Dom Quixote, 3ª edição.

MACHADO, F. L. (1992), “Etnicidade em Portugal: Contrastes e politização”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º12, pp.123-136.

MACHADO, F. L. (2006a), “Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos”, in MIRANDA, J. e JOÃO, M.I. (orgs.) *Identidades nacionais em Debate*, Oeiras: Celta Editora, pp.19-24.

MACHADO, F.L e MATIAS, A.R. (2006b), “Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica”, *Working Paper – CIES* (Disponível em www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP13.pdf).

MAHMOOD, S. (2006), “Teoria Feminista, Agência e Sujeito Liberatório: Algumas reflexões sobre o Revivalismo Islâmico no Egito”, *Etnográfica*, vol.X, n.º1, pp.121-157.

MAIA, M. (2006), “Mapping of policies affecting female migrants and policy analysis: the Portuguese case.”, *Working Paper*, n.º5, Paris: FEMIPOL.

MALHEIROS, J. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa – os Anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa: Colibri.

MAPRIL, J. (2007), *A modernidade do sacrifício: qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa*, Tese de Doutoramento, ICS: Lisboa. Mimeo

MAPRIL, J. (2008), “Os sonhos da ‘modernidade’: migrações globais e consumos entre Lisboa e

- Dhaka”, in CARMO, BLANES, R. e D. MELO (orgs.), *A Globalização no Divã*, Lisboa: Tinta da China.
- MARQUES, M. (2001), “Ariadne’s thread: Cape Verdean woman in transnational webs”, in *Global Networks*, vol.1, n.º3, pp. 283-306.
- MARQUES, M. M. e SANTOS R. (2004), “Top-down and bottom-up reconsidered: The dynamics of immigrant participation in local civil society”, in PENNINX, R., KRAAL, K. MARTINIELLO, M. e VERTOVEC, S. (orgs.), *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies: Diversity and Convergence in European Cities*, Aldershot: Ashgate, pp.107-126.
- MARQUES, M. M., SANTOS, R. e LEITÃO, J. (2008), *Migrações e Participação Social*, Lisboa: Fim de Século.
- MARQUES, M., R. SANTOS, R. e T. RALHA. 1999, “‘Immigrants’ Participation in civil society in a suburban context: between ‘top-down activation’ and ‘bottom-up mobilization’”, *Working Paper 12*, Lisboa: SociNova/FCSH
- MASSEY, D. (1990), “Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration”, in *Population Index*, vol.56, n.º1, pp. 3-26.
- MASSART, G. (2002), “Gender and Politics through Language Practices among Urban Cape Verdean Men”, in GODDARD, V. (org.), *Gender, Agency and Change*, Londres, Routledge, pp. 142-64.
- MASSART, G. (2005), “Masculinités pour tous? Genre, Pouvoir et Gouvernamentalité au Cap-Vert”, *Lusotopie*, vol. XII, pp. 245-262.
- MATA, I. (2000), “A saga da emigração técnica e dos quadros são-tomenses”, in MATA, I., 2004, *A Suave Pátria – Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Edições Colibri: Lisboa, pp. 45-46
- MATA, I. (2007), “Mulheres de África no Espaço da Escrita: A Inscrição da Mulher na sua Diferença” in MATA, I. e PADILHA, L. (org.), *A Mulher em África – Vozes de Uma Margem Sempre Presente*, Edições Colibri: Lisboa.
- MAZZUCATO, V. (2008), “The Double Engagement: Transnationalism and Integration”, *Journal of*

Ethnic and Migration Studies, vol.34, n.º2, pp.175-198.

MCCLELLAND, D. (1961), *The Achieving Society*, Nova Iorque: D. V. Nostrand Company, Inc.

MEAD, M. (1948), *Male and Female*, Nova Iorque: William Morris & Comp.

MOROKVASIC, M. (1984), "Birds of passage are also women", in *International Migration Review*, n.º18, pp. 886-907.

MUKHOPADHYAY, C. (1988), "Anthropological Studies of Women's Status Revisited: 1977-1987", in *Annual Review of Anthropology*, n.º17, pp. 461-495.

NASCIMENTO, A. (2006), "Diáspora são-tomense e política na terra", versão em língua portuguesa e adaptada na 11ª Conferência Internacional Metropolis realizada em Outubro de 2006 em Lisboa (disponível em <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11758>).

NASH, M. (2006), "Rethinking Media representations of Immigrant Women", *Quaderns de la Mediterrània 7, Dossier Women in the Mediterranean Mirror*, Institut Europeu de la Mediterrània, pp.57-60. (Disponível em: http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/7/e059_Nash.pdf)

OISHI, N. (2002), "Gender and Migration: an integrative approach", *Working Paper*, n.º 49, San Diego: The Center for Comparative Immigration Studies; University of California.

OSO, L. e CATARINO, C. (1997), "Les effets de la migration sur le statut des femmes. Le cas des Dominicaines et des Marocaines à Madrid et des Cap-Verdiennes à Lisbonne", in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.17, n.º1, pp.115-30.

OSO, L. e CATARINO, C. (2000), "La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza", in *Papers*, n.º60, pp.: 183-207.

OYEWUMI, O. (2004), "Conceptualizing Gender: Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies" in ARNEFRED, S. *et al*, *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*, Dakar: Codesria.

PAIS, J. M. (2002), *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- PARREÑAS, R.S. (2000), "Migrant Filipina Domestic Workers and the International Division of Reproductive Labor", in *Gender and Society*, vol.14, n.º4, pp. 560-581.
- PEDRAZA, S. (1991), "Women and Migration: The social consequences of gender", in *Annual Review of Anthropology*, n.º17, pp. 303-325.
- PEDROSO DE LIMA, A. (2003), *Grandes famílias, Grandes Empresas*, Lisboa: Dom Quixote.
- PEDZIWAITR, K. (2007), "Religion and Social Citizenship Amongst Professional Muslim Londoners", in *Kolor-Journal on Moving Communities*, vol.7, n.º1, pp. 3-22.
- PEIXOTO, J. et al. (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Relatório Final (versão síntese) do Projecto FCT PIHM/SOC/49765/2003, Mimeo.
- PENNINX, R. (2000), *Participation of Immigrants through their organizations: political visions on multiculturalisms and their implications*, Palestra proferida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, – programa PRAXIS XXI.
- PE-PUA, R. (2003), "Wife, mother and maid: The triple role of Filipino domestic workers in Spain and Italy", in PIPER, N. e ROCES, M. (eds.), *Wife or worker? Asian women and migration*. Lanham: Rowman and Littlefield, pp.57-180.
- PERISTA, H. (2000), "EU migrant women: migration, family life and professional trajectories", *Papers*, n.º60, pp. 153-166.
- PESSAR, P. e MAHLER, S. (1999) "Engendering Migration Studies: The Case of New Immigrants in the United States", in *American Behavioral Scientist*, 42: 577-600.
- PESSAR, P. e MAHLER, S. (2001) "Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender Across Transnational Spaces", in *Identities*, 7 (4): 441-459.
- PESSAR, P. e MAHLER, S. (2003a) "Transnational Migration: Bringing Gender In" *International Migration Review*, 37 (3): 812-846.
- PESSAR, P. e MAHLER, S. (2003b) "Anthropology and the engendering of migration studies", in N.

Foner (ed.) *American Arrivals*, Santa Fe: School of American Research Press, 75-98.

PESSAR, P. e MAHLER, S. (2006), "Gender Matters: Ethnographers Bring Gender from the Periphery Toward the Core of Migration Studies", in *International Migration Review*, vol.40, n.º1, pp. 27-63.

PFLEGERL, J. e TRNKA, S. (orgs.) (2005), *Migration and the Family in the European Union*, Viena: AIFS.

POINSARD, L. (1911), *Le Portugal inconnu*, Paris: Bureau de la Science Sociale.

POIRIER *et al* (1995), *Histórias de vida – teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora.

PORTES, A. (1998), "The Two Meanings of Social Capital", in *Sociological Forum*, vol.15, n.º 1, Março 2000, pp. 1-12.

PORTES, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.

RIBAS-MATEOS, N. (2002), "Women of the south in southern Europe: a new globalized domesticity?", in FONSECA, M.L., MALHEIROS, J., RIBAS-MATEOS, N. e ESTEVES, A. (orgs.), *Immigration and place in mediterranean metropolises*, Lisboa: FLAD, pp. 53-67.

RIBAS-MATEOS, Natalia *et al* (2000), "Políticas de formación para mujeres inmigrantes. El caso de la ciudad de Barcelona", in *Papers*, n.º60, pp. 365-379.

ROCHA, M. G. e GRINSPUN, A. (2001), "Private Adjustments: Households, Crises and Work", in *Choices for the Poor: Lessons from National Poverty Strategies*, UNDP (United Nations Development Programme).

RODRIGUES, D. e SANTOS, A. P. (2000), "Being an Evangelical Gypsy: Religiosity in a small Gypsy Community in Portugal", in RODRIGUES, D. e DEL RIO, P. (orgs.), *The Religious Phenomenon: An Inter-disciplinary Approach*, Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, pp. 51-56.

RODRIGUES, I. (2007), "As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática", in GRASSI, M. e ÉVORA, I. (orgs.) *Género e Migrações*

Cabo-verdianas, Lisboa: Instituto Ciências Sociais, pp. 123-146.

ROMANA, Heitor (1996), *São Tomé e Príncipe – Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, Lisboa: ISCSP.

ROSANDER, E. (org.) (1997a), *Transforming Female Identities: Women's Organizational Forms in West Africa*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

ROSANDER, E. (1997b) *Women in Groups in Africa: Female Associational Patterns in Senegal and Morocco*", in CHATTY, D. e RABO, A. (orgs.), *Women Organized in Groups in the Middle East*, Oxford: Berg.

SALIH, R. (2003), *Gender in Transnationalism: Home, Longing and Belonging among Moroccan Migrant Women*, Londres: Routledge.

SAPIR, E. (1949), *The Selected Writings*, Berkeley: University Press of California

SAPIR, E. (1967), *Anthropologie*, Paris: Ed. De Minuit

SEIBERT, G. (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres – Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Vega.

SERTÓRIO, E. e PEREIRA, F. S. (2004,) *Mulheres Imigrantes*, Lisboa: Ela Por Ela.

SHAH, P. e MENSKI, W. (2006), *Migration, Diasporas and Legal Systems in Europe*, Londres: Routledge-Cavendish.

SIPI, R. (2000), "Las asociaciones de mujeres, agentes de integración social?", in *Papers*, n.º 60, pp. 355-364.

SOLOMON, M. (1992), "'We can even feel that we are poor, but we have a strong and rich spirit': Learning from the Lives and Organization of the Women of Tira Chapeu, Cape Verde", Dissertação, Universidade de Massachusetts, mimeo.

STRATHERN, M. (1992), *Reproducing the Future: Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*, Nova Iorque: Routledge.

TACOLI, C. (1999), "International migration and the restructuring of gender asymmetries", *International Migration Review*, vol. 33, nº 3, pp. 658-82.

TASTSOGLU, E. (2006), "Gender, Migration and Citizenship: Immigrant Women and the Politics of Belonging in the Canadian Maritimes", in TASTSOGLU, E. e DOBROWLSKY, A. (2006) *Women, Migration and Citizenship. Making Local, National and Transnational Connections*, Ashgate, pp. 201-230.

THIARA, Ravi (2003), "South Asian Women and Collective Action in Britain", in ANDALL, J., *Gender and Ethnicity in Contemporary Europe*, Oxford: Berg.

THIEME, S. e SIEGMAN, K. A. (2010) "Coping on women's backs. Social capital-vulnerability links through gender lens", *Current Sociology*, vol. 58 (5): 715-37.

TIENDA, M. e BOOTH, K. (1991), "Gender, migration and social change", in *International Sociology*, vol.6, n.º1, pp. 51-72.

TIESLER, N. (2000), "Muçulmanos na Margem: a nova presença islâmica em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º34, pp.117-144.

TOMÁS et al. (2004), *Género y Voluntariado – La participation de las mujeres en las ONG de la Comunidad Valenciana*, Valencia: Plataforma Valenciana de Entidades de Voluntariado Social e Universidad de Valencia.

TURNER, B.S. (2003), *Citizenship, Religion and Social Solidarity: Islam and European Integration*, conferência apresentada no "Meeting of the Trans-Islam working group", Oxford.

VAKIL, A. (2004), "Do Outro ao Diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal: História, Discursos, Identidades", in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* III, n.º5-6, pp. 283-312.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L. e BRADY, L.E. (1996), *Voice an Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Harvard University Press.

VERTOVEC, S. e WESSENDORF, S. (2006), "Cultural, Religious and Linguistic Diversity in Europe", in PENNINX, R. et al (orgs.), *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe*,

Amsterdão: AUP, pp. 171-200.

VOET, R. (1998), *Feminism and Citizenship*, Londres: Sage Publications.

VOGEL, D. e LEIPRECHT, R. (coord.). (2005), "Building Europe With New Citizens? An Inquiry into the Civic Participation of Naturalised Citizens and Foreign Residents in 25 Countries", *POLITIS, Final Report*, University of Oldenburg [On-line] <http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/POLITISFinalReport.pdf> [acedido pela última vez a 15 de Outubro de 2009]

VOGEL, D. e TRIANDAFYLLIDOU, A. (2005), "Civic Participation of Immigrants – An Introduction to Conceptual and Theoretical Issues", *POLITIS, Working Paper*, nº1/2005, University of Oldenburg (Disponível em www.uni-oldenburg.de/politis-europe/webpublications).

WALL, K. et al (2005), *Female Migration Vision: Immigrant women in Portugal: migration, trajectories, main problems and policies*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

WALLERSTEIN, I. (1974), *The Modern World-System*, Nova Iorque: Academic Press.

WERBNER, P. (1990), *The migration Process: Capital, Gifts and Offerings among British Pakistanis*, Oxford: Berg.

WERBNER, P. (2004), "Theorising Complex Diasporas: Purity and Hybridity in the South Asian Public Sphere in Britain", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.30, n.º5, pp. 895-912.

WESSENDORF, S. (2008), "Italian Families in Switzerland: Sites of Belonging or 'Golden Cages'? Perceptions and discourses inside and outside the migrant family" in GRILLO, R. (org). (2008), *The Family in Question: Immigrant and Ethnic Minorities in Multicultural Europe*, Amsterdão: AUP, pp. 205-225.

WIKAN, U. (2002), *Generous Betrayal: Politics of Culture in the New Europe*, Chicago: UCP.

WILKINSON, S. M. (1994), *Young British Hindu Women's interpretations of the images of womanhood*, Dissertação de Doutoramento, University of Leeds, Mimeo.

WU, Y. e WANG, X. (2007), "Gendered Active Civic Participation: The experience of chinese immigrants in Europe", *Working Paper n.º 8/2007*, University of Oldenburg. (Disponível on-line em www.uni-oldenburg.de/politis-europe/webpublications).

YANAGISAKO, S. (2000), "Patriarcal Desire: Law and Sentiments of Succession in Italian Capitalist Families", in PINA CABRAL, J. e LIMA, A. ,*Elites: Choices, Leadership and Succession*, Oxford: Berg, pp. 53-72.

YUVAL-DAVIS, N. (1997a), *Gender and Nation*, Londres: Sage.

YUVAL-DAVIS, N. (1997b), "Women, Citizenship and Difference", in *Feminist Review*, n.º57, pp. 4-27.

YUVAL-DAVIS, N. (1999), "Residential segregation and differentiated citizenship", in *Citizenship Studies*, vol. 3, n.º2, pp. 237- 252.

YUVAL-DAVIS, N. (2004), "Human/Women's Rights and Feminist Transversal Politics", in *Transnational Feminisms: Women's Global Activism and Human Rights*, Lecture in the Bristol Lecture Series on the Politics of Belonging, Minnesota University Press.

YUVAL-DAVIS, N. (2006), "Belonging and The Politics of Belonging", in *Patterns of prejudice*, vol. 40, n.º3, pp. 197-214.

ZLOTNIK, H. (1995), "The South-to-North Migration of Women", in *International Migration Review*, vol. 29, n.º1, pp. 229-254.

ZONTINI, E. (2001), "Family Formation in Gendered Migrations: Moroccan and Filipino Women in Bologna", in KING, R. (org.), *The Mediterranean Passage – Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*, Liverpool Studies in European regional Cultures, n.º 9, Liverpool: Liverpool University Press, pp. 231-258.

FONTES ESTATÍSTICAS

INE (2001), *Recenseamento Geral da População – “População estrangeira feminina por estado civil e nacionalidade”*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

SEF (1999a), *População estrangeira residente em Portugal em 31.12.1999, distribuída por distritos*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (1999b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 1999)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2000a), *População estrangeira residente em Portugal por nacionalidade segundo o distrito de residência (dados definitivos 2000)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2000b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 2000)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2001a), *População estrangeira residente em Portugal por nacionalidade segundo o distrito de residência (dados definitivos 2001)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2001b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 2001)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2002a), *População estrangeira residente em Portugal por nacionalidade segundo o distrito de residência (dados definitivos 2002)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2002b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 2002)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2003a), *População estrangeira residente em Portugal por nacionalidade segundo o distrito de residência (dados definitivos 2003)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2003b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 2003)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2004a) *População estrangeira residente em Portugal por nacionalidade segundo o distrito de residência (dados definitivos 2004)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2004b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 2004)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2005a), *População estrangeira residente em Portugal por nacionalidade segundo o distrito de residência (dados definitivos 2005)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2005b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (dados definitivos 2005)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2006a), *População estrangeira em território nacional, por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por distritos (dados definitivos 2006)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2006b), *População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário (dados provisórios 2006)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF (2007), *População estrangeira em território nacional, por nacionalidade, segundo o sexo e distribuição por distritos (dados provisórios 2007)*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

(dados estatísticos disponíveis em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0)

ANEXO - MULHERES DE ORIGEM CABO-VERDIANA E SÃO-TOMENSE: FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO

Ficha de caracterização - 1

Nome	Esperança
Data de nascimento	1943
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Pai - Filho único de família de proprietários rurais, professor primário Mãe – Extracto social mais baixo; mobilidade ascendente através da migração para Angola
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	2ª classe Na agricultura (em São Tomé Príncipe).
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1963 – Imigra para Portugal (casada por procuração, com filha pequena e grávida de segundo filho) para se reunir ao marido. 1964 - Regressa a São Tomé Príncipe. Foi “deixada” em casa da mãe (com dois filhos pequenos) pelo marido que inicia novo relacionamento com mulher cabo-verdiana). Em São Tomé Príncipe, arranjou um outro “senhor”, de quem teve mais dois filhos. 1971 – Na sequência de maltratos sucessivos (por parte) do companheiro foge para Angola, para onde a sua mãe e padrasto e irmãos (de mãe) haviam emigrado. Entretanto visita Portugal, de férias, onde residem vários familiares (irmãos de pai, primos, tios, etc.). 1993 – Imigra definitivamente para Portugal (fugindo à guerra em Angola).
Motivação	1963 – Reunificação familiar 1993 - Migração laboral e fuga à guerra em Angola
Posição pré-migratória no ciclo de vida	1963 - Casada com filha pequena e grávida do segundo filho 1993 – Separada do último homem com quem se “amigou” (de origem angolana)
Posição actual no ciclo de vida	Mãe de quatro filhos casados, avó de muitos netos.
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Trabalhou sempre nas limpezas; actualmente trabalha para os bombeiros, na Costa da Caparica. Progressivamente, reúne três dos filhos adultos e netos, em Portugal. A filha imigrou para os EUA onde reside com os seus dois filhos.
Escala de posicionamento inter-étnico	Relacionamento social sobretudo com são-tomenses, cabo-verdianos e angolanos.
Relação com a origem	Não perspectiva voltar, apenas de “férias”; quase todos os seus familiares estão “fora”, dispersos por vários países, embora a maioria resida em Portugal.
Ideia-força	“Sofri muito com marido. (...) Eu tenho filho grande, neto tem de ter respeito pela minha vida porque agora já não há homem. Nem em Portugal não estou a ver homem, também na minha terra não tem homem, o homem hoje é para gozar, já não ajuda só vem para aproveitar em ti, é por isso que tenho medo, eu aqui não arranjo homem. (...) Eu agora vou morar para a igreja, estou morar na igreja, todo o domingo vou morar na missa, sábado vou morar na missa é melhor assim, a cabeça fica mais frio não é, eu agora não vou arranjar homem, está assim desde que eu vim, se eu tivesse marido agora tinha que estar preocupada não é, com este pé a doer tem que fazer comida depressa porque o meu marido é que trabalha tem que comer, não é assim mana?”

Ficha de caracterização - 2

Nome	Domingas
Data de nascimento	1947
Naturalidade/Origem	Ilha do Príncipe.
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Concluiu o 6º ano. Fez um curso de trabalho social e foi “professora de posto” (de jovens, crianças e adultos) no Ministério dos Assuntos Sociais. Antes da independência de São Tomé Príncipe, dava aulas de costura, culinária, educação e moral e economia doméstica. Lecionou durante cinco anos em Angola e depois de regressar a São Tomé Príncipe desempenhou funções idênticas.
Filiação religiosa	Católica praticante
Percurso migratório	Casa com 27 anos e vive em São Tomé até depois da independência; os filhos mais velhos nascem em São Tomé Príncipe. 1975 – Imigra com os filhos pequenos para Angola, seguindo o marido que trabalhava em Luanda como funcionário bancário. Vive cinco anos em Luanda onde nascem mais três dos seus sete filhos. 1980 – Regressa a São Tomé Príncipe com os filhos enquanto o marido se fixa em Portugal à procura de melhores oportunidades. 1983 - Vem a Portugal, para realizar cirurgia; regressa a São Tomé Príncipe. 1984 – Fixa-se definitivamente em Portugal; reúne-se ao marido e chama progressivamente os filhos; no final dos anos 80, depois da separação, o marido regressa São Tomé Príncipe.
Motivação	Reunificação familiar. O seu projecto de vida tem sido sempre orientado para a educação e profissionalização dos sete filhos (actualmente detentores de formação universitária).
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Casada, mãe de vários filhos
Posição actual no ciclo de vida	Avó transnacional (de vários netos, residentes em Lisboa e Londres).
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Consegue nacionalidade portuguesa e começa a trabalhar como administrativa na Escola de Sacavém, onde ainda se encontra activa.
Escala de posicionamento inter-étnico	Grau significativo de abertura inter-étnica e inter-cultural estimulada por uma longa carreira de participação cívica.
Relação com a origem	Voltar a São Tomé Príncipe, quando se reformar, e construir casa num terreno deixado pela avó no Príncipe. Agir como uma mãe e avó transnacional, dividindo-se entre Lisboa e Londres onde residem os filhos e netos.
Ideia-força	A educação e a preparação para a vida de sete filhos e sete enteados. Uma longa carreira de participação cívica ancorada em valores religiosos. “Eu vim com um objectivo de formar os meus filhos. (...) Eles vieram ainda novos, vieram com nove, dez, onze anos, vieram ainda pequenos, fizeram quase aqui a instrução primária e a preparatória, a secundária e a universitária fizeram cá, porque eu queria dar-lhes uma formação, para terem uma vida melhor para o futuro e graças a Deus olha, eu já os lancei e agora eles têm que fazer o resto e que o Senhor também os abençoe para que eles consigam alguma coisa melhor.”

Ficha de caracterização - 3

Nome	Celeste
Data de nascimento	1948
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (S. Vicente)
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média alta
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em Cabo Verde
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1968 – Chegou a Portugal para estudar, tirar um curso superior.
Motivação	Prosseguimento de estudos universitários.
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Casada, com filhos
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Casa com português com quem começou a namorar quando estudava. Formou-se como professora. É deputada no Partido Socialista.
Escala de posicionamento inter-étnico	Convive muito com cabo-verdianos (não esconde a sua “caboverdianidade”) e com portugueses; conhece “pessoas de muitas outras culturas”. Menciona a existência de um racismo muito subtil em Portugal.
Relação com a origem	Mantém relações com a origem por ainda ter familiares em Cabo Verde mas também em virtude da sua actividade como deputada.
Ideia-força	<p>Apesar de ter mais anos de vida em Portugal do que em Cabo Verde, e de muitas pessoas a considerarem portuguesa “por ser branca”, não esconde a sua cabo-verdianidade e “luta pela integração” dos cabo-verdianos residentes em Portugal.</p> <p>“As coisas mudaram muito em relação à minha geração felizmente, porque na minha geração tínhamos aquelas relações ditas tradicionais, tínhamos sempre o papel secundário em relação ao homem, felizmente tenho visto nas gerações novas, tanto portugueses ou como gerações de jovens descendentes de imigrantes, que vemos nos bairros ou não em bairros, vemos já um posicionamento diferente em relação ao homem, já é um posicionamento de igualdade, de afirmação enquanto pessoa em relação aos homens... Vejo isso nas raparigas mais novas, raparigas afirmativas, assertivas, cujo o ideal de vida não é só casar, ter filho porque isso é o meu papel, mas é uma afirmação enquanto ser humano, enquanto pessoa com dignidade”.</p> <p>“Estamos atentas a questões de jovens nos bairros, ligadas à saúde materna e reprodutiva; as jovens têm filhos muito cedo, e portanto temos tido essa preocupação de fazer hospitais e centros de saúde com campanhas dentro das áreas de residência destas jovens. Mas qualquer política de imigração tem duas grandes áreas, uma é a vertente da integração e esta é a mais complicada, e a vertente da fiscalização que também é complicada, por isso tentamos simplificar a questão dos vistos, e pela via da integração é que temos tentado tratar das questões ligadas à nacionalidade, saúde e educação. Eu não sou apologista que as nossas crianças frequentem as escolas fora dos bairros, porque eu não gosto de ver as nossas crianças segregadas dentro dos bairros, gosto de os ver noutros sítios com outras pessoas e portanto esta questão de educação tem sido uma luta. Existem várias pessoas que são apologistas de que os alunos devem ser alfabetizados na sua língua materna, e como no caso dos cabo-verdianos a língua materna é o crioulo devem ser alfabetizados no crioulo. E isso é um pau de dois bicos, eu percebo-o de um certo prisma, mas acho que quanto mais as crianças dominarem a língua portuguesa melhor será para elas. Estas têm sido as minhas lutas. Levar as mães a não deixarem que os seus filhos desistam da escola, porque existe muito aquela coisa de que como são pobres têm de ir trabalhar. Quando as mães saem cedo para irem trabalhar as nossas crianças ficam “fechadas na rua” como costume dizer. Por isso e preciso que haja por exemplo uma rede de creches que têm de dar apoio às mulheres, e isso tem sido a nossa luta junto de algumas câmaras, principalmente as câmaras da Amadora, Sintra, Cascais”.</p>

Ficha de caracterização - 4

Nome	Inocência
Data de nascimento	1951
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média Proprietários rurais
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em São Tomé Príncipe. Curso profissional de auxiliar de educação e trabalhou como auxiliar de educação. Quando casou, por imposição do marido, deixou de trabalhar.
Filiação religiosa	Evangélica
Percurso migratório	1981 - Saiu de São Tomé Príncipe, já com 4 filhos, separada do marido, para fazer o curso de Enfermagem em Angola, onde já tinha estado antes da independência por razões de saúde. Aí exerceu a sua profissão durante 16 anos, por isso, reformou-se por Angola. 1997 – Vem viver em Portugal, após esta data regressou pontualmente a STP e Angola em 1999 e 2000 para tratar do divórcio e da reforma.
Motivação	Desenvolvimento profissional e autonomização
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Casada, com quatro filhos (nascidos em São Tomé Príncipe)
Posição actual no ciclo de vida	Separada, quatro filhos (residentes em Portugal)
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Trabalhou muitos anos na saúde: “trabalhar na saúde em Angola, não é o mesmo que trabalhar na saúde em Portugal. É duro, é muito duro.” Mas sempre exerceu a sua profissão, criou e educou os quatro filhos (universitários), presencialmente e à distância. Era isso que queria.
Escala de posicionamento inter-étnico	Abertura inter-étnica, ao nível residencial e da congregação evangélica
Relação com a origem	Investida/Missão Evangélica
Ideia-força	A sua maior preocupação sempre foi a educação e autonomização dos filhos.

Ficha de caracterização - 5

Nome	Idalina
Data de nascimento	1953
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (S. Antão)
Recursos e posição de classe família de orientação	<p>Baixo</p> <p>Pai - Não o conhece pessoalmente, a mãe quando soube que estava grávida, este já este ia no barco para Angola.</p> <p>Mãe amigou-se com são-tomense, relação da qual nasceram mais 5 irmãos (da mesma mãe).</p>
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	<p>4ª classe</p> <p>Trabalhava no campo.</p>
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1978 - Chegou a Portugal objectivo de trabalhar e melhorar as suas condições de vida.
Motivação	Laboral
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Juntou-se com cabo-verdiano que encontrou em Portugal, do qual tem três filhos; actualmente está separada, ajuda economicamente dois dos seus filhos; o neto mais novo vive consigo.
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Sempre trabalhou como empregada doméstica em casa de vários patrões portugueses com quem mantém relações afectivas fortes ("sempre me trataram como uma pessoa de família").
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus relacionamentos significativos são sobretudo com cabo-verdianos e portugueses.
Relação com a origem	Visita (com alguma frequência) S. Antão, de férias
Idéia-força	O seu projecto de vida constrói-se em torno do sonho de regressar a sua terra natal, na velhice (quando os filhos e os netos já não precisarem dela).

Ficha de caracterização - 6

Nome	Didi
Data de nascimento	1954
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Foi dada a criar a patrões da mãe, portugueses, com quem viveu até 75; Mãe, pai e irmãos de mãe e pai emigrantes em Portugal, desde a década de setenta (na sua maioria com nacionalidade portuguesa).
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Completoou o 8º ano. Em São Tomé Príncipe era telefonista.
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1991 – Vem para Portugal por motivos de doença (coluna)/tratamento e regressa. 1993 – Fixa-se definitivamente.
Motivação	Laboral
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Mãe de dez filhos (seis rapazes e quatro raparigas) de vários “pais de filho” com quem “amigou”; “separada”
Posição actual no ciclo de vida	Separada e mãe à distância (até ao momento só conseguiu trazer dois filhos, tendo deixando os restantes com os avós em São Tomé Príncipe) Desempenha um papel económico crucial na prestação de cuidados aos filhos.
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Trabalhou num restaurante cinco anos, depois seis anos num posto de combustível. Actualmente, ocupa-se das limpezas, neste posto.
Escala de posicionamento inter-étnico	Relaciona-se apenas com familiares são-tomenses.
Relação com a origem	Embora tenha ainda vários filhos em São Tomé Príncipe, a maioria dos seus significativos encontra-se já em Portugal. Se pudesse, preferia reunir-se aos filhos em Portugal.
Ideia-força	“O dinheiro que a gente trabalha aqui é tudo para os filhos, a dona fica sem nada quase. Tem que mandar dinheiro para o livro, dinheiro para o caderno, dinheiro para tudo. A dona também não vive uma vida estável, trazer também para aqui não é muito fácil, não é muito fácil. A mais nova que eu tenho lá, a última tem 13 anos. Eu fico de férias mas depois eu trabalho. Mesmo assim trabalho nas férias e coiso, sempre a trabalhar e a gente também quando trabalha, também ajuda também a disfarçar os problemas. Longe dos filhos é muito duro!”

Ficha de caracterização - 7

Nome	Évora
Data de nascimento	1954
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (Santiago)
Recursos e posição de classe família de orientação	A mãe, aos 23 anos, foi para S. Tomé trabalhar onde se juntou a um são-tomense e do qual teve cinco filhos; só conheceu o pai (emigrado em Angola) aos 18 anos; o pai e a mãe nunca coabitaram; foi criada com a avó e o avô, juntamente com alguns irmãos de mãe e vários primos.
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	4ª classe
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1979 - Chegou a Portugal objectivo de trabalhar e melhorar as suas condições de vida. Tinha uma madrinha, em Portugal, em casa de quem viveu e a ajudou a arranjar trabalho como empregada doméstica.
Motivação	Laboral
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Separada, com quatro filhos
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Sempre trabalhou como empregada doméstica e em firmas de limpezas. Houve momentos em que mantinha quatro trabalhos, ao mesmo tempo. Sacrificou-se pelos filhos para lhes dar o que não teve (educação e "o amor de mãe" que a sua não lhe pôde dar).
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus relacionamentos significativos são sobretudo com cabo-verdianos e portugueses.
Relação com a origem	De visita (com alguma frequência). Todos os seus primos (de criação) e irmãos vivem actualmente em Portugal.
Ideia-força	"Os filhos, são o mais importante, não é dona ?"

Ficha de caracterização - 8

Nome	Luísa
Data de nascimento	1955
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média baixa
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Estudou até ao 7 ^º ano e começou por trabalhar como dactilógrafa no Ministério do Plano, em São Tomé Príncipe. Juntou-se com são-tomense, contabilista. Interrompeu durante vários anos a sua actividade profissional que só é reiniciada depois do nascimento do quarto filho, em 1980. Em Angola não exerceu uma profissão, optando por tomar conta dos filhos ainda pequenos.
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1985 – Migra para Angola (juntamente com os filhos mais novos) para se reunir ao marido, contabilista no sector empresarial. O filho mais velho (com 16 anos) fica com a avó em São Tomé Príncipe, onde ainda permanece. 1992 – Vem para Portugal, ao encontro do marido que já cá vivia há dois anos (desde 1990), trazendo consigo três filhos e deixando dois em São Tomé Príncipe que viriam um ano mais tarde.
Motivação	Migração laboral /reunificação familiar
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Mãe de seis filhos, cinco rapazes e uma rapariga, todos nascidos em São Tomé Príncipe Só casou de “papel”, depois dos filhos terem nascido.
Posição actual no ciclo de vida	Casada com filhos adultos (universitários ou à espera de entrar na Faculdade); avó
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Ao chegar a Portugal, arranjou trabalho de imediato (com contrato) num supermercado enquanto o marido “foi para as obras”. Entretanto, deixou de trabalhar devido a um problema de saúde. Em 1994, o casal obteve o visto de residência e aguarda nacionalidade. Em 2008, o marido regressa a São Tomé Príncipe, desempregado há muito tempo, onde permanece a tomar conta da casa e terreno à volta.
Escala de posicionamento inter-étnico	Relacionamento social sobretudo com são-tomenses e angolanos.
Relação com a origem	Investida, mas por enquanto a sua missão como mãe impede-a de regressar.
Ideia-força	“Por enquanto estou cá, minha menina vai entrar agora para a Faculdade se Deus quiser, se ela entrar tenho que estar cá para ajudar, para ajudar e apoiar no que for preciso, o futuro a Deus pertence.”

Ficha de caracterização - 9

Nome	Beatriz
Data de nascimento	1962
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média Família materna de proprietários rurais
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário feito em São Tomé
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1988 - Veio para Portugal; (com 21 anos) para ingressar na Faculdade. 1997 - Regressou a São Tomé, formada, onde leccionou durante sete anos. 2004 - Regressou para fazer o Mestrado.
Motivação	Prosseguimento de estudos
Posição pré-migratória no ciclo de vida	1988 - Solteira; em 1989, já em Portugal, engravidada de "uma relação fugaz" (com angolano); a filha tem sido criada pela tia, uma irmã mais velha (em São Tomé Príncipe) que "é a madrinha dela, uma irmã da mesma mãe".
Posição actual no ciclo de vida	Mãe solteira à distância
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Trabalhadora/estudante
Escala de posicionamento inter-étnico	Relacionamento social sobretudo com são-tomenses e angolanos. "Os africanos, nós somos muito solidários, uma das coisas que me afligia muito e aflige-me até hoje é as pessoas olharem-se sem se cumprimentarem e também essa falta de solidariedade entre as pessoas, chocou-me muito mesmo! Mas depois eu vim a perceber que esse é o mal das cidades porque nós, em África, por exemplo a gente sabe que se a gente der hoje e se amanhã precisarmos temos sempre alguém que nos dê."
Relação com a origem	Retornar para acabar de criar a filha. "Regresso porque assumi um compromisso, vim para cá como bolsreira, assumi um compromisso com o meu país e eu acho-me no dever para com o meu país apesar de as coisas não estarem favoráveis mas eu acho que nós é que devemos de lutar por aquilo que é nosso. Sinto-me na obrigação de regressar."
Ideia-força	"Saudade, muita, muita, da filha".

Ficha de caracterização - 10

Nome	Fátima
Data de nascimento	1966
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Pai (filho de mãe angolara e portuguesa), pescador, com prestígio comunitário; A mãe foi criada e trabalhou sempre para patrões portugueses, proprietários de grandes roças; A sua criação (bem como a dos seus 13 irmãos da mesma mãe) foi muito apoiada por vários padrinhos portugueses; este laço perdura até ao presente em ST e em Portugal; o apoio dos padrinhos foi muito importante na inserção laboral após a migração.
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Estudou em Angolares até à 4ª classe. 1979 – Vem para a capital para prosseguir estudos (fica em casa de madrinha). Trabalha e estuda em cada de patrões portugueses e franceses.
Filiação religiosa	Católica praticante
Percurso migratório	1990 – Vem para Portugal, tirar curso de artesanato (arranjado por padrinho português) e regressa por dois anos a São Tomé Príncipe, onde trabalha para outro padrinho português (num restaurante e na igreja). 1993 – Veio trabalhar para casa de patrões portugueses conhecidos da tia que haviam vivido muitos anos em São Tomé Príncipe.
Motivação	Laboral
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Junta, mãe de duas filhas
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Veio trabalhar para casa de patrões portugueses conhecidos da tia que haviam vivido muitos anos em São Tomé Príncipe; trabalha posteriormente em casa de patrão português (descendente de mulher angolara) e em múltiplas casas, sempre de portugueses, por períodos relativamente longos. Desempregada há ano e meio. Junta-se (há 13 anos) com homem forro (com quem namorou em São Tomé Príncipe durante vários anos), desenhador de projectos e encarregado de obras. Tem duas filhas a estudar (secundário)
Escala de posicionamento inter-étnico	Grande abertura aos portugueses, negação do racismo português durante período colonial: "Não sei se é porque eu já cresci no meio dos brancos, eu não consigo fazer a diferença da cor da pele. Isso para mim não existe porque fui criada em casa do padrinho Fernando. Fui criada nesse meio, dos grandes patrões das roças. O irmão do padrinho Fernando era o grande patrão da roça do Mira Peixe e havia uma convivência grande: nos aniversários, nos Natais. Éramos todos pequeninos e havia uma mistura, brancos e pretos, todos os filhos ali, tínhamos a nossa sala à parte. Os mais velhos iam para uma sala e os miúdos para outra. Havia empregados que tomavam conta de nós. Eu não sei fazer essa diferença. (...) Pelo menos daquilo que vi, os patrões tratavam bem as <i>samu</i> . Quer dizer os brancos tinham as suas esposas brancas, mas tinham outra mulher africana, que chamavam de <i>samu</i> . Nunca ouviu falar? Nas roças antigamente havia muito disso. A minha avó pelo menos foi mulher de um dos portugueses. A minha tia que é mais velha foi mulher de um outro português. (...) Eram bem tratadas e tinham direito a tudo nas roças. Até tinham empregadas, as <i>samu</i> tinham, tinham todos os direitos iguais, como se fosse uma branca a viver com os patrões nas roças. Eu vi isso. Quer dizer, eu era criança, mas eu ainda vi." Em contrapartida, enfatiza o "racismo" dos são-tomenses forro em relação aos angolares. "Os forros não aceitam os angolares, não sei porquê, não sei qual é o mal que tem de ser angolara. Os angolares não podem ganhar. É aquela coisa que os angolares não valem nada. Eu acho que isso é racismo. Tenho tido muitos problemas. Outros são-tomenses, mesmo familiares do meu marido, ignoram-me ou tentam fazer-me ver que eu sou angolara e por isso não valho nada".
Relação com a origem	Forte investimento, acompanhado por múltiplos envios (sobretudo em bens)
Ideia-força	"Muitas jovens que aqui estudam, terminam o 11º e o 12º; se os pais não têm condições não entram para a universidade. Mas em S. Tomé, mesmo sendo pobre, concorrendo, arranjam uma bolsa, seja qual for e conseguem-se formar. É isso, a minha ideia é essa, que elas se formem seja lá em que país for, Cuba ou quê. Desde que entrem, e ali elas vão conseguir. É isso que eu penso, é o que desejo".

Ficha de caracterização - 11

Nome	Iolanda
Data de nascimento	1970
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe Média
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Fez o percurso escolar entre o 2º e o 11º ano em STP.
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	Entre 1968 e 1974 – Vive em Portugal com a família. 1989 – Regressa a Portugal para estudar (12ª ano).
Motivação	Familiar e prosseguimento de estudos
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Casada com filho
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Nessa altura, vem para Portugal fazer o 12º ano. A chegada teve um grande impacto, a vários níveis. As condições sócio-económicas e habitacionais alteraram-se. Em STP, era "menina de bem". Em Portugal, esperava-a uma barraca na Quinta da Vitória/Portela. Mais tarde, a família foi realojada na Apelação onde os pais ainda residem. Como não tinha bolsa, teve de começar a trabalhar. Considera que esse foi o momento em que começou a encarar a realidade como imigrante em si. Durante o tempo de estudante só conseguiu arranjar trabalhos desqualificados. Depois do curso, conseguiu emprego (através de uma amiga portuguesa) num escritório de contabilidade. Nessa altura, casa, tem um filho e, em conjunto com o marido, decide ficar dois anos em casa. O ordenado dele como arquitecto permite-lhe assegurar as despesas. Depois desse interregno, vai trabalhar para o serviço de <i>catering</i> da Air Luxor, donde saiu em virtude da causa da falência da empresa. Desde então trabalha para a ACOSP, onde começou por ser voluntária, como mediadora sócio-cultural no SEF.
Escala de posicionamento inter-étnico	Abertura inter-étnica. Considera que o "ser estrangeira" condiciona o percurso profissional em Portugal.
Relação com a origem	Olhando para trás, considera que o seu percurso de vida em Portugal tem sido gradualmente ascendente; no entanto, tanto ela como o marido acham que aqui não conseguem progredir mais na carreira. Perspectivam um possível retorno.
Ideia-força	A educação do filho é uma das suas prioridades.

Ficha de caracterização - 12

Nome	Maria
Data de nascimento	1974
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média alta (em quebra económica)
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Nasceu e viveu em S. Tomé até aos sete anos, onde fez 1º e 2º ano. Aos sete anos, vai viver com a mãe e o irmão mais novo para Angola, onde permanece por dois anos; fez o 3º e 4º ano. Em 1984, aos dez anos, vem para Portugal com a família para acompanhar o pai, que é destacado pelo governo de S.Tomé em missão diplomática.
Filiação religiosa	Evangélica
Percurso migratório	1984 – Vem para Portugal; durante quatro anos, a família mantém o estatuto e o estilo de vida da classe média alta que possuía em São Tomé Príncipe. Mudanças políticas interferem com o cargo, também ele político, que o pai exercia. Para mais, os pais divorciam-se. 1999- Aos 16 anos regressa a Angola com a mãe e os irmãos, mas só ficam dois anos em virtude do rebentar da guerra civil, em 1992. 1992- Regressa a Portugal, onde tem realizado o seu percurso escolar e profissional.
Motivação	Acompanhou a família.
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Solteira
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Em Portugal, sempre trabalhou para custear os estudos. Começou por ser auxiliar de saúde em lares da terceira idade. Trabalhou como empregada doméstica, foi caixa em supermercados, operadora de <i>call centers</i> , fotógrafa, operária numa fábrica de construção naval... Actualmente trabalha num <i>call center</i> , enquanto escreve a dissertação de mestrado.
Escala de posicionamento inter-étnico	Forte percepção de discriminação relativamente aos imigrantes e descendentes de imigrantes de origem africana. "Este bairro, há bairros mil vezes piores do que este. Eu acho que este bairro virou moda, às vezes a sensação que eu tenho é que os polícias gostam no fundo de ter aqui este bairro em vista. Gostam que este bairro exista para eles poderem justificar aquilo que têm para fazer. (...) Quantos moradores existem cá e qual é o número de crianças, adolescentes que provocam esses distúrbios? Eu digo que 90 e tal por cento das pessoas que cá vivem são pessoas integras, sei lá por 10% sei lá nem tanto... isso estraga a imagem. Acontece que os taxistas, muitos deles já não entram cá no bairro, mas dizem que foram assaltados ou que foram vandalizados. Parte-se do princípio que todos os adolescentes jovens que cá vivem são marginais, não é!?"
Relação com a origem	"Aquilo que eu gostaria de fazer está aqui, por enquanto eu acho que está aqui."
Ideia-fôrça	"A minha prioridade está em eu realizar-me pessoalmente como profissional. Eu acho que a inteligência da vida está aí, em nós... porque oportunidades, elas vão surgindo, mas nós temos de no momento certo definirmos as prioridades. Tenho colegas portuguesas e são-tomenses que acabaram o ensino secundário comigo com boas notas para entrarem para a Faculdade, mas preferiram casarem-se. E casaram-se. E uma delas diz-me: 'aí, eu queria tanto'. E uma que encontrei, que tinha entrado para a Faculdade e o namorado tinha o sexto ano e era ladrilhador/pintor e ela estava a fazer direito na Cidade Universitária e deixou. E depois de se divorciar e ter filhos, ela regressou à Universidade. Portanto, eu acho que nós devemos definir as prioridades." "O meu projecto, neste momento é acabar o meu mestrado, eu quero fazer uma carreira, não na área onde eu estou. Gostaria, quem sabe de abrir uma associação, com um projecto que pudesse apoiar jovens mães, mulheres imigrantes também, neste sentido, apostar mais na vertente da educação. Educar a mulher para também educar. Mais nesta vertente, educar. E construir a minha vida, quem sabe casar, ter filhos".

Ficha de caracterização - 13

Nome	Neusa
Data de nascimento	1976
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (S. Vicente)
Recursos e posição de classe família de orientação	Extracto social baixo
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	4ª classe "Trabalhava muito e ganhava tão mal"
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1997 - Chegou a Portugal há cerca de 11 anos com o objectivo de trabalhar e melhorar as suas condições de vida. Através de uma irmã mais velha, que já cá vivia, conseguiu um contrato de trabalho como empregada doméstica.
Motivação	Laboral
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Solteira, tem um filho com oito anos. Vive com o pai do filho
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Começou a trabalhar como interna, preferindo entretanto ter vários trabalhos na área das limpezas e serviço doméstico que lhe permitem ganhar mais e conseguir uma maior flexibilidade em termos de horários. Tem um filho de oito anos e vive com o pai do filho, seu namorado desde os tempos de Cabo Verde. Engravidou nove meses depois de chegar a Portugal. Nessa altura, o namorado vivia na Holanda e vinha ocasionalmente a Portugal. Com o nascimento da criança, ele mudou-se e coabitaram durante uns tempos em casa da irmã. Mais tarde conseguiram arranjar a sua própria casa. Vive em função do trabalho, do filho e do pai do filho, mostrando-se desapontada em relação às expectativas que tinha na vinda para Portugal.
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus amigos são sobretudo cabo-verdianos.
Relação com a origem	Mantém laços fortes e permanentes com as origens, onde reside a maior parte da família.
Ideia-força	A hipótese de ir viver uns tempos para a Holanda ou para Espanha (onde tem outra irmã) para ver se consegue juntar mais dinheiro para a família de cá e de lá. Segundo ela, as compensações que daí podem advir compensam o esforço e o risco. O seu projecto migratório constrói-se em torno do sonho de regressar a Cabo Verde, aos 40 anos, e aí montar um negócio próprio.

Ficha de caracterização - 14

Nome	Sónia
Data de nascimento	1977
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	<p>Avó materna, cabo-verdiana, foi para São Tomé trabalhar como “contratada”, levando a filha pequena; voltou a casar com um moçambicano, enviado de castigo para São Tomé. Sabendo ler e escrever, a avó trabalhou muitos anos na Pousada Boavista, dando a criar a mãe de S. a D. Zinha Rocha.</p> <p>O pai é filho de são-tomense, forro, com um português. Conheceram em juventude mas acabaram por se separar. O pai foi para Cuba, estudar enfermagem, e depois voltou a S. Tomé. A mãe emigrou para o Gabão, onde viveu lá doze anos. Regressou a S. Tomé e migrou, posteriormente, para Portugal em 1997. Até 1999, viveu sempre em S. Tomé, com a avó materna e os seus irmãos.</p>
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em São Tomé
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	<p>1999 – Vem para Portugal estudar e reúne-se à mãe. Faz a licenciatura e regressa a São Tomé, onde começa a trabalhar.</p> <p>2007 – Regressa a Portugal para fazer mestrado.</p>
Motivação	Prossecação de estudos e reunificação familiar
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	<p>Solteira</p> <p>Mãe de filha, com companheiro (congolês) que está a trabalhar em São Tomé Príncipe.</p>
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Trabalhadora-estudante
Escala de posicionamento inter-étnico	Relacionamentos preferenciais com brasileiros, cabo-verdianos e são-tomenses.
Relação com a origem	<p>Não consegue estar longe de São Tomé.</p> <p>“África é África, eu não troco África por Portugal, em primeiro lugar por causa do clima, o ambiente das pessoas, não tem nada a ver. Aqui mas cada um está com a sua vida, com a sua responsabilidade, é diferente. Cada um está preocupado consigo, está centrado mais em si”.</p>
Ideia-força	“Dou muita importância à família. Eu aprendi isso na minha parte cabo-verdiana, da parte da minha avó”.

Ficha de caracterização - 15

Nome	Angélica
Data de nascimento	1977
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Extracto social baixo
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Após terminar o 11 ^º ano em ST, trabalhou como secretária num Ministério.
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	2001- Migra para Portugal; mistura o desejo de fazer um curso superior com o desejo de vir para perto do seu namorado. A gravidez e o nascimento do filho acabariam por protelar a sua entrada na universidade. A relação acaba pouco depois do nascimento da criança, e esta fica uns anos aos cuidados do pai, o que a fez sentir profundamente desamparada.
Motivação	Prosseguimento de estudos
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Mãe solteira, com um filho de cinco anos.
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	À chegada, inscreveu-se no 12 ^º ano e, em simultâneo, começou a trabalhar nas limpezas. É desta forma que conseguiu prosseguir os estudos e ainda criar o filho, com quem passou a viver. Pontualmente, conta com a ajuda financeira da mãe (que lhe envia dinheiro de São Tomé Príncipe) e do pai do filho, que veio a constituir nova família. Além disso, recorre à Associação Aguiense para ter ajuda em géneros alimentares. Em Portugal, não teve apoio de outros familiares ou conhecidos são-tomenses, além de uma vizinha que actualmente a ajuda a tomar conta do filho, e da colega com quem divide casa, uma jovem angolana, que sente como uma filha mais nova.
Escala de posicionamento inter-étnico	As suas redes de amigos e conhecidos parecem ser sobretudo são-tomenses. O pai do filho também é são-tomense. Relaciona-se positivamente com colegas das limpezas (mulheres portuguesas e de origem imigrante). Ao contrário, sente-se muito distante dos colegas universitários.
Relação com a origem	A mãe e a irmã mais velha, que vivem em STP, são as pessoas mais importantes na sua vida, com quem pode sempre contar, apesar da distância. Sonha voltar a ter “a boa vida” que tinha em STP, não excluindo a possibilidade de ainda fazer um mestrado na sua área.
Ideia-força	“Às vezes só me apetece ir, sinceramente, se eu tivesse possibilidades, eu agora ia passar o Natal com a minha família. É solidão, às vezes uma pessoa pensa na família, é refúgio. Já me habituei com o meu filho. Eu gosto muito dele. Ele é a minha vida...”

Ficha de caracterização - 16

Nome	Irene
Data de nascimento	1978
Naturalidade/Origem	S. Tomé
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em São Tomé
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	1998 – Vem para Portugal estudar. A irmã estava em Coimbra, a fazer medicina; o irmão em Lisboa, cursava Engenharia Informática.
Motivação	Prosseguimento de estudos (12 ^º ano e Faculdade)
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Solteira
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Chegou a Portugal em 1998 para estudar Gestão de Empresas no ISEG, tinha 20 anos. Inicialmente, foi viver com a irmã mais velha (estudante de Medicina) em Coimbra, onde realizou o 12 ^º ano. Apesar das tensões familiares, manteve-se num ambiente protegido durante os dois primeiros anos, podendo inclusive contar com uma mesada da mãe. A entrada para a faculdade em Lisboa representou um novo esforço de adaptação, passando pela procura de casa, trabalho e criação de uma rede de amizades. A falta de bolsa de estudo levou-a a trabalhar na Telepizza, no McDonalds, nas limpezas (o que constitui um embaraço na sua vida) e, nos últimos anos, num <i>call center</i> (que considera mais digno).
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus amigos são maioritariamente são-tomenses e angolanos. Acusa os portugueses de serem racistas e elabora um discurso de valorização da sua "identidade africana".
Relação com a origem	Só tem a mãe em São Tomé com quem mantém laços muito fortes. De resto, tem o pai a viver em Silves no Algarve, há vários anos (ai constituiu nova família), tem um irmão que vive em Itália e a irmã que planeia ir viver para Angola. Ao contrário dos seus irmãos, imagina-se a viver em S. Tomé, onde já comprou um terreno para construir a sua própria casa. Esse regresso é associado à procura de reconhecimento profissional, à ideia de "salvar o país" e à missão de "consolar" a mãe.
Ideia-força	"Eu, o que eu digo, é que eu prefiro ser alguém na minha terra do que ser mais uma aqui. Porque lá temos muito mais perspectiva de crescer do que aqui, aqui vamos ser mais uma, mais alguém a trabalhar, lá não. Seremos sempre reconhecidos pelo nosso suor, pelo nosso trabalho, aqui não. É um filho da terra que está a voltar. E aqui somos muitos. (...). Nós temos de sair, de nos ausentar para dar valor às coisas que gostamos". "Agora não, ninguém fala mal de S. Tomé ! Aquilo está mal mas vai melhorar! Vai... e é o que eu digo também aos meus conhecidos, meus amigos, nós não podemos estar sempre a reclamar e a dizer que aquilo está mal. Temos de ir lá dar o nosso contributo. Se não aquilo não vai melhorar nunca ! Temos de fazer alguma coisa para melhorar! Não podemos estar sempre a falar sem fazermos nada. Eu vou voltar a São Tomé de certeza, eu sei que eu vou voltar.

Ficha de caracterização - 17

Nome	Marlene
Data de nascimento	1979
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (São Vicente)
Recursos e posição de classe família de orientação	Pais - Emigrantes na Holanda. Classe média baixa
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em Cabo Verde (com médias altas)
Filiação religiosa	Família de orientação católica
Percurso migratório	1991-1993 - Viveu na Holanda (com família) 2001 – Chegou a Portugal (sozinha)
Motivação	Estudar. Fazer um curso superior
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira. Já namorava, em Cabo Verde, com o pai do primeiro filho, nascido em Portugal.
Posição actual no ciclo de vida	Casada com um islandês de que tem um filho mais novo; vive com o marido, com o filho de ambos e com o filho do ex-namorado.
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	No 3º ano de Faculdade, engravidada do namorado com quem esteve durante sete anos, o que veio alterar a sua vida. Não podendo contar com o apoio do pai do filho, decide deixá-lo temporariamente em Cabo Verde aos cuidados da mãe, na condição de aqui poder organizar a sua vida profissional e económica. Adiou o fim do curso para poder permanecer em Portugal com visto de estudante. Arranjou trabalho como bailarina e professora de dança. Afastou-se dos amigos cabo-verdianos por não tolerar que a julguem. Na sequência de um período de trabalho no Algarve e, após uma tentativa frustrada de trazer o filho para Portugal (não lhe foi concedido o visto), parte para a Islândia, onde conheceu o actual marido. O casamento possibilitou-lhe o reagrupamento familiar. Desta relação que dura há dois anos, nasceu o segundo filho. Actualmente, faz uma pós-graduação e continua a dar aulas de dança pontualmente, tendo abandonado o trabalho como bailarina. Vive seis meses na Islândia e outros seis em Portugal.
Escala de posicionamento inter-étnico	Afastou-se no “círculo cabo-verdiano” (“cortou com muitas amizades”). Relaciona-me melhor com portugueses e islandeses.
Relação com a origem	Os pais e um irmão vivem em Cabo Verde. Visita-os com pouca frequência. Através da dança, relaciona-se com a cultura expressiva de Cabo Verde.
Ideia-força	“Agora sou casada e mãe de uma família.”

Ficha de caracterização - 18

Nome	Etelvina
Data de nascimento	1979
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (S. Antão)
Recursos e posição de classe família de orientação	Extracto social baixo Agricultura
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	4ª classe
Filiação religiosa	Família de orientação católica.
Percurso migratório	2001 – Chegou a Portugal sozinha, onde contou com o apoio de tias e primas.
Motivação	Laboral
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira, com dois filhos (que vivem com a irmã mais velha em Cabo Verde)
Posição actual no ciclo de vida	Mãe à distância
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	“Sem escola”, “trabalha”, “nas limpezas”. Actualmente, vive num quarto alugado “para não arranjar confusões com a tia”.
Escala de posicionamento inter-étnico	Relaciona-se unicamente com familiares.
Relação com a origem	Não tem intenção de regressar definitivamente. Telefona semanalmente aos filhos. “O dinheiro que ganha é tudo para os filhos.”
Ideia-força	“A minha vida são os meus filhos”, “O meu maior desejo é que eles venham para mim, porque pronto as condições de vida na nossa terra já sabe como são e aqui eles têm mais possibilidade de arranjar um futuro melhor”.

Ficha de caracterização - 19

Nome	Luana
Data de nascimento	1980
Naturalidade/Origem	Portuguesa (descendente de pais cabo-verdianos, Santiago)
Recursos e posição de classe família de orientação	Pai – Fez serviço militar em Cabo Verde, veio para Portugal e desertou, para não ir para a guerra colonial em Angola; trabalhou sempre nas obras. Mãe – Veio para Portugal, com a família, porque o seu pai era policia e havia sido transferido para Portugal ; trabalhou nas limpezas.
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Primária, preparatória, secundário, licenciatura e mestrado em Portugal
Filiação religiosa	Família de orientação católica
Percurso migratório	Não se aplica
Motivação	Não se aplica
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Não se aplica
Posição actual no ciclo de vida	Solteira, sem filhos
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Fez a Licenciatura e está a terminar o mestrado em História de África Tem grande admiração por Amílcar Cabral, porque foi graças as leituras dos textos dele que ela consegue lidar com os actos de racismo e discriminação que experiencia directa e indirectamente. É presidente de uma associação chamada Encontros. Publica os “Cadernos de Consciência e Resistência” e está a preparar um número sobre Mulheres, cujo tema principal é “Mulheres negras falam como arma de poder”. Preocupa-se sobremaneira com as agressões físicas e psicológicas que as mulheres africanas sofrem, tanto dentro da família, como na sociedade portuguesa.
Escala de posicionamento inter-étnico	Em vários momentos biográficos, teve conflitos e sentiu-se rejeitada pelos próprios cabo-verdianos e outros afro-descendentes. Sentiu-se muito discriminada por colegas brancos, sobretudo na escola primária, por ser a única “preta” da turma: “quando brincávamos às mamãs e aos papás, eu ficava sempre de empregada de cozinha, um dia cansei-me e destruí tudo”. Desde que começou a ler Amílcar Cabral, já responde ao racismo de forma não-agonística, engajando-se num projecto de uma luta intelectual e cívica.
Relação com a origem	Nunca foi a Cabo Verde; constrói narrativas com base nas imagens (coloniais, dos anos 40 a 60) transmitidas pelos pais.
Ideia-força	“Sou eu na terra e Amílcar Cabral quase num altar (risos), a sério foi a partir de Amílcar Cabral que a minha mente começou a abrir para as questões dos africanos em Portugal (...).”

Ficha de caracterização - 20

Nome	Ana
Data de nascimento	1980
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (S. Vicente)
Recursos e posição de classe família de orientação	Classe média alta
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em Cabo Verde
Filiação religiosa	Católica
Percurso migratório	2001 – Chegada a Portugal (que já conhecia de férias)
Motivação	Prosseguimento de estudos (licenciatura, mestrado e um estágio profissional)
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Soleira
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Bolseira (apoio económico da família)
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus relacionamentos amorosos e de amizade não se circunscrevem aos círculos dos estudantes cabo-verdianos.
Relação com a origem	Porém isso não significa que rejeite, como diz, a sua caboverdeanidade. Reflecte como a relação com as origens e com o regresso se transformou. Para ela Cabo Verde é um porto seguro, ou seja, se um dia as coisas não correrem bem, pode voltar a casa, mas considera isso um retrocesso: voltar a Cabo Verde é como voltar a emigrar, é começar do zero. Para já, espera poder continuar a progredir em termos profissionais, perspectivando a hipótese de ir para outro país estrangeiro (depreenda-se: outro país europeu), o que a faz adiar o projecto de constituir família.
Ideia-força	Faz o balanço da sua vida em Portugal, tendo em conta as expectativas que tinha e o que ainda espera alcançar. O seu projecto migratório denota um profundo investimento na aquisição de capitais intelectuais, a par do desenvolvimento de uma maior autonomia pessoal.

Ficha de caracterização - 21

Nome	Maria
Data de nascimento	1983
Naturalidade/Origem	Cabo Verde (S. Vicente)
Recursos e posição de classe família de orientação	Pai – Sempre emigrante (na Holanda, Alemanha, etc.) Mãe – Doméstica (Cabo Verde) Classe média baixa
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Secundário em Cabo Verde
Filiação religiosa	Católica não praticante
Percurso migratório	2002 – Chega a Portugal
Motivação	Estudar – Curso Superior A ideia de migrar sempre foi encarada como forma de conquistar autonomia da família e realização do projecto pessoal de tirar um curso superior.
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Solteira
Posição actual no ciclo de vida	Solteira, vive com o namorado
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Fez o curso em Coimbra. No último ano, trabalhou num supermercado para ajudar nas despesas da propina, e da casa (veio sem bolsa e dependeu do pai para fazer o curso, mensalmente o pai enviava-lhe dinheiro). Terminou o curso em 2006. No ano lectivo 2006-07, iniciou uma pós-graduação, que termina em Setembro. Vive numa casa alugada com o namorado em Coimbra, mas durante a semana reside em Lisboa, num quarto alugado. Actualmente, trabalha como enfermeira num lar de idosos e num hospital.
Escala de posicionamento inter-étnico	Tem vários amigos de outros grupos etno-nacionais, apesar de manifestar a diferença que sente existir entre amizades com cabo-verdianos e pessoas de outras nacionalidades. A convivência com os portugueses é essencialmente com colegas de faculdade, no espaço da faculdade ou no trabalho.
Relação com a origem	Os pais e um irmão vivem em Cabo Verde. Todos os anos, no Verão, vai de férias e mantém contacto com a família e com os amigos por telefone e Internet.
Ideia-força	Continuar a trabalhar e a estudar. Apesar de actualmente partilhar casa com o namorado não tem projectos de casar e ter filhos com ele. Prefere deixar a vida andar. Quando conheceu namorado este já tinha dois filhos de duas “mãe de fidi” diferentes. Há cerca de dois anos, o “namorado traiu-a”, com a mãe do segundo filho dele que ficou novamente grávida. Maria “perdoou a traição” e continuam juntos.

Ficha de caracterização - 22

Nome	Vânia
Data de nascimento	1984
Naturalidade/Origem	Portuguesa (descendente de pais imigrantes, cabo-verdianos, Santiago)
Recursos e posição de classe família de orientação	Pai trabalha nas obras (actualmente desempregado); mãe trabalha em firmas de limpeza (meio tempo, por razões de saúde); tem cinco irmãos da mesma mãe.
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Estudou apenas até ao 9º ano. Desde então tem trabalhado em supermercados e lares de idosos.
Filiação religiosa	Família de orientação católica
Percurso migratório	Não se aplica
Motivação	Não se aplica
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Não se aplica
Posição actual no ciclo de vida	Não se aplica
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Deixou os estudos, com 16 anos, quando engravidou do então namorado; ao contrário dos pais da cunhada portuguesa a quem o irmão fez uma filha, que a expulsaram de casa, os seus pais ("depois do choque, porque era ainda menor") acolheram-na a ela e à neta e continuam a apoiá-la, economicamente e não só. Voltou a estudar, por insistência da filha (com oito anos) e de uma irmã mais nova, mas reconhece que agora é tudo mais difícil.
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus amigos são sobretudo cabo-verdianos.
Relação com a origem	Através da música, da gastronomia, do vestuário...
Ideia-força	"É preciso ser muito forte, porque tinha aquela pressão de toda a gente a dizer-me que eu não ia conseguir, porque estava sozinha e era menor, foi um grande acidente, mas como sou teimosa, e apesar da pressão das minhas amigas que me diziam que agora toda a gente fazia abortos, sempre disse que queria ter a minha filha, que é a pessoa mais importante da minha vida."

Ficha de caracterização - 23

Nome	Marina
Data de nascimento	1985
Naturalidade/Origem	Portuguesa (descendente de pais imigrantes, cabo-verdianos, Santiago)
Recursos e posição de classe família de orientação	Mãe trabalha em firmas de limpeza. Tem oito irmãos da mesma mãe (um dos quais preso). Não convive com o pai desde os três anos.
Escolaridade e percurso profissional pré-migratório	Estudou até ao 6º ano. Engravidou pela primeira vez com 15 anos. Deixou os estudos.
Filiação religiosa	Família de orientação católica
Percurso migratório	Não se aplica
Motivação	Não se aplica
Posição pré-migratória no ciclo de vida	Não se aplica
Posição actual no ciclo de vida	Não se aplica
Processo de inserção social (trabalho, casa, saúde, educação, família etc.)	Actualmente desempregada. Vive com a mãe e com duas irmãs mais velhas que também já são mães.
Escala de posicionamento inter-étnico	Os seus amigos são sobretudo cabo-verdianos e angolanos.
Relação com a origem	Através da música. Nunca foi a Cabo Verde.
Ideia-força	“Não me arrependo (...) aconteceu e agora só tenho de lutar para que o meu filho tenha uma boa vida, e vamos fazer o quê? Temos de trabalhar. (...). Arranjar trabalho é que está pior.”

CO-FINANCIAMENTO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

